

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Instituto de Ciência Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História



**Dissertação**

**Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha:  
Militâncias e Rotas de Exílio**

**Marília Brandão Amaro da Silveira**

Pelotas, 2014

**Marília Brandão Amaro da Silveira**

**Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha**  
Militâncias e Rotas de Exílio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2014

Marília Brandão Amaro da Silveira

**Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha : Militâncias e Rotas de Exílio**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 15 de abril de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004).

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós, Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005).

Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia, Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011)

Dedico este trabalho,  
junto ao de Conclusão de Curso,  
à todos os que lutam  
por uma sociedade mais justa.

E para todos os que lutaram para que minha geração  
só conhecesse a ditadura civil militar  
estudando o passado.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos familiares por todo o apoio, por compreenderem minhas ausências e por todas as nossas desordenadas reuniões. Obrigada ao vô, à vó, à tia Tê e ao Bola. E, em especial, por me proporcionarem tão divertidos cafés e festa de aniversário, obrigada à mãe, à tia Bi, aos primos Robson, Anderson e Muriel e aos manos Alfeu, Bruno e Paula. Obrigada também ao Renato, o Gringo, pelas indicações e torcida e ao meu pai Duda, à Carlota e ao mano Gabs pelo apoio à distância.

Agradeço meus queridos amigos, alguns ainda lá do MRJ, só pela companhia, sempre bem servida de mates, cervejas, vinhos, jantas, festas e muitos papos. Tenho sempre vocês comigo, mesmo na ausência. Em especial ao Thiago, Carol, Tadeo, Ronaldo e Fil: obrigada amigos de tão longa data, por tudo de todo esse tempo.

Agradeço aos amigos que acompanharam esses dois anos de pesquisa com pedaladas, churrasco e festa. Obrigada Renata, Rafa, Karina, Arthur, Vivi, Morgana e ao companheiro de sushi, Ângelo. Em especial ao Rafinha pelas conversas, leituras, conselhos e juízo.

Aos amigos do IMA não só pelo rico trabalho, pela biblioteca e pelas discussões, mas porque me ensinam muito sobre o porquê lutamos e porquê cantamos. Obrigada Renato, Mana, Mário, Cassi, Jana, Bina, Beta, Ju, Lili e Lia.

Aproveito a oportunidade para registrar meus agradecimentos aos compas que me acolheram tão carinhosamente no Utopia e Luta, com muito mate, uma deliciosa padaria, uma horta urbana e o sonho de uma sociedade fraterna. Obrigada pelas conquistas das quais aproveitamos todos, queridos

Nanci, Eduardo, Camilo, Briza, Digão, Marcelo, Mathias, os pequenos Sabastinho e Agathinha e todo o pessoal.

Agradeço aos companheiros e muito queridos amigos, que me acompanharam durante esses anos de universidade. Seguiremos em novas lutas, lado a lado, porque nunca deixaremos de acreditar em uma universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática e socialmente referenciada e, muito mais que isso, em uma sociedade que será justa e solidária. Trarei a coragem de cada um de vocês como exemplo para a vida. Obrigada aos que me ensinam: Landa e demais lutadores da Casa do Estudante, Law, Dani, Hercules, Érika, Allan, Camila, Fernanda, Tzuzy, Dani Conte e povo de POA, Lua, Vika, Luíza e o D.A da Letras e todos os queridos do Germinal e demais organizações. Também ao compa, transcritor, corretor e astrônomo Jordão. Obrigada em especial aos que nos representam: Antônio Cruz, Fabiane Tejada, Sergio Christino e, mais uma vez, a sempre Pró-Rainha, Rosane Brandão.

Um agradecimento especial ao Renato Della Vechia, à Alessandra Gasparotto e Enrique Padrós por terem tão pacientemente colaborado no meu processo de aprendizagem. Por esses tenho confessa admiração pelo jeito sempre fraterno de ensinar e pela forma com que exercem suas atividades docentes, preocupados com as demandas da sociedade.

Agradeço aos queridos colegas, amigos e “orientadores”, pela conversas sérias e por aquelas em mesa de bar, pelas discussões sobre História e sobre a vida, o universo e tudo mais. Muito desse trabalho tem um pouco de cada um. Aproveito para agradecer aos novos colegas desse caminho que se apresenta: obrigada pela cooperação, pelo trabalho em grupo e pelas produtivas e divertidas conversas.

Agradeço ao corpo docente do Mestrado em História, como um todo, por sua dedicação e pelos espaços de discussão. Agradeço com carinho ao professor Adhemar, que me acompanha desde o começo das minhas pesquisas, que, junto a outros caros exemplos, sempre me cativaram com suas formas singulares de serem colegas educadores e, em especial, ao meu orientador, prof. Edgar Gandra, pela solicitude, conselhos e colaboração que tanto enriqueceram meu trabalho. Agradeço, ainda, aos alunos do curso de Ciências Sociais, pelo fraterno diálogo com a inexperiente professora.

Agradeço à CAPS por fomentar a presente pesquisa e às entidades mantenedoras de arquivos que tornaram o trabalho possível, em especial à solicitude da pesquisadora Ananda Simões.

Finalizo expressando meu agradecimento aos entrevistados, por terem tão gentilmente dedicado seu tempo a conversar com a pesquisadora, mas acima de tudo, por terem lutado por uma sociedade mais justa e conquistado o fim da ditadura civil militar no país.

## **Resumo**

No presente trabalho intenta-se trazer novos elementos sobre a pesquisa em ditadura civil militar focando um tema cuja produção é ainda muito escassa. Propõe-se explorar a forma como o período expressou-se, no que remete ao Rio Grande do Sul, em cidades do interior onde percebemos uma grande particularidade: a organização das rotas de exílio. Delimitaremos o presente trabalho às atividades de oposição à ditadura civil militar nas cidades de interior e de fronteira, considerando as principais atividades de oposição e, também, a repressão, os apoios ao golpe, dentre diversas particularidades. Focar-se-á, mais especificamente, na organização das rotas de exílio, atividade peculiar que envolveu diversos grupos em solidariedade para garantir a vida de militantes procurados e, também, para a organização da militância no exílio. A principal fonte será a memória, tanto dos organizadores das atividades, quanto dos transladados para fora do país. Deter-se-á o período compreendido entre o ano do golpe até o início dos anos de 1970, em que os grupos de resistência foram duramente combatidos e se encontravam bastante desarticulados.

**Palavras Chave:** Ditadura Civil Militar; Ditadura Civil Militar no Rio Grande do Sul; Cidades de Interior e de Fronteira; Rotas de Exílio.

### **Abstract**

The present paper attempts to bring new elements to civil-military dictatorship research focusing at a topic which production is yet scarce. It is proposed to explore the way, concerning the Rio Grande do Sul state, which the period was expressed in the countryside cities and we can point it out a certain particularity: the organization of the exile's routes. Therefore, we'll limit the present paper to the opposing activities against the civil-military dictatorship at the countryside and boundary cities accounting opposing activities, repression, the coup support, among many other particularities. However, it will focus on the establishment of the exile's routes, singular activity which involved many groups in sympathy to ensure the life of the wanted militants and, also, to the militancy arrangement at the exile. The main source will be the memory from both - activities organizers and exileds. It will concentrate on the period counting from the year of the takeover until the early 1970s in which resistance groups were starkly fought and could be found very disarticulated.

**Key-words:** Civil-military dictatorship; civil-military dictatorship in Rio Grande do Sul; countryside and boundary cities; exile's routes

## **Lista de Sigla**

9º RI – 9º Regimento de Infantaria

AI ou AI-1 - Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964

AI-5 - Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

ANCUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CFDP - Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DC - Delegacia de Costumes

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAP – Federação Acadêmica Pelotense

FARP - Frente de Ação Revolucionária Popular

ICH / UFPel - Instituto de Ciência Humanas / Universidade Federal de Pelotas

ID/3 – Infantaria Divisionada 3

IPEAS - Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul

IPM – Inquérito Policial Militar

JEC – Juventude Estudantil Cristã

JUC – Juventude Universitária Cristã

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PR – Partido Republicano  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SEC - Secretaria de Educação e Cultura  
SNI - Serviço Nacional de Inteligência  
SOPS - Seção de Ordem Política e Social  
TFP - Tradição, Família e Propriedade  
UCPel - Universidade Católica de Pelotas  
UEE – União Estadual de Estudantes (Rio Grande do Sul)  
UFPeI - Universidade Federal de Pelotas  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UGES – União Gaúcha de Estudantes Secundaristas  
UNE - União Nacional de Estudantes  
UPES – União Pelotense de Estudantes Secundaristas  
URGS - Universidade do Rio Grande do Sul, atual UFRGS  
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO - DITADURA CIVIL MILITAR NA REGIÃO SUL GAÚCHA: CONSIDERAÇÕES A CERCA DO TEMA E DA METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
1.1. <i>Debates e Demandas na Sociedade: .....</i>	19
1.2. <i>História e Ditadura Civil Militar: .....</i>	30
1.3. <i>História Oral, Memória e Ditadura Civil Militar: .....</i>	37
1.4. <i>A Produção Acadêmica Sobre o Rio Grande do Sul: .....</i>	46
<b>2. PANORAMA DAS CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO .....</b>	<b>51</b>
2.1. <i>Resistência ao Golpe e Ditadura Civil Militar em Cidades de Interior .....</i>	53
2.2. <i>Apoio ao Golpe e Ditadura Civil Militar e Repressão aos Opositores .....</i>	60
2.3. <i>Resistência e Repressão Durante a Ditadura Civil Militar nas Cidades de     Pequeno Porte e no Campo .....</i>	69
<b>3. AS PECULIARIDADES DAS CIDADES GAÚCHAS DE FRONTEIRA E A ORGANIZAÇÃO DAS ROTAS DE EXÍLIO.....</b>	<b>75</b>
3.1. <i>Considerações Teóricas de Nosso Tema.....</i>	77
3.2. <i>Rotas, Esquemas. De exílio, de Saída, de Entrada. O Que Estamos     Analisando?.....</i>	83
3.3. <i>Considerações Históricas e Geográficas.....</i>	87
3.4. <i>Como Eram Organizadas as Rotas de Exílio? .....</i>	92
3.5. <i>Rotas de Exílio e Repressão .....</i>	124
3.6. <i>Como Eram Compreendidas as Rotas de Exílio Pela Oposição à     Ditadura?.....</i>	131
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....</b>	<b>134</b>
<b>LISTA DE FONTES .....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>

## **Apresentação**

A presente pesquisa tem como marco inicial a formulação do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2010. Detectando como lacuna na produção historiográfica o impacto do golpe e ditadura civil militar nas cidades de interior, cujas características próprias foram negligenciadas em prol de uma indevida generalização de experiências referenciadas nos grandes centros, me dispus, à época, a investigar a militância de oposição à ditadura civil militar na cidade de Pelotas -RS.

Essa rica experiência permitiu apontar diversas características muito específicas a municípios de interior e de fronteira, mas, principalmente, permitiu perceber que essa região teve papel protagonista em atividade peculiar de oposição: o estabelecimento de rotas de exílio. Muito importante para as organizações de oposição à ditadura em todo o país, essa tarefa também recebeu, como veremos, pouco estudo.

Motivada pela defasagem da produção, seja referente às cidades do interior, seja às rotas de exílio, me dispus a propor o presente trabalho, no intuito de deixar uma contribuição para o tema, ainda carente de novas pesquisas e reflexões mais aprofundadas.

Intento considerar as peculiaridades das cidades de interior e de fronteira no Estado do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, cuja dinâmica é indissociável da organização das rotas de exílio. A presente pesquisa tratará, portanto, de estudar a tarefa peculiar da militância de oposição ao golpe e à ditadura civil militar nas cidades de interior e de fronteira, de organização das rotas de exílio, abordando,

---

<sup>1</sup> Eventualmente se optará por referimos ao território, às características próprias dele ou aos seus habitantes por gaúcho(s). Embora essa palavra não se reduza ao território em questão (podendo referir-se aos uruguayos ou argentinos), estaremos usando o termo “gaúcho” como similar a “sul-rio-grandense”.

para isso, diversos outros aspectos fundamentais para nossa discussão.

Tendo já recolhido uma série de informações e fontes em meu trabalho de conclusão de curso, pude, ainda, contar com a colaboração de diversos militantes dos movimentos sociais - meio em que me insiro - para a efetivação de contatos que possibilitaram uma maior complexificação das fontes orais, centrais no trabalho.

Escolhi compartimentar o resultado desse período de pesquisa no formato de quatro sessões, que, através de diferentes propostas, intentam colaborar com a releitura e ampliação crítica do objeto de pesquisa em apreço.

Em nossa Introdução, *Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: considerações a cerca do tema e da metodologia*, faz-se a apresentação do trabalho e das diversas considerações que devemos ter em horizonte quando trabalhamos com um tema ainda tão vivo e controverso. Ponderaremos os debates e reivindicações da sociedade ante ao tema, a responsabilidade dos pesquisadores e as contribuições que podemos deixar. Há, também, a defesa de algumas das opções metodológicas e teóricas, todavia, essas encontrem-se, por opção narrativa, diluídas ao longo do trabalho, sempre que se fez necessário introduzir ou retomar conceitos.

No capítulo que se segue, *Panorama das Cidades do Interior do Estado*, o esforço foi traçar considerações que permitissem ter um quadro geral das especificidades das cidades do interior do Rio Grande do Sul no período: como a ditadura se expressou, atingiu militantes e a sociedade como um todo, quais as declarações e ações de apoio e repúdio, como foi combatida, entre outras questões.

Com uma grande dificuldade de encontrar bibliografia de suporte, foi necessário construir um diálogo com os poucos trabalhos pertinentes ao tema, complementando e problematizando com fontes disponíveis, como matérias de jornais e entrevistas. O intuito foi contemplar municípios de diferentes localidades e atividades econômicas, além das demais particularidades. Consideramos ainda as diferenças existentes entre cidades de médio e pequeno porte, tendo um subcapítulo em específico para tratar dessa última, considerando o porte de um município como uma categoria que articula extensão territorial e densidade demográfica.

O capítulo *As Peculiaridades das Cidades Gaúchas de Fronteira* tem como proposta central analisar especificamente os municípios de interior e de fronteira e a atividade de organização das rotas de exílio. Propus aqui novas discussões teóricas, específicas ao tema, além de analisar a constituição dessas rotas em si. A fonte central é a memória de militantes que participaram das ações, seja na condição de proponente, seja na condição de usuário ou, ainda, em ambas as posições.

Apono como consideração aos leitores que, em algumas passagens desse trabalho, há certa preponderância de relatos relacionados à cidade de Pelotas - RS (embora não seja essa a proposta), devido às fontes colhidas. Houve, é necessário explicitar, o cuidado de não deixar as demais experiências serem dominadas. Ainda assim, em várias questões é possível observar características que podem ser relativamente generalizada aos municípios com propriedades similares às de Pelotas: de médio porte e universitária. Ainda, apesar dos limites impostos, foi tomado o cuidado de ter várias outras características representadas pelas fontes.

Finalizando nosso trabalho foi proposto, na conclusão, um fechamento das discussões e a retomada dos principais pontos, sistematizando os debates e considerações.

Para iniciarmos nossa leitura, manifesto que intento deixar uma pequena contribuição ao tema, tão importante, porém, carente de discussão. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

## **1. Introdução - Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: considerações a cerca do tema e da metodologia**

A pesquisa sobre Ditadura Civil Militar no Brasil atualmente pode ser considerada de privilegiada produção, em certa medida, por ser mobilizadora da opinião pública e suscitar debates, não só no meio acadêmico, mas na sociedade como um todo, haja vista a demanda dos meios de comunicação, o relativo sucesso de vendas de livros sobre o período<sup>2</sup> e, também, as sucessivas manifestações públicas de parcela da população organizada.

Porém, essa produção centra-se na investigação sobre o eixo São Paulo/ Rio de Janeiro ou, eventualmente, nas capitais de outros Estados. No entanto, mais recentemente têm se questionado os limites de representatividade dessa produção que tende a generalizar algumas experiências e não abranger diferentes formas de mobilização, luta, resistência e repressão. Percebe-se entre os pesquisadores uma preocupação em abordar novos focos, para que a maior complexificação nos possibilite entender as diversas formas com que a ditadura civil militar se expressou e foi combatida no Brasil. Diversas iniciativas, dentro e fora da academia, têm se voltado para uma pesquisa que busca novos temas.

Sobre o Rio Grande do Sul, podemos apontar algumas peculiaridades que resultam em características específicas para o período de ditadura civil militar. A localização, por exemplo, que faz limite com Uruguai e Argentina, cujos desdobramentos serão apontados ao longo do trabalho, sendo o principal foco de nossa pesquisa a organização de rotas de exílio através da fronteira uruguaia.

---

<sup>2</sup> Em especial os que foram mais promovidos pela grande mídia: em uma semana, os dois primeiros livros da coleção de Élio Gaspari, (Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002-2004) venderam cerca de 100 mil exemplares. Segundo.: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteeelazer,lancamentos-literarios-recentes-se-dedicam-a-ditadura-militar-no-brasil,803015,0.htm>. Acessado 01/11/2012.

Também é peculiar ao Estado o papel protagonista de articulador da Campanha da Legalidade, que garantiu a posse do presidente João Goulart, em 1961 e postergou a iniciativa de golpe dos setores mais reacionários do país. É percebido, igualmente, um forte apelo às reformas de base. Constituíam-se, então, um Estado marcado por diversas experiências de mobilização legalista, organizada em defesa do cumprimento de mandato do presidente João Goulart<sup>3</sup>. Houve, portanto, uma importante organização no Rio Grande do Sul contra o golpe militar em 1964 e, também, grandes expectativas de diversos setores da população na defesa do governo Jango.

Já tendo sido constatadas, até mesmo através das memórias dos militantes<sup>4</sup>, as tarefas específicas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, especialmente as conexas ao interior e à fronteira, ainda assim, o estudo dessas peculiaridades não foi esgotado pela academia.

O objetivo desse trabalho será o de pesquisar as atividades da militância de cidades do interior e de fronteira com o Uruguai, na organização da resistência ao golpe e à ditadura civil militar, dando ênfase às atividades próprias dessa região, de organização das rotas de exílio.

Como veremos, essas rotas não só garantiram salvaguardar a vida de muitas pessoas, como constituíram-se, elas próprias, como uma forma de oposição à ditadura civil militar e como uma possibilidade para a organização da militância e das lutas. Portanto, não só garantiu a integridade física de perseguidos, como, também, permitiu, em certa medida, a reorganização da oposição fora do país.

Devemos, no presente trabalho, ultrapassar a compreensão da fronteira como constituída pelas cidades limítrofes do país, incluindo também cidades cujas dinâmicas próprias se inserem nas peculiaridades da região e que devem ser compreendidas como parte desse cenário. Embora eventualmente seja necessário fazer menção à nossa fronteira limítrofe, ou seja, aos nossos limites políticos com os demais países, a fronteira deve ser compreendida como

---

<sup>3</sup> Essas peculiaridades aparecem, por exemplo, apontadas no prefácio da coleção: PADRÓS, Enrique et al (org.) *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e Memória*. Vol. I-IV. POA: Corag, 2009.

<sup>4</sup> Por exemplo, como apontado no relato em Koutzii, Flávio. *Trajetórias*. In.: PADRÓS, Enrique; et al (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. Vol. III - Conexão Repressiva e Operação Condor*. POA: CORAG, 2009, p.111.

*fronteira zona*, onde ocorrem permanentes trocas (culturais, econômicas, estatais...)⁵. Pretende-se, pois, uma vez que temos essa compreensão, inserir em nossas análises, mesmo que tangencialmente, essas trocas, ocorridas nesse espaço. Essa compreensão nos permite ainda, incluímos em nossa pesquisa cidades que não compõe o limite do país, mas, ainda assim, fazem parte desse cenário. Eventualmente, analisaremos ainda, cidades que fogem dessa perspectiva, a fim de conseguirmos compor um cenário do período e dialogar com os acontecimentos de todo o Estado.

Pretende-se também questionar as dinâmicas estabelecidas entre as militâncias das cidades, organizações e exilados. Ainda, propõe-se discutir a relação entre as possibilidades de resistência e repressão aos militantes e, mais amplamente, a relação entre as especificidades da repressão na fronteira e o cotidiano da população.

Focaremos, portanto, nas rotas estabelecidas entre o Brasil e o Uruguai, estabelecendo como local de nossa pesquisa, para isso, o Estado ao extremo sul do país, o Rio Grande do Sul. Mais especificamente, nos debruçaremos sobre trajetos estabelecidos através dos municípios de Pelotas ou de Rio Grande em direção a Jaguarão ou Santa Vitória do Palmar e Chuí (até então parte de Santa Vitória do Palmar, o município foi emancipado apenas em 1995) e, também, abordaremos experiência de passagem por meio às propriedades rurais, podendo abarcar ainda outros municípios limítrofes, para além dos supracitados.

Deter-nos-emos ao período que se inicia em 1964, ano do golpe, para entendermos as primeiras atividades de resistência e as primeiras ações de repressão que resultaram na busca pelas passagens de exílio, até meados da década de 1970, período em que as organizações de esquerda no país se desmantelaram ao máximo, devido à forte repressão resultante das políticas de 1968⁶.

---

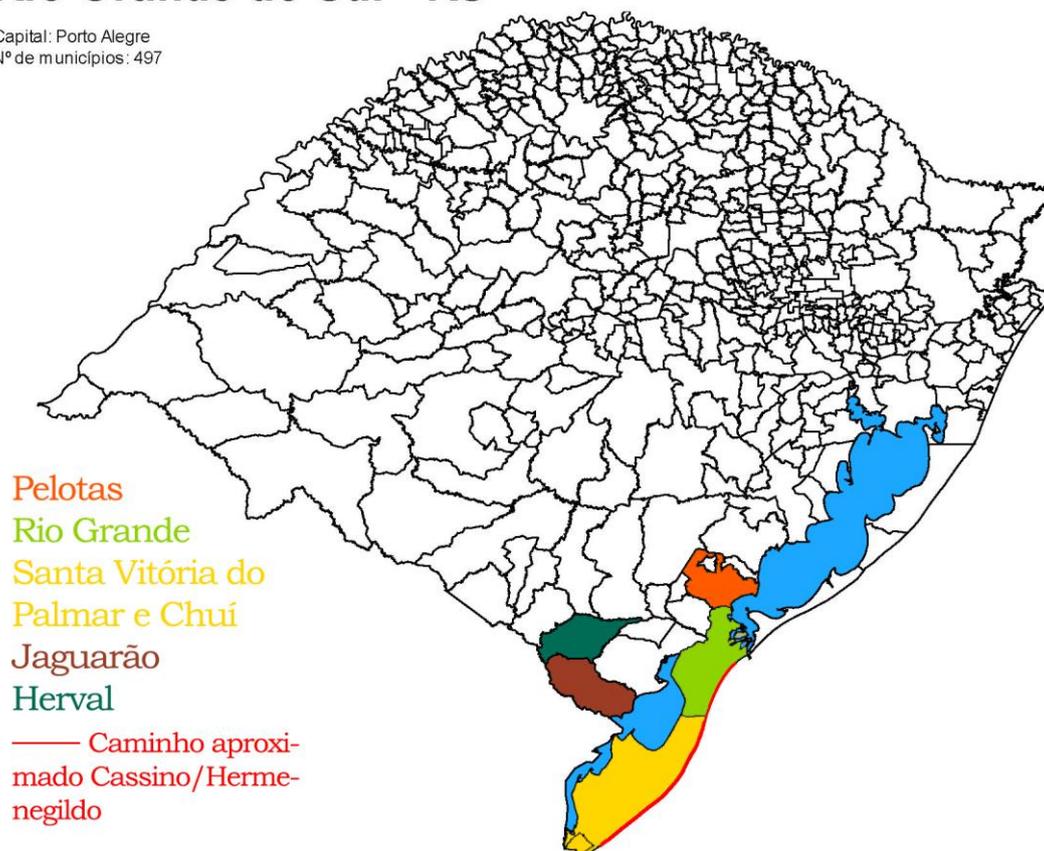
⁵ O debate já é bastante desenvolvido na História. Pode ser encontrado, ainda, sistematizado em PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil/Uruguai*. Brasília: FUNAG, 2010.

⁶ Sobre fragmentação da esquerda, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. SP: Ática, 1987.

Para melhor sistematização de nosso conhecimento, apresento a seguir mapa político atual do Rio Grande do Sul<sup>7</sup>, com as cidades que estudaremos<sup>8</sup>.

## Rio Grande do Sul - RS

Capital: Porto Alegre  
Nº de municípios: 497



<sup>7</sup> Que se difere do mapa político do período por conter cidades que, na época, não eram independentes. Proponho que se analise mapa atual pois as mudanças não interferem em nosso resultado e, considerando de forma didática, possibilitam que melhor nos localizemos. Marco, ainda, um caminho utilizado, como veremos, costeando o litoral compreendido entre as praias do Cassino e do Hermenegildo.

<sup>8</sup> Retirado e adaptado pela autora de [ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/politico/unidades\\_federacao/rs\\_politico.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/unidades_federacao/rs_politico.pdf). Acesso: 25/11/2013.

## 1.1. Debates e Demandas na Sociedade<sup>9</sup>:

Estando apresentado nosso objeto, devemos tecer diversas considerações que nortearão nosso estudo. Tema marcante da História do Tempo Presente<sup>10</sup> no Brasil, o estudo sobre Ditadura Civil Militar requer que consideremos os debates e demandas sociais sobre o assunto, mantendo sempre como horizonte de nossa pesquisa as preocupações sobre o papel do historiador, com especial cuidado a esse tema tão caro e “vivo” atualmente. Neste momento do texto, dedicaremos nossa atenção à entendermos como o assunto é discutido na sociedade, quais são suas demandas e as diversas (e divergentes) tomadas de posição, para podermos entender qual o papel e responsabilidades do historiador ao enfrentar esse tema. Para tanto, devemos retomar o fim da ditadura civil militar e nosso período de república democrática mais recente.

Temos que considerar, por exemplo, imprecisões causadas por falta de políticas de transição, que, entre outras funções, apuraria os acontecimentos. Trabalhamos com vários dados baseados em estimativas que destoam entre si consideravelmente. Por exemplo, embora já seja possível fazer algumas aproximações sobre dados de atingidos pelo período, ainda assim, apenas chegaremos a dados mais precisos - mas, ainda assim, carentes de absoluta precisão - após o encerramento das atividades da Comissão Nacional da Verdade, quase três décadas depois do fim do regime. Sabemos, entretanto, que

---

<sup>9</sup> Parte da discussão aqui apresentada, em especial sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade, foi enviada para publicação no *I Congresso Internacional de Direitos Humanos: Emancipação e Ruptura*, promovido pela UCS/ Caxias do Sul, em 29 a 31 de agosto de 2012.

<sup>10</sup> Termo refere-se à história mais atual, como resume Ferreira “Para alguns trata-se do período que remonta à última grande ruptura; para outros trata-se da época em que vivemos e de que temos lembranças, ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em cheque” (FERREIRA, Marieta. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000). Estamos compreendendo aqui como História do Tempo Presente pois trata-se de um período muito atual de nossa história, certamente um grande marco, estando não só os protagonistas vivos (militantes de oposição ao período, familiares de mortos e desaparecidos, tanto quanto militares e civis apoiadores do golpe), mas, também, por ser um tema que influencia diretamente a geração que sucede à essa e que cobra, também, respostas.

o número a ser apurado e, mais que isso, o perfil dos atingidos é muito maior que os reconhecidos oficialmente. Resta tecermos então algumas considerações sobre nossa reabertura, algumas disputas atuais e interferências em nossa pesquisa.

Estima-se, por exemplo, que nos primeiros meses de golpe, tenham sido afastados cerca de dez mil funcionários públicos e, ao longo da ditadura, pelo menos dez mil brasileiros tenham partido para o exílio - sendo 130 banidos<sup>11</sup>. Já em 1978, o autor de *Liberdade para os Brasileiros: Anistia Ontem e Hoje*<sup>12</sup>, estimava que cerca de um milhão de brasileiros necessitavam de anistia diretamente<sup>13</sup>. Conforme o autor, teriam sido atingidos um em cada cem brasileiros, embora, efetivamente, esses números não tenham se confirmado em buscas por anistia até a atualidade.

No período que conhecemos como reabertura política - um período de muitas incertezas, com avanços e recuos - a campanha pela anistia e, de uma forma geral, pelo fim da ditadura civil militar, acabou por envolver uma parcela significativa da sociedade: movimentou um número muito grande de pessoas (as manifestações por *Diretas Já!* chegaram a reunir, por exemplo, em ato, cerca de um milhão e meio de manifestantes em São Paulo<sup>14</sup>), ganhou apoio entre as mais diversas figuras públicas e, até, chegou a espaços populares, como os estádios de futebol<sup>15</sup>.

Enfatizamos que, principalmente, a pressão popular impôs o fim da ditadura civil militar no Brasil e exigiu a reabertura política - sem desconsiderarmos a existência de outros fatores. Todavia, além de lenta e gradual, foi uma reabertura cujos parâmetros de transição foram feitos ainda sob tutela militar (um dos motivos para as nossas medidas de transição terem sido condenadas internacionalmente na atualidade).

---

<sup>11</sup> Estimativas apresentadas em: MEZAROBBA, Glenda. *Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil*. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 7, n. 13, dez. 2010.

<sup>12</sup> MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade Para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>13</sup> Seja por exílio, afastamento de cargo, prisão, enfim, por diversas formas de perseguição política.

<sup>14</sup> Conforme: JORNAL DO BRASIL. RJ, 27 de abril de 1984. P.1.

<sup>15</sup> em que se estendiam faixas de protesto, sendo necessário, ainda, fazermos menção à Democracia Corinthiana e à participação do jogador Sócrates nas campanhas por *Diretas Já!*, junto a diversos artistas e lideranças.

Apartada da discussão na sociedade e ignorando suas demandas, nossa Lei de Anistia<sup>16</sup>, criada nesse contexto, embora, efetivamente, tenha tido um saldo positivo para a militância da época, em longo prazo, serviu aos militares, acima de tudo. Permitiu a volta dos exilados e a soltura de diversos presos políticos, mas, mesmo tendo excluído dos anistiados os militantes que cometeram os chamados “crimes de sangue”<sup>17</sup>, permite, até hoje, que se encubra os torturadores, assassinos e sequestradores, que agiram em nome do Estado. A lei ainda é empecilho à Justiça e um dispositivo para apartar a sociedade do direito à Memória e Verdade sobre o período.

Essas reivindicações, que cada vez mais ganham força entre os militantes de Direitos Humanos no Brasil - por *Verdade, Memória e Justiça* -, são direitos defendidos principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial e foram internacionalmente assegurados às sociedades que passaram por período de conflito, principalmente através dos protocolos I e II de 1977, adicionais à Convenção de Genebra de 1943, tornados responsabilidade do Estado Brasileiro a partir de decreto, em 1993<sup>18</sup>.

Porém, com o intuito de deixar intocados os crimes cometidos durante o período ditatorial, as leis que se seguiram, justificadas pelo mito da “reconciliação nacional”, promoveram a impunidade e instauram, no Brasil, o silêncio. Podemos falar, até um período muito recente, que em nosso país e nos vizinhos, tivemos ações estatais para o esquecimento. Conforme Padrós e Gasparotto:

No caso das ditaduras do Cone Sul, a questão do esquecimento relaciona-se a uma ação institucional de esquecimento organizado e induzido, ou seja, de políticas estatais oficiais que impõem a desmemória “de cima para baixo”. O desconhecimento de parte de um passado, diante dos pactos de silêncio oficiais e instituídos e da inacessibilidade das fontes, impedem a elaboração e seleção de lembranças. O esquecimento é um exercício mental que, individualmente, funciona como uma espécie de filtro que permite restringir certas lembranças ao essencial. Entretanto, o esquecimento organizado e induzido é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que

---

<sup>16</sup> BRASIL. Lei nº 6.683/1979.

<sup>17</sup> Conforme BRASIL. Lei nº 6.683/1979, artigo 1º, § 2º: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.

<sup>18</sup> Tornados responsabilidade do Estado brasileiro através de: BRASIL, decreto nº 849/1993.

impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum<sup>19</sup>.

Portanto, se em um primeiro momento, a luta por anistia e fim da ditadura civil militar envolveu uma parcela significativa da sociedade, após, com uma política institucional de esquecimento, essa discussão deixou as ruas e passou a ser, por um longo período, uma reivindicação mais restrita aos familiares dos mortos e desaparecidos ou aos militantes atingidos.

Pressionado por um grupo cada vez menor numericamente, as ações do Estado para o período passaram a ser uma série de medidas de reparação, tratadas no âmbito privado, bem longe de atender ao direito à Memória, Verdade e Justiça, ou entendê-los como direito de toda a sociedade.

Essas leis de reparação, além de todas as suas restrições, são, ainda, tardias. O Estado reconheceu os desaparecidos políticos do período como mortos apenas no governo Fernando Henrique Cardoso, com a Lei dos Desaparecidos<sup>20</sup>, contemplando apenas 136 nomes. Apesar de finalmente o Estado tomar para si a responsabilidade pelas agressões que cometeu contra seus cidadãos, o número de desaparecidos pelo qual o Estado se responsabilizou é muito aquém do que se espera apurar atualmente na Comissão Nacional da Verdade.

Foi, também, criada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, como ficou conhecida, para avaliar os pedidos de óbitos e indenizações, igualmente previstos na lei. Essa comissão acabou por juntar muita informação, diversas vezes publicizadas<sup>21</sup>. Todavia, a Lei dos Desaparecidos foi muito criticada, por suas limitações, algumas heranças da Lei de Anistia, mas também, porque legava aos familiares dos desaparecidos o ônus da prova da participação do Estado no desaparecimento de seu parente, desresponsabilizando o Estado por buscar e fornecer informações.

---

<sup>19</sup> GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. IN: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). *Ensino de História - Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010.

<sup>20</sup> BRASIL, Lei nº 9.140/1995.

<sup>21</sup> Acompanhe o site <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>, organizado pela comissão, junto ao Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

Tem-se também a criação da Comissão da Anistia<sup>22</sup>, que atua analisando os pedidos dos atingidos pela ditadura civil militar. Para essa foram encaminhados milhares de casos para apreciação e, deles, cerca de 35 mil foram os anistiados, embora menos da metade tenham sido indenizados<sup>23</sup>.

Considerando que as ações amparadas na Lei dos Mortos e Desaparecidos poderiam ser movidas exclusivamente por um familiar e, também, que a Comissão da Anistia centra-se, sobretudo, em indenizações, percebemos que as medidas do Estado atendiam uma dívida perante aos atingidos, individualmente, porém não visavam reparar sua dívida com a sociedade como um todo.

Entretanto, ultimamente, no Brasil, cada vez mais os temas ligados ao período da ditadura civil militar tem voltado à pauta na sociedade. Se raramente no período anterior o tema chamou atenção, mesmo dentro da academia, em 2004 - considerando que efemérides sempre causam um impacto em eventos e, mesmo, na produção - pudemos notar que seminários, palestras, encontros, aconteceram em diversos lugares e foram sucesso de público, tanto quanto o foram as publicações, além de ser um tema explorado por diversos meios de comunicação, muito diferente do que poderíamos diagnosticar para períodos anteriores, em que os pesquisadores não eram tão numerosos, nem conseguiam mobilizar tanta atenção.

Percebemos, também, uma grande pressão de órgãos de Direitos Humanos para que se apurem os fatos e um número mais expressivo de pesquisadores do tema engajados, que têm participado de ações públicas de denúncia. Um exemplo mais expressivo da atuação desses pesquisadores foi participando da reivindicação pela abertura dos “arquivos da ditadura”, que ganhou força, sobretudo, no meio acadêmico. Pauta finalmente atendida, como veremos, pela lei que regulamenta o acesso à informação pública no Brasil<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Criada por: BRASIL. Medida Provisória nº 2.151/2001. Destinada a apreciar pedidos de indenização por pessoas impedidas de exercer atividades econômicas por motivos políticos. A Comissão da Anistia também realiza ações mais públicas, como as Caravanas da Anistia - sessões itinerantes de apreciação de requerimentos de reparação. Porém seu foco é a reparação pecuniária.

<sup>23</sup> Dados até o ano de 2011, segundo MEZAROBBA, Glenda. *Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil*. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 7, n. 13, dez. 2010.

<sup>24</sup> Lei conhecida como Lei de Acesso à Informação: BRASIL. Lei N 12.527/2011.

Cada vez mais o tema move a discussão na sociedade, cria polêmicas e demandas ao Estado.

É notável, igualmente, a ação da Ordem dos Advogados do Brasil, questionando o Supremo Tribunal Federal sobre a validade da Lei de Anistia. Apesar de o supremo ter definido que não era seu papel tomar posição sobre a demanda, o questionamento suscitou diversas polêmicas que ainda produzem impasses no âmbito jurídico, propondo reinterpretações e, mesmo, a anulação da lei. Percebemos que, de forma geral, o judiciário brasileiro é, ainda, muito conservador.

O Brasil não obteve avanços significativos na área criminal: amparados na Lei de Anistia (muito embora apresente possíveis brechas, diversas imprecisões e inúmeros questionamentos sobre validade e alcance) nenhum dos crimes, mesmo considerados de lesa-humanidade, foram passíveis de punição.

Algumas foram, ainda, as tentativas de responsabilizar o Estado na obtenção de informação, averiguação dos acontecimentos e apuração de culpados, principalmente pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Após esgotar as possibilidades via ação judicial dentro do país, os familiares de desaparecidos na região do Araguaia recorreram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, em 2010, após julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil foi condenado. Segundo a decisão da Corte:

[...] Os representantes ressaltaram que, apesar de reconhecer a recente boa vontade do Estado brasileiro ao adotar medidas a esse respeito, principalmente a recuperação da memória das vítimas da ditadura militar no país, estas são insuficientes, inadequadas e não estão em consonância com os parâmetros determinados pelo Sistema Interamericano em matéria de reparação de graves violações de direitos humanos.<sup>25</sup>

[...] Declara, por unanimidade, que [...] 3. As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana<sup>26</sup>, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante

---

<sup>25</sup> CORTE Interamericana de Direitos Humanos - Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil Sentença de 24 de Novembro de 2010. P. 93

<sup>26</sup> A Convenção Americana diz respeito ao tratado assinado pelo Brasil em 1992: BRASIL. Decreto N 678/1992. Nota da autora.

impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.<sup>27</sup>

Mesmo as medidas que mais avançaram no Brasil foram consideradas “insuficientes, inadequadas”. Das diversas medidas impostas pela corte, que tratam tanto do direito à justiça quanto à memória e à verdade (prevendo responsabilização do Estado na apuração dos fatos e audiências públicas, por exemplo), foi imposto ao Brasil, entre outros, que procure os restos mortais dos militantes e camponeses mortos nos confrontos da Guerrilha do Araguaia, e, também, que se penalize os autores dos crimes de violações graves aos direitos humanos, pois, tendo cometido crimes de lesa-humanidade, não poderiam ser acobertados por anistia ou qualquer outro dispositivo legal.

Torna-se, portanto, insustentável para o país manter sua posição de não tratar o assunto, em prol da “reconciliação nacional”. Portanto, mais recentemente, uma série de medidas têm sido desenvolvidas, sendo a mais expressiva e polêmica, a criação da Comissão Nacional da Verdade, demanda antiga das entidades de direitos humanos. Importante colocar que o processo de elaboração da lei e da criação da Comissão Nacional da Verdade foi marcado por uma série de disputas e controvérsias.

Em, 2008 a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos aprovou a proposta de criar uma “Comissão da Verdade e da Justiça”. No entanto, na elaboração do texto final do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, lançado em dezembro de 2009 pelo Governo Federal, o projeto sofreu alteração, e foi retirado o termo “justiça”, que afastou ainda mais do horizonte a possibilidade de uma resposta penal aos envolvidos em crimes contra os Direitos Humanos. Reafirmava-se no Brasil o propósito de se “promover a reconciliação nacional” ao invés de, “promover a consolidação da democracia”, como propunham militantes por Direitos Humanos, em manifesto<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> CORTE Interamericana de Direitos Humanos - Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil Sentença de 24 de Novembro de 2010. P. 114.

<sup>28</sup> Conforme Manifesto em favor da alteração de texto do PL 7.376/2010, amplamente divulgado e que pode ser consultado em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/direto-dos-movimentos/888-movimentos-e-sociedade-civil-exigem-alteracao-do-texto-da-comissao-da-verdade>. Acessado em 18/08/2012.

Há, evidentemente, desdobramentos da forma com que foi criada a Comissão:

Tal conformação de forças implicou na retomada de discussões a princípio superadas entre quem historicamente reivindica a formação dessa comissão, como, por exemplo, a retomada da discussão sobre a necessidade de “investigação dos dois lados”. Significou, também, uma maior limitação das possibilidades de trabalho da comissão - sendo, como vimos, a impossibilidade de penalização dos responsáveis o limite mais criticado por diversos militantes pelos direitos humanos. Temos, portanto, uma comissão mais limitada em seus poderes e, além disso, uma vez que retoma discussões já superadas, também é retardatária em dar andamento em suas ações, urgentes em serem efetivadas, uma vez que tem tão curto prazo para realizar seus trabalhos<sup>29</sup>.

Vemos desenhados diversos limites que se põe no Brasil para avançar em verdade e memória, porém, maiores são os para se avançar em justiça, todavia, devemos ressaltar que os resultados reais da CNV só se desenhará melhor após apresentação de seus trabalhos realizados, com seus rumos ainda em disputa.

Outra mostra evidente de um maior engajamento de diversos setores da sociedade e discussão em torno do tema é a formação de diversos Comitês por Verdade, Memória e Justiça - que, embora possa colaborar com a CNV, não tem vínculos com o Estado brasileiro, pois se trata de uma iniciativa civil.

Outra ação civil que ganhou bastante notoriedade foi a realização, em nosso país, da experiência argentina dos ditos “escrachos”. Promovidos por movimentos sociais ligados à luta por Direitos Humanos, a principal ideia é fazer denúncias e promover a condenação social, uma vez que é negada a condenação jurídica.

Entre as diversas manifestações da sociedade civil e, também, o relativo “sucesso” do tema quando abordado pela grande mídia, podemos considerar que o debate é mobilizador da sociedade e causa uma forte disputa da

---

<sup>29</sup> SILVEIRA, Marília; GASPAROTTO, Alessandra; VECHIA, Renato. *A Criação da Comissão Nacional da Verdade e a Luta por Verdade, Memória e Justiça no Brasil*. Espaço Plural, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012. P. 94.

opinião pública, o que explica a constante cobrança por políticas de memória, em algum grau atendidas por programas como o *Memórias Reveladas*<sup>30</sup>.

É também um avanço que, conforme vimos, tenhamos superado os entraves para o acesso à informação, apoiados no direito assegurado pela Constituição Federal, que prevê que:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado<sup>31</sup>.

Temos então a Lei de Acesso à Informação<sup>32</sup>, que regulamenta a consulta aos documentos públicos. Embora não trate exclusivamente dos arquivos da ditadura civil militar, mas, mais amplamente, de publicizar e dar transparência às ações do Estado, indiretamente, disponibiliza os arquivos da ditadura, até então em parte não disponíveis para consulta, uma vez que retira restrição à documentação e às informações relacionadas aos Direitos Humanos no país. Trata-se de mais um avanço, pressionado por esse novo momento que o Brasil experimenta, que permite mais amplamente a pesquisa no assunto, entendendo as violações cometidas à época como crimes contra toda a sociedade e, portanto, tendo medidas reparatorias de caráter público.

Deve-se, no entanto, fazer a ressalva de que os pesquisadores ainda encontram muitos entraves, mesmo com a lei, para acessar os arquivos, impostos, em boa medida, pelas próprias entidades mantenedoras, também pelas sucessivas administrações que negligenciaram a conservação dessa documentação, ou, mais, por decisões de descarte desse material.

Mostrou-se, por exemplo, tarefa impossível de conclusão a localização do arquivo da 18ª Região do SOPS (Seções de Ordem Política e Social, uma das seções do DOPS no interior do Estado). Essa região incluía a cidade de Pelotas como sede e abarcava também as cidades de Pedro Osório,

---

<sup>30</sup> Projeto institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República é um centro de documentação e informação sobre as décadas de 1960 a 1980.

<sup>31</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Inciso XXXIII, Capítulo I. 1988.

<sup>32</sup> BRASIL. Lei N. 12.527/2011.

Piratini, Canguçu e São Lourenço do Sul. Embora tenha-se sido dirigido pedido de localização à Brigada Militar, o paradeiro segue desconhecido.

Mais que isso, o arquivo do DOPS/RS foi incinerado em 1982. Entretanto, os arquivos de dez das vinte e quatro seções foram encontrados e hoje estão disponibilizados para consulta no Acervo de Luta Contra a Ditadura, no Arquivo do Estado<sup>33</sup>. Esses arquivos foram consultados para nosso trabalho e permitiram analisar ações repressivas especificamente coordenadas para o controle da fronteira e o traslado de materiais e militantes.

Vemos, portanto, que alguns avanços se desenham, principalmente por verdade e memória, muito embora estando longe de permitir terminar nosso processo de transição para uma democracia efetiva, includente e apartada de resquícios desse passado recente.

A inoperância do Estado, principalmente no âmbito da justiça, tem como reflexo um país marcado pelo cotidiano desrespeito aos direitos humanos, em um aparato repressivo que não se livrou das práticas de tortura (todavia não mais aplicada como política de Estado), por exemplo. Além disso, por não ter efetuado uma reforma em importantes instituições, segundo Mezarobba, ainda temos vários legados presentes. Podemos citar o claro monopólio dos grandes meios de comunicação em nosso país, a repressão a manifestações, a criminalização dos movimentos sociais, e, justamente, o constante desrespeito aos direitos humanos:

Se ainda há muito que fazer para o cumprimento efetivo especialmente dos deveres de verdade e justiça, também permanece em aberto o dever do Estado brasileiro de reformar importantes instituições, tornando-as democráticas e *accountable*. Ainda que não restem dúvidas acerca de importantes avanços, sobretudo nas áreas social e econômica, registrados a partir da redemocratização, segue precário, por exemplo, o respeito aos direitos civis, como atestam os não apenas altos, mas em alguns casos crescentes, índices de violência registrados. Evidência trágica disso é que continua em uso, contra presos comuns, em

---

<sup>33</sup> São os SOPS sediados nas cidades de Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo. Para mais, consultar: FERNANDES, Ananda. *Arquivos Repressivos da Polícia Política: o caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul*. In.: ALVES, Clarissa; PADRÓS, Enrique (ORG.). *II Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai* (2 : 2013 : 24 a 27 abr.: Porto Alegre, RS). Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: CORAG, 2013.

delegacias e presídios de todo o país, o suplício da tortura.<sup>34</sup>

Percebe-se, portanto, a atualidade da temática na sociedade, que demanda por respostas, motivando trabalhos acadêmicos - como o nosso - a se somarem no debate. É também um indicativo de diversas preocupações, como veremos, de cunho teórico, metodológico - e até ético - que estarão no horizonte de nossa pesquisa.

Devemos ter em horizonte que há uma série de pontos que necessitam definição, para além de apenas a pesquisa em si, pois, ao contrário de alguns nichos da história, nosso tema pode suscitar argumentos que combatem a democracia e os direitos humanos e criminalizam posições e trajetórias, uma vez que, como vimos, há uma lacuna na elucidação do debate perante a sociedade, que refletirá em nossas preocupações acadêmicas.

---

<sup>34</sup> MEZAROBBA, Glenda. *Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil*. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 7, n. 13, dez. 2010. P. 20.

## 1.2. História e Ditadura Civil Militar:

Devemos nos deter um momento para entendermos a forma com que esse tema, que, como vimos, está tão presente na sociedade, se reflete na academia. Devemos analisar como a nossa produção está sendo afetada pelas discussões, geradas inclusive fora da academia e traçarmos algumas preocupações que deve ter em mente o pesquisador.

Podemos, por exemplo, projetar que algumas imprecisões serão corrigidas após a publicização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, tanto quanto será possível que novos temas sejam abordados pela academia. O importante trabalho de colher informações, processar o enorme volume de documentação recentemente posto à consulta, colher um grande número de depoimentos, organizar um acervo que será disponível - em parte, inclusive pela internet - certamente dará maior subsídio aos pesquisadores, além de possibilitar que tenhamos dados mais concretos a respeito dos atingidos. Além de termos uma investigação mais séria por parte do Estado a respeito dos mortos em decorrência da Guerrilha do Araguaia, poderemos somar aos relatórios oficiais também os camponeses atingidos pela repressão, ou, mesmo, o extermínio executado contra povos indígenas, em especial durante a construção da rodovia transamazônica - dados que apenas recentemente têm sido trazido à conhecimento<sup>35</sup>.

Também podemos projetar o impacto da já referida nova Lei de Acesso à Informação. Segundo discorre Rodeghero, podemos perceber como a produção acadêmica adquiriu características específicas ao tentar superar os

---

<sup>35</sup> Enquanto o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil identifica 379 atingidos (CFMMP. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1965 – 1985)*. SP: Editora Oficial, 2009.), segundo têm-se divulgado na mídia, podemos somar ao número de mortos mais de 1.000 camponeses, e cerca de 1.500 indígenas (segundo diversas notícias, como COSTA, Gilberto. *Jornal Agência Brasil*. Brasília, 27/09/2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-27/sdh-identifica-cerca-de-12-mil-camponeses-mortos-e-desaparecidos-entre-1961-e-1988> acessado em 01/05/2013 e Site do MPF: [http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_indios-e-minorias/mpf-am-investiga-possiveis-violacoes-aos-direitos-humanos-de-povos-indigenas-tenharim-e-jiahui](http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-am-investiga-possiveis-violacoes-aos-direitos-humanos-de-povos-indigenas-tenharim-e-jiahui), acessado em 01/05/2013).

entraves impostos pela dificuldade de acesso à informação:

[...] no cotidiano da pesquisa histórica pesquisadores e estudantes de História têm “descoberto” novas fontes, abrindo portas para estudos posteriores apesar da demora governamental na liberação de arquivos: é o que se vê na busca de documentação gerada no âmbito das universidades e do movimento estudantil; na busca de registros sobre o funcionamento das Auditorias Militares; na exploração de registros de atuação de advogados de presos políticos ou com prontuários do Presídio Central; na pesquisa sobre órgãos de imprensa alternativa; na elaboração de histórias a partir de depoimentos orais ou, ainda, na constituição de acervos desses depoimentos; na análise de monografias escritas no seio da Academia da Brigada Militar; na consulta aos Anais da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores; na busca de papéis pessoais dos militantes junto a famílias de mortos e desaparecidos; no acompanhamento da trajetória de intelectuais que se colocaram numa posição combativa; no cruzamento de diversas fontes para reconstituir um objeto particular, etc. Estas “descobertas” não tiram a importância de se investir na luta pela abertura de arquivos oficiais. Apenas mostram que a não abertura dos mesmos não tem sido razão forte o suficiente para inviabilizar a pesquisa<sup>36</sup>.

Para suprir a falta de arquivos, os historiadores que se debruçaram sobre o tema passaram a recorrer às diferentes fontes. Percebemos, então, que são várias as pesquisas até aqui desenvolvidas e, com a abertura dos arquivos, a tendência é, à longo prazo, diversificar-se ainda mais a produção.

Uma grande fonte poderá ser o material que será disponibilizado pela Comissão Nacional da Verdade, por exemplo. Evidentemente, é necessário relativizar as expectativas que podem ser criadas com a nova lei, considerando que, como já referenciado, os pesquisadores ainda enfrentam barreiras (não “oficiais”) para acessar a fonte, dificultados, agora, não mais por recursos jurídicos, mas, muitas vezes, pelas próprias instituições que abrigam os acervos, além da dificuldade de saber o real paradeiro - ou mesmo existência - da fonte.

Quando tratamos de um tema tão recente de nossa história, torna-se importante, também, refletir sobre as diversas considerações teóricas atualmente discutidas no âmbito da academia. Para além da já superada discussão sobre a legitimidade da História do Tempo Presente e do “necessário” afastamento para

---

<sup>36</sup> RODEGHERO, Carla. *Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul*. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, POA. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Anais IX Encontro Estadual de História. POA: ANPUHRS, 2008. v. 1. P. 6-7.

uma perspectiva histórica, devemos considerar outras implicâncias dessa aproximação na produção.

Hobsbawm faz importantes considerações em relação à sua experiência de escrita sobre o século XX<sup>37</sup>, que têm tantas questões em aberto, conflitos a serem resolvidos e protagonistas ainda vivos, grande parte atuantes, disputando as interpretações do passado<sup>38</sup>, pois temos no Brasil ainda vivos os reflexos da ditadura civil militar.

Assim como nos alerta Hobsbawm sobre os perigos da pouca problematização ao tratar sobre o nazismo, temos a mesma preocupação em nossas discussões. Portanto, longe de ser uma "reabilitação de um sistema infame"<sup>39</sup>, tratar o golpe como civil e militar, questionando a responsabilidade de todas as parcelas da população e trazendo problematizações às questões que são sucessivas vezes retomadas na sociedade é ver o período com a complexidade que esse requer. Como Fico nos propõe refletir:

A condenação do mal é um truísmo; explica pouco. Por isso, é importante  
desmontar simplismos e estereótipos decorrentes dessa tendência natural. Entretanto, a busca por explicações complexas, refinadas, não pode ser confundida com o que poderíamos chamar de "humanização do algoz". Se todas as interpretações são possíveis, o historiador deve legitimar a leitura da repressão? Esse é um dos riscos implícitos na atuação do historiador como perito, mas compreender o passado não significa justificá-lo<sup>40</sup>.

Cabe, portanto, ao historiador, longe de qualquer simplificação, fazer um trabalho que esteja de acordo com a complexidade do assunto, de forma responsável, compreendendo o papel político que o historiador deve ter, em nosso caso reforçando os direitos humanos, a democracia e as lutas sociais no país.

É necessário também que historiadores proponham pesquisas que dialoguem com os debates que estão sendo feitos na sociedade (como os vistos até aqui), tentando colaborar com novas perspectivas.

---

<sup>37</sup> Quando discute os problemas que detectou ao escrever o livro: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. SP: Companhia das Letras, 1995.

<sup>38</sup> Como o próprio autor se identificou em HOBBSAWM, Eric. *O Presente Como História*. In.: \_\_ *Sobre História*. SP: Companhia das Letras, 1998.

<sup>39</sup> Idem. P. 252.

<sup>40</sup> FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, Eventos Traumáticos e Arquivos Sensíveis*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47. P .43-59, jan/jun 2012. P. 48.

Muitos são os debates ainda vivos hoje e, cada vez mais, em disputa, uma vez que volta à pauta esse tema. Dando seguimento à discussão, problematiza Fico, sobre retomadas de polêmicas até então superadas, na Comissão Nacional da Verdade:

Por exemplo, os debates sobre a Comissão da Verdade, no Brasil, têm suscitado a questão de que os “dois lados” deveriam ser investigados. É a mesma tese que, na Espanha, é chamada de “equivalencia” e, na Argentina, de “dos demonios”, isto é, a violência da repressão comparar-se-ia à violência da esquerda. Por que esse argumento, aparentemente sóbrio, é falso? Há uma resposta formal: as comissões da verdade são criadas para apurar crimes cometidos pelo Estado, não por pessoas. Mais importante, entretanto, é o seguinte: o Estado brasileiro, mesmo durante o regime autoritário, poderia ter combatido a luta armada sem apelar para a tortura e o extermínio. Além disso, muitos ex-integrantes da luta armada – ao menos os que sobreviveram – já foram julgados e punidos.<sup>41</sup>

Podemos endossar os argumentos de Fico, afirmando que não só a ditadura poderia acabar com a guerrilha urbana sem utilizar a prática de tortura e assassinato, como, ainda, devemos atentar que a violência, a tortura, a prisão, o desaparecimento, não foram utilizados exclusivamente contra os guerrilheiros, ou seja, não se tratou de combater violência com violência - o que, todavia, não se justificaria e é igualmente perverso e condenável -, mas, também, contra críticos ao governo, inclusive os que não participavam da luta armada, mesmo em período anterior aos chamados *anos de chumbo*.

É preciso expor, acima de tudo, que tratou-se de uma reação contra a ditadura civil militar, cujas ações ganharam tons gradativamente mais agressivos. Conforme nos alerta Foley e Edwards, ao estudarem associações e *Civil Society's*, essa é, inclusive, uma característica geral às sociedades que são submetidas a Estados antidemocráticos:

Where the state is unresponsive, its institutions are undemocratic, or its democracy is ill designed to recognize and respond to citizen demands, the character of collective action will be decidedly different than under a strong and democratic system. Citizens will find their efforts to organize for civil ends frustrated by state policy - at some times actively repressed, at others simply ignored. Increasingly aggressive forms of civil association will pring up, and more and more ordinary citizens will be driven into either active militancy against the state or self-protective apathy. The breakdown of the tutelary democracies and authoritarian states of

---

<sup>41</sup> Idem P. 48-49.

Latin America in the 1970s and 1980s attests to what more than one observer has euphemistically called "the dangers of excluding reformists from power." In such settings, all of civil life may become polarized, as Samuel P. Huntington pointed out long ago (though the solutions he advocated proved elusive); and even Putnam's choral societies and bowling leagues - even nuns and bishops! - may become "subversive"<sup>42</sup>.

Onde o Estado é indiferente, suas instituições são antidemocráticas, ou sua democracia é fragilmente projetada para reconhecer e responder as demandas dos cidadãos, o caráter da ação coletiva vai ser decididamente diferente do que sob um forte sistema democrático. Os cidadãos acharão seus esforços para organizações de fins civis frustrados pela polícia do Estado - em alguns momentos ativamente reprimidos, em outros simplesmente ignorados. Gradativamente, formas mais agressivas de associações civis irão surgir e, cada vez mais, cidadãos comuns serão levados ou para a militância ativa contra o Estado ou para uma apatia auto protetora. A quebra da tutela democrática e dos estados autoritários na América Latina nas décadas de 1970 e 1980 comprovam o que mais de um observador eufemicamente chamou de "o perigo de excluir os reformistas do poder". Nestes cenários, toda a vida civil pode tornar-se polarizada, como Samuel P. Huntington apontou há muito tempo (através de soluções defendidas por ele, as quais revelaram-se evasivas); E até mesmo as sociedades de coral e as ligas de boliche de Putnam - até mesmo freiras e bispos! - podem tornar-se "subversivos"<sup>43</sup>

Esse trecho, além de permitir que se questione o limite de nossa democracia, que não responde às demandas da sociedade por Memória, Verdade e Justiça, expõe, também, a necessidade de que se faça a diferenciação entre um Estado que, acima de tudo, não pode atentar contra a vida de seus cidadãos e uma sociedade que reage com uma oposição que, gradativamente (a depender da política do Estado e da ação policial) torna-se cada vez mais agressiva.

Há muito que as teses que defendem a dupla culpabilidade do golpe são refutadas por diversos pesquisadores. São muitos os argumentos que corroboram: seja por terem sido os legalistas os atingidos massivamente, em um primeiro momento, ou porque parte significativa da esquerda defendia a democracia - como a experiência chilena da via democrática - ou, ainda, porque parte desses militantes que partiram para a luta armada o fizeram após esgotadas todas as demais vias de resistência, inclusive, referências teóricas para a

---

<sup>42</sup> FOLEY, Michael; EDWARDS, Bob. *The Paradox of Civil Society*. Journal of Democracy, 1996. P. 07

<sup>43</sup> Tradução da autora.

esquerda de todo o mundo, defendiam que se esgotasse as possibilidades legais de luta antes de um enfrentamento armado. Longe de defendermos que a esquerda tenha práticas como sequestro ou qualquer uso de violência, ainda assim, é necessário que percebamos a diferença entre repressores e reprimidos.

Outra polêmica, mais específica ao meio acadêmico, sobre a qual devemos nos posicionarmos, diz respeito a compreendermos o papel que o historiador poderia ter ao integrar a Comissão Nacional da Verdade. Essa discussão, em específico, deve ser aqui reassumida para que possamos discutir a necessidade de se retomar, em qualquer pesquisa, o papel político do pesquisador. Discussão que muitas vezes é pouco explícita, porém, nos é muito cara, por estar ligada às nossas responsabilidades perante a sociedade.

Primeiramente, o próprio sentido de “verdade” significa um problema ao historiador, mas, se entendermo-lo como um termo que impele à apuração dos fatos, até então negado às vítimas e à sociedade e não como uma verdade imposta e absoluta, podemos compreender que o historiador poderia desenvolver trabalho nesses parâmetros. Porém, diversos foram os profissionais que, sendo referência na pesquisa do tema, não souberam compreender a importância de historiadores na comissão<sup>44</sup>.

Ora, cabe retomar que o ofício do historiador não é circunscrito exclusivamente à arquivos, pó e escrita. Cabe retomar que o historiador deve ter um comprometimento com a sociedade - o que, obviamente não inclui ignorar fontes, deixar de fazer um trabalho crítico e, menos ainda, “falsificar” a história. O historiador tem um papel político, cujas delimitações são sempre rediscutidas, mas assumido, desde que deixamos de nos balizarmos pelo tão antigo historicismo. Podemos, portanto, nos apropriarmos da reflexão proposta por Ramirez, ao pensar a historiografia das ditaduras civis militares nos países do Cone Sul:

O ofício de historiar se amarra às necessidades políticas e com o tempo em que ele está inserido. Novos ares trouxeram novos problemas, novas críticas a posturas teóricas e metodológicas que tinham se convertido em paradigmas, possibilitando assim que voltássemos ao passado enxergando-o desde outras perspectivas, a quais revelam novas facetas e ajudam a repensar as nossas velhas práticas. A história do Tempo Presente e a política, entrando pela janela, não têm efeitos ruins, ao contrário,

---

<sup>44</sup> Podemos citar, por exemplo, a posição do pesquisador Carlos Fico.

podem trazer um novo ar que renove nossa disciplina.<sup>45</sup>

A reflexão não é estranha aos historiadores, mas precisa ser sistematicamente retomada, principalmente quando tratamos com História do Tempo Presente e temos um tema que cada vez mais gera discussões e posicionamentos na sociedade. É, portanto, fundamental ao historiador, e é essa a principal reflexão proposta por esse subcapítulo, ter claro seu papel e o papel de sua pesquisa na sociedade.

---

<sup>45</sup> RAMIREZ, Hernán. *Política e Tempo Presente na Historiografia das Ditaduras do Cone Sul da América Latina*. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, nº1. Jan/Jul, 2012. P. 88.

### 1.3. História Oral, Memória e Ditadura Civil Militar:

Já consideramos previamente os vários desafios que encontrará o historiador ao tratar de nosso tema, tanto quanto, todo o cuidado e responsabilidade perante as demandas sociais. Mas como responder às perguntas que nos propomos estudar? Como veremos, são vários os motivos pelos quais optou-se investigarmos através da memória os nossos questionamentos, utilizando-nos de memórias escritas e, principalmente, de entrevistas. Portanto, cabe também, exercer uma reflexão a respeito da memória e da História Oral.

Não nos deteremos aqui em fazer uma defesa da História Oral. Já é consolidada na História e o debate que a descredibiliza é, cada vez mais, superado. Cabe sim considerarmos as peculiaridades da História Oral para o estudo da Ditadura Civil Militar e, mais detidamente, para nosso trabalho.

A História Oral tem significativos méritos, dos quais nos valeremos para realizarmos nossas pesquisas. Refletindo sobre, Philippe Joutard, ressalta que algumas características, por diversas vezes vistas como “deméritos” da História Oral, deve ser considerada, ao invés, atributos positivos. Frisa, também, as principais contribuições dessa metodologia:

Os que contestam a fonte oral travam combates ultrapassados. Em contrapartida, como em todo fenômeno que atinge a maturidade, o risco de perda de vitalidade, de banalização é real. (...) É preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono.<sup>46</sup>

Vemos então que, além de reafirmar a consolidação da História Oral e ressaltar suas peculiaridades - mesmo as vistas como demérito - tomando-as como positivas, o autor também levanta três considerações diretamente ligadas ao nosso tema:

---

<sup>46</sup> JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. RJ: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 33.

1) “Ouvir a voz dos excluídos e esquecidos”. Retomamos, então, que no Brasil, por muito tempo, vigorou uma “política de esquecimento” imposta pelo Estado. Mesmo hoje são raros os espaços públicos dedicados à memória ou, mesmo, ao debate dos atingidos pela nossa ditadura. Os arquivos oficiais são, ainda, de difícil acesso, nossa história foi esvaziada de protagonistas. A própria História Oral se fortaleceu no Brasil em torno de nosso tema ainda no período (e devido ao período) ditatorial<sup>47</sup> e, como vimos, a memória foi importante ferramenta militante de denúncia das atrocidades ocorridas.

Reforçamos aqui os “excluídos e esquecidos”, que geralmente não aparecem em fontes mais convencionais e, que quando aparecem, muitas vezes são tratados de forma pejorativa, distorcida ou secundária. Considerando nosso caso, há dificuldade em acessar as fontes oficiais que tratam dos articuladores das rotas de exílio e de quem as utilizavam. Os meios de comunicação de massa os tratavam, na maioria das vezes, como “terroristas” e apresentam uma versão muito simplista do período. Há, ainda, outras fontes que podem nos ajudar a compreender essas rotas (como panfletos e jornais de esquerda do período), que servirão de fonte secundária. Essas fontes, todavia, não representam nossos investigados em “primeira pessoa”: suas vozes, pontos de vista, narrativas, experiências, impressões. Esse é o papel da História Oral.

2) A História Oral deve, ainda “Trazer à luz as realidades indescritíveis” e “testemunhar as situações de extremo abandono”. O autor exemplificou referenciando os perseguidos pelo nazismo. Nós podemos fazer direta ligação com os perseguidos pelas ditaduras civis militares (mesmo que a repressão não seja o maior foco de nosso trabalho) e, também, com as experiências advindas das incertezas do período, experimentadas por quem organizava as rotas de saída e por quem as utilizava.

Ou seja, podemos constatar que a História Oral é uma fonte importante para nosso tema, como uma alternativa à falta de arquivos oficiais, mas, mais que isso, é a História Oral que nos permite investigar os

---

<sup>47</sup>MEIHY, José Carlos. Desafios da História Oral Latino-Americana: O Caso do Brasil. In. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. RJ: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000: p. 86.

questionamentos propostos e se apresenta como mais adequada à nossa pesquisa.

Mas com o que estamos trabalhando, então? Nossas fontes principais são as entrevistas, mas, de forma mais geral, estamos trabalhando com a memória dos militantes do período, incluindo, também, os livros de memórias.

Temos então um problema: entre história e memória, quais as aproximações, quais as diferenças, quais as nossas responsabilidades? História e memória não são a mesma coisa, esse debate é bastante conhecido na História. Temos que considerar que nossos entrevistados dão-nos a narrativa de seu entendimento sobre os fatos, que divergem entre si, podem ter inconsistências, lacunas, silêncios. Essas são suas memórias, o que se escolheu lembrar, esquecer, suas releituras do passado... A História trabalhará a partir dessas memórias.

Para alguns pesquisadores, essa é, na verdade, uma importante contribuição do historiador. Segundo Joutard “historiadores acreditam que a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos é transformar sua memória em história”<sup>48</sup>.

É claro que se pode questionar os limites de nossas entrevistas e trabalhar com História Oral pode ser visto como um “pisar em ovos”, tanto quanto se pode questionar o uso dos livros de memórias, que, passando por um processo um pouco diferenciado da entrevista, permite a elaboração e reelaboração da memória e, por diversas vezes, a releitura do passado, durante a escrita. Os autores que trabalham com as fontes, como Hall, nos alertam para diversos perigos do uso “inocente” da fonte: algumas incoerências cronológicas das entrevistas, a transferência de opiniões pessoais do presente para o passado, a pouca reflexão sobre a história durante a entrevista<sup>49</sup>...

Temos que lembrar, porém, que todas as fontes têm seus vícios, pontos de vista, etc. Como bem nos alerta Aspásia Camargo: “[...] a história oral é legítima como fonte porque não induz a mais erros do que outras fontes

---

<sup>48</sup> JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. RJ: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 37

<sup>49</sup> HALL, Michael. História Oral: os Riscos da Inocência. In.: CUNHA, Maria. *O Direito à Memória, Patrimônio Histórico e Cidadania*. SP: DPH/SMC, 1992.

documentais e históricas”<sup>50</sup>. Ou seja, o documento oral e a memória são portadores de subjetividade, assim como qualquer outra fonte o é. Desacreditar a memória enquanto fonte é descartar uma rica possibilidade de complexificar nosso entendimento sobre o período estudado, deslegitimando uma das principais formas de se fazer ouvir “os excluídos e esquecidos”.

Por muito tempo se trabalhou essas memórias como “versões” possíveis para a história e, até mesmo, essa expressão já vem sendo questionada. Alberti Verena, uma das maiores referências em História Oral no país, indica novos rumos para um problema que muito já vem incomodando historiadores - como incomodou-me ao trabalhar com a fonte - superando a visão de “versão”, ao pensar a 3ª edição do livro *Manual de História Oral*, que estava previsto para ser impresso ainda em 2013:

[...] estou tendendo a modificar o *Manual de história oral*. Onde há “versão”, prefiro escrever “entrevista”, “narrativa” ou “relato”. Com isso, quero evitar que se tome “versão” como algo muito particular, como em “Essa é a minha versão dos fatos” (frase que também tem um tom de reivindicação da verdade), ou então como algo menor, suscetível de erro, como em “Ah, isso é a versão dele!”<sup>51</sup>  
[...] A entrevista de história oral é sem dúvida contingente – um momento único, com circunstâncias únicas, que produz aquele resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história. Mas esse seu caráter particular ao extremo, como são particulares as cartas de Joel Rufino a seu filho, não impede que tomemos a entrevista de Justo Evangelista e as cartas de Joel Rufino como documentos de uma realidade social, seja da situação política, sob a ditadura, em 1973, seja do racismo no Brasil. Nesse sentido, dizer que a entrevista de Justo Evangelista é uma versão dos fatos que ocorreram com ele pode acabar desviando nosso olhar daquilo que ela documenta e do que ela efetivamente é: uma narrativa de experiências de vida produzida no contexto de uma entrevista de história oral. E é enquanto tal que nos cabe analisá-la.<sup>52</sup>

Percebe-se, portanto, que não só se deve superar as visões que relegam a História Oral como puro subjetivismo sem comprometimento com o fato, como essa autora também evidencia características positivas, próprias da fonte.

---

<sup>50</sup> CAMARGO, Aspásia. Apresentação da primeira edição. In: ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P.13

<sup>51</sup> ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no *Manual de História Oral*. In.: História Oral, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012. P. 163.

<sup>52</sup> Idem. P. 165.

Mas, então, como deve proceder o pesquisador? O próprio autor anteriormente referenciado, Joutard, nos indica o caminho a seguir: “Se quisermos tirar melhor partido da pesquisa oral e extrair toda sua riqueza, não poderemos deixar de utilizar plenamente os procedimentos históricos”<sup>53</sup>. Utilizar a História Oral não é um mero transcrever de fontes, como se essa guardasse a verdade a ser revelada - assim como qualquer fonte não o é. Nosso dever é compreendermos a memória como uma fonte com todas as suas peculiaridades e submetê-las aos métodos próprios do fazer do historiador. O olhar crítico, sem deslegitimar a fonte, deve estar sempre presente em nossa análise.

Devemos, mais que isso, ressaltar os melhores aspectos dessa fonte, incluindo os que, por muitos, são vistos como demérito. Como, com toda sua experiência, nos alerta Portelli:

[...] se torna problemático o conceito de verdade. Nosso problema não se limita a aliar nosso compromisso como historiador à objetividade daquilo que realmente aconteceu [...] muito aconteceu na mente dessas pessoas em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações - e, por esse motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade [...] a constatação de que não estamos mais lidando com fatos concretos (e que falta nos fazer!), mas com elementos mutáveis, como subjetividade, memória e narrativas de histórias (...) <sup>54</sup>.

Como defende Portelli e pode ser percebido em diversas pesquisas, são ricos os trabalhos que conseguem, mais do que ignorar, interpretar as “falhas” de uma entrevista, com seus silêncios, enganos...

Claro que, ainda, alguns trabalhos sobre História Oral podem resultar negativamente. É o caso de pesquisas que superdimensionam o papel da memória, não conseguindo interpretar a fonte, seja por transcrevê-la como verdade absoluta, seja por não conseguir entendê-la em suas “sutilezas” e suas “entrelinhas”. Em nosso trabalho deve-se ter cuidado pois muito é dito sem ser explicitado, o que é próprio de quem trata de temas tão presentes e ainda polêmicos, como vimos.

---

<sup>53</sup> JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. RJ: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. P. 37.

<sup>54</sup> PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*. In: Revista Projeto História nº 15. SP: PUC, 1997. P. 25.

Retomando a discussão previamente apresentada, ainda nesse capítulo introdutório<sup>55</sup>, no caso de nosso tema, a memória e a História Oral também podem ser superdimensionados, considerando que, mais que em Verdade e, muito mais que em Justiça, é em Memória que o Estado tem investido, para tentar responder às demandas internas e externas ao país. Ora, mesmo com algumas medidas de memória (medidas recentes, portanto, há certa dificuldade de medir seu alcance a logo prazo, faça-se essa ressalva), sem uma política séria também para Justiça (pois já estamos avançando também, em políticas para Verdade), muito nos falta para uma verdadeira consolidação da democracia, enquanto muito ainda persiste como herança de nossa Ditadura Civil Militar. Por outro lado, não é possível pensar um processo de transição, sem que um dos pilares seja as políticas de memória. Considero que esse debate final cabe enquanto balizador dos limites da contribuição do historiador e da história oral. Dialoga com as preocupações já previamente apresentadas e cabe ainda como um apontamento das lacunas que nossa pesquisa deixa.

Portanto, para analisar nosso objeto, colhi 10 entrevistas, tentando diversificar organização de origem, cidades de atuação e experiências - embora isso tenha se mostrado uma dificuldade<sup>56</sup>. Tive acesso também às entrevistas dos Srs. Carlos Alberto Franck, Ari Costa e entrevistado que não será identificado<sup>57</sup>, gentilmente cedidas pelo pesquisador Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia e pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, respectivamente.

As entrevistas por mim coletadas partiram da pergunta sobre como começou a militância - que normalmente leva a uma reflexão do período de infância e adolescência e das relações familiares - questionando o cotidiano da atuação política e as questões específicas da rota de exílio. O entrevistado foi conduzido a focar-se em nosso tema, sem ser desencorajado a somar à narrativa

---

<sup>55</sup> Refiro-me às discussões apresentadas no subcapítulo *Debates e Demandas na Sociedade* (P.19 - 28).

<sup>56</sup> Algumas dessas fontes já haviam sido previamente colhidas e discutidas em meu Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (SILVEIRA, Marília. *A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas*. UFPel, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso).

<sup>57</sup> FRANK, Carlos Alberto. *Sem Título*. Pelotas, 2001. Entrevista concedida à Renato da Silva Della Vechia, Entrevistado 01. *Sem Título*. Pelotas, \_\_. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner e COSTA, Ari. *Sem Título*. Pelotas, 1992. Entrevista concedida à Maria Amélia da Silveira e

as leituras do período e o cenário mais amplo. Primando por um procedimento menos formal, com entrevistas que, por algumas vezes, mais lembram uma conversa, tentou-se garantir um ambiente mais acolhedor para que o entrevistado pudesse tratar do tema, muitas vezes bastante traumático e de difícil narrativa.

O resultado foi mais de 750 minutos de entrevistas, com diversos elementos que muito contribuem para o debate, todavia também se possa perceber a dificuldade de se falar no tema, em que muitas coisas só podem ser ditas com gravador desligado, especialmente para garantir a privacidade de alguns dos envolvidos.

Essas entrevistas ficam, também, como contribuição para quebrar o silêncio, uma vez que todos os aportes nesse sentido ajudam a estabelecer um rumo à uma democracia mais efetiva, pois é necessário “*que nunca esqueça, que nunca mais aconteça*”<sup>58</sup>.

Foram consultados, também, as memórias dispostas em livros de autobiografias sobre o período<sup>59</sup>:

*A Guerrilha Brancaleone*, que conta um pouco da trajetória do Sr. Cláudio Gutierrez, militante do colégio Júlio de Castilhos e da dissidência do PCB. Nesse livro é possível percebermos a atuação do movimento estudantil e, também, de militantes que não tinham uma atuação orgânica em alguma corrente. Deu-nos importantes pistas para podermos problematizar a relação entre militantes de diferentes vertentes do movimento e como se constituía as redes de colaboradores de fora das organizações. O autor deixa também como contribuição para nosso estudo uma entrevista concedida para execução do presente trabalho, enriquecendo-nos ainda mais a pesquisa no campo.

*Agora Eu...*, autobiografia sobre as perseguições ao militar reformado Athaydes Rodrigues, militante do PR, apresenta um panorama da cidade de Rio Grande. Seu relato possibilita a compreensão da atuação - principalmente institucional - em cidades de interior e de fronteira, tanto quanto

---

<sup>58</sup> Frase retomada diversas vezes por defensores dos Direitos Humanos no Brasil.

<sup>59</sup> Respectivamente: GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999; RODRIGUES, Athaydes. *Agora Eu...* Pallotti: POA, 1980; FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. RJ: Bertrand, 1987; VARGAS, Índio. *Guerra é Guerra, Dizia o Torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981; SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. São Paulo: Global, 1994 e FERRER, Eliete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

expôs ações repressivas contra esses militantes, já nos primeiros dias após o golpe. Em sua narrativa é possível explorar os dilemas impostos aos indivíduos e as diversas disputas e reacomodações de forças nas cidades do interior.

*Batismo de Sangue*, memórias do militante organizador de rotas de exílio e, também, perseguido político, Frei Beto. Partindo desse relato percebemos as diversas disputas internas da igreja e como se configurava a perseguição e o apoio. Contrastando com outros relatos podemos perceber as peculiaridades das cidades de interior, tão balizadas pelas discussões feitas dentro da igreja. Percebemos também como se organizava o esquema de rotas, suas diversas possibilidades e as relações estabelecidas à seus organizadores. E, uma vez que ele mesmo procurou apoio para refugiar-se da repressão, temos, também uma importante exposição da constituição das teias de solidariedade sob a ótica de quem as necessitou usá-la, apesar de ter sido preso antes de cruzar a fronteira.

*Os Carbonários* narra as experiências desde o movimento estudantil à luta armada, de Alfredo Sirkis, militante da VPR. Essas memórias nos possibilita discutir algumas opções postas para a juventude do período, tanto quanto diversos mecanismos coercitivos ao movimento estudantil.

*68 a geração que queria mudar o mundo: relatos* é publicação do projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, esse livro reúne 175 relatos de militantes no combate à ditadura civil militar, extrapolando o período de 1968 e contando, ainda, com seções específicas sobre memórias do exílio. Partindo principalmente dessa seção, foi possível complexificar nosso entendimento sobre a busca pelo exílio e a dinâmica de organização das rotas, expondo as questões que se punham aos perseguidos pelo Estado.

Como já referenciado, outras fontes foram também consultadas. Através da análise de jornais - regionais e estaduais - foi possível constituirmos um panorama das atividades desenvolvidas, tanto quanto das ações repressivas.

Leva-se em consideração, evidentemente, a ligação que os meios de comunicação em geral tinham com a defesa da ditadura civil militar – através

da censura ou mesmo da auto-censura<sup>60</sup> – mesmo assim, são fontes importantes, pois são reveladoras dos acontecimentos mais significativos das cidades, permitindo a constituição de um panorama em locais cujo estudo é ainda raro. Evidentemente que, para a constituição de tais panoramas foi feito o trabalho historiador de crítica as fontes, tendo o cuidado de considerar preocupações metodológicas específicas, como a necessidade de confrontarmos o jornal com o contexto em que foi escrito e com outras fontes.

---

<sup>60</sup> LUCA, Tania. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. SP: Contexto, 2005.

#### 1.4. A Produção Acadêmica Sobre o Rio Grande do Sul:

Após apresentado debate sobre as inúmeras preocupações prévias relacionadas ao nosso trabalho nos dedicaremos a conhecer a produção em história relacionada ao nosso tema: quais são as contribuições, quais as preocupações e lacunas, onde nossa pesquisa pode contribuir.

A produção em nosso Estado, além de relativamente recente, em sua maioria centra-se na capital e pouco discute sobre as cidades do interior e de fronteira. Todavia, notamos uma crescente preocupação da academia em expandir essa produção. É possível, portanto, apontar que estão sendo produzidos novos trabalhos, focando diversas questões.

As pesquisas gaúchas, em geral, abarcam tanto as instituições do Estado e civis, quanto o cotidiano militante e têm procurado diversas fontes. Em levantamento feito por Rodeghero<sup>61</sup>, foram indicados vários dos principais trabalhos sobre o período no Rio Grande do Sul e os temas enfocados abrangiam: atuação de organizações de esquerda, movimentos sociais urbanos e rurais, movimento estudantil, expurgos nas universidades, Grupos dos Onze<sup>62</sup>, órgãos públicos legislativos e executivos, etc.

Além das contribuições que focam um aspecto específico, alguns autores se propuseram a fazer uma análise geral dos acontecimentos no Rio Grande do Sul<sup>63</sup> discutindo diversos aspectos do período em todo o Estado, seja em um momento específico, seja durante todo o período, do golpe à reabertura. Tratam-se de obras que apresentam um panorama geral, com contribuições importantes como ponto de partida para pesquisadores do tema.

---

<sup>61</sup> RODEGHERO, Carla. *Reflexões Sobre História e Historiografia da Ditadura Militar: o Caso do Rio Grande do Sul*. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, POA. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Anais IX Encontro Estadual de História. POA: ANPUHS, 2008. v. 1.

<sup>62</sup> Forma de organização, por núcleos de onze pessoas, proposta por Brizola, durante a Campanha da Legalidade.

<sup>63</sup> Como exemplo podemos tomar: HOLZMAN, Lorena; PADRÓS, Enrique (Org.). *1968: Contestação e Utopia*. POA: ed. da UFRGS, 2003. PADRÓS, Enrique (Org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Conesul*. POA: CORAG. 2006. PADRÓS, Enrique. *Rio Grande do Sul e a Conexão Repressiva no Conesul*. Revista Ciências & Letras nº 41. POA. Editora Cidade, jan/jun de 2007.

Os trabalhos até aqui produzidos, tanto os que focam um determinado aspecto do tema, quanto os que se propõem a apresentar um panorama geral do período no Estado, ainda não conseguem dar conta da complexidade de nossas peculiaridades, mas trazem importantes contribuições. As pesquisas permitem um panorama geral dos acontecimentos no Estado, articulando movimentos sociais, principais lideranças, instituições, etc., discutindo as ações de civis e militares, não estando, portanto, o pesquisador completamente apartado de uma visão geral da ditadura militar no Estado, nem privado de conhecer diversos enfoques.

Em menor volume são os trabalhos que discutem a produção historiográfica gaúcha a cerca do tema. Podemos citar o artigo de Rodeghero, *Reflexões Sobre História e Historiografia da Ditadura Militar: o caso do Rio Grande do Sul*<sup>64</sup>. A autora expõe a inexistência de uma produção acadêmica suficientemente abundante que permitisse fazer desse artigo uma revisão bibliográfica. A partir daí, cita diversas fontes e trabalhos já realizados que puderam "compor um mosaico"<sup>65</sup> sobre o período no Estado. Desde esse artigo, algumas outras iniciativas somaram-se ao quadro de nossa produção histórica gaúcha.

Podemos citar como um marco na complexificação e colaboração para compreendermos os acontecimentos deste período no Estado, a coleção *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e Memória*<sup>66</sup>, lançada em 2010. Deve-se especial destaque a essa obra de fôlego, que, em seus quatro volumes, trata desde a Campanha da Legalidade até o período de redemocratização do país. Com a colaboração de diversos autores, traz tanto artigos acadêmicos quanto depoimentos de militantes do período. Com apoio da Assembleia Legislativa do Estado, docentes e acadêmicos reuniram as diversas contribuições na tentativa de começar a suprir as lacunas abertas:

[...] se parte de uma base de conhecimento ainda não sistematizada, pouco conhecida e restrita à especificidade da

---

<sup>64</sup> RODEGHERO, Carla. *Reflexões Sobre História e Historiografia da Ditadura Militar: o Caso do Rio Grande do Sul*. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, POA. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Anais IX Encontro Estadual de História. POA: ANPUHRS, 2008. v. 1.

<sup>65</sup> Idem. P. 2.

<sup>66</sup> PADRÓS, Enrique et all (ORG.) *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e Memória*. Vol. I-IV. POA: Corag, 2009.

pesquisa acadêmica ou da memória individual. Mas é um primeiro esforço no sentido de começar a pensar coletivamente, respeitando a singularidade das trajetórias e as perspectivas das análises, a experiência traumática do período discricionário sobre a população do Rio Grande do Sul, suas intenções e cotidiano<sup>67</sup>.

Assim, apontam as peculiaridades percebidas em relação ao Rio Grande do Sul, tais como a forte militância trabalhista aqui existente e o expressivo apoio de parte da população às reformas de base, o protagonismo na Campanha da Legalidade e, mais importante para nossa discussão, os desdobramentos - são indicados cinco - da posição geográfica do Estado, por sua fronteira com Uruguai e Argentina. Atento, de acordo com a proposta de nosso trabalho, para as considerações referentes às rotas de exílio, à repressão no território platino e às relações com os países vizinhos:

- primeiro, referente ao fato de constituir uma espécie de base de projeção da influência brasileira sobre o espaço platino (lembrando, por exemplo, a preparação da "Operação 30 Horas" e a construção de uma infraestrutura rodoviária ligando estrategicamente o centro do país com o extremo sul do Estado);
- segundo, vinculada à percepção geopolítica de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de "ameaçadoras" forças subversivas, nacionais ou estrangeiras (com a conseqüente militarização da região e a conformação dela como área de segurança nacional);
- terceiro, pela configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência ("pombos-correios" de Brizola, esquemas para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos) e da repressão;
- quarto, o reconhecimento de que o Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro, entre 1964 e 1968, enquanto o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e da década de 1970 - o que deu especial conotação ao Estado dentro da lógica da segurança nacional;
- finalmente, o Rio Grande do Sul foi alvo especial da ação da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos<sup>68</sup>.

É de especial importância trazer as contribuições do volume III dessa coleção, *Conexão Repressiva e Operação Condor*, que apresenta as dinâmicas da fronteira gaúcha e as relações de resistência e, principalmente, de repressão, entre os países do Cone Sul.

Além de apresentar e discutir os conceitos de "fronteira ideológica" e

---

<sup>67</sup> Idem. P. 24.

<sup>68</sup> Idem. P. 25 e 26.

"inimigo interno", os artigos situam a ditadura civil militar no contexto latino-americano e, mais detidamente, no Cone Sul. As reflexões feitas por militantes do período são bastante emblemáticas pelo protagonismo que os autores tiveram nas relações com a fronteira, contando com depoimentos escritos por Universindo Dias, uruguaio sequestrado em Porto Alegre, Flávio Koutzii e Flávia Schilling, sequestrados na Argentina e no Uruguai, respectivamente, entre outras contribuições.

É necessário aqui fazer menção a outros trabalhos que mais particularmente nos ajudam a compreender o espaço platino. Trata-se da Dissertação de Mestrado da pesquisadora Ananda Simões e da Tese de Doutorado do pesquisador Enrique Padrós<sup>69</sup>. Tais pesquisas, embora não centrem-se no mesmo objeto que o trabalho aqui proposto são fundamentais como fundamento de nossa pesquisa para a compreensão do nosso espaço de fronteira e suas trocas (institucionais ou não), permitindo termos maior conhecimento das complexas relações estipuladas com o Uruguai.

Há ainda algumas contribuições mais próximas ao nosso objeto. Alguns pesquisadores já se dedicaram a estudar a atuação de alguns dos grupos que desenvolviam atividades de oposição ao golpe e ditadura civil militar nas cidades do interior gaúcho, inclusive organizando as rotas de exílio, como, por exemplo, a Dissertação de mestrado da pesquisadora Cristiane Dias, que analisou a atuação da corrente Ação Popular<sup>70</sup>. Há também estudos que se detêm às peculiaridades da fronteira, como é o caso do Trabalho de Conclusão de Curso em História pela UFRGS de Marla Assumpção<sup>71</sup> e a Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina de Marlon Assef<sup>72</sup>. Esses

---

<sup>69</sup> Respectivamente: FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o Inimigo Ultrapassa a Fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação de Mestrado em História e PADROS, Enrique. *Como el Uruguay no hay...* POA: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado.

<sup>70</sup> DIAS, Cristiane. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: (1962/1972)*. Passo Fundo: UPF, 2011. Dissertação de Mestrado.

<sup>71</sup> ASSUMPÇÃO, Marla. *A Fronteira Gaúcha Como Espaço Crítico de Defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades germinadas de Santana do Livramento - Riveira (1964-1968)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso em História.

<sup>72</sup> ASEFF, Marlon. *Retratos do Exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Riveira (1964-1974)*. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

trabalhos contribuem para a construção de nossa pesquisa pois complexificam nosso entendimento do período, explorando vários pontos que dialogam com os questionamentos que aqui levantamos. Muito bem embasado de fontes, apresentam, também, um interessante quadro teórico, que permite diversos cruzamentos com nosso trabalho.

Todavia, os trabalhos produzidos apresentam outras problemáticas de pesquisa. Temos no presente trabalho novas perguntas, carentes de discussão, às quais averiguaremos e proporemos abordagens. Nesse contexto e disposto a colaborar com essa discussão é que esse trabalho é apresentado.

## **2. Panorama das Cidades do Interior do Estado**

Tendo este trabalho se proposto a discutir as características específicas das cidades de interior e de fronteira, dando especial ênfase às rotas de exílio, faz-se necessário traçar um panorama que exponha a diversidade de experiências vividas nas cidades de interior, que tem peculiaridades próprias destoantes.

Muito ainda falta para que compreendamos suas histórias. É necessário considerar que pouco trabalho há na área, portanto, trata-se de um panorama baseado em fontes primárias e alguns trabalhos. Ainda assim, deve apresentar algumas perspectivas das cidades do interior, atentando, porém, que algumas características podem não ser contempladas.

Teremos, portanto, um panorama que nos ajude a compreender como foram atingidos os vários segmentos da sociedade nas cidades interioranas do Rio Grande do Sul, abordando a oposição e os apoios ao golpe e posterior ditadura civil militar.

Os debates realizados nesse capítulo intenta expor uma diversidade de experiências vivenciadas pela militância de oposição ao golpe e à ditadura civil militar. Visaremos contemplar as mais diversas características que vão impactar as atividades desenvolvidas, seja de oposição, seja de apoio ou de repressão e, principalmente, que vão impactar a organização das rotas de exílio. Tentaremos respeitar os diferentes portes dos municípios, atividades econômicas, localizações geográficas, etc. Ainda, procuraremos representar uma diversificação de setores da sociedade, organizações e frentes de atuação.

Devemos compreender que o cenário à que nos propomos a estudar agora está relacionado com a discussão que se seguirá, da atividade específica

no território, de organização das rotas de exílio. É fundamental termos em perspectiva que é a atuação das cidades do interior que permitirá a dinâmica, que, como veremos, é cheia de possibilidades, proporcionadas pelas militâncias das cidades de interior. Devemos considerar, portanto, que muito dos elementos importantes para entendermos as organizações das rotas de exílio estão diretamente ligadas às características da resistência nas cidades do interior do Estado.

Cabe ressaltar, ainda, que o estudo das peculiaridades dessas cidades ajuda a compreender a complexidade do período e além da já referida possibilidade de apresentar perspectivas importantes para nosso objeto de pesquisa. Tem-se, entretanto, que solicitar indulgência aos leitores à possíveis faltas, indevidas generalizações e falhas, provenientes de uma produção histórica com lacunas ainda a serem preenchidas.

## **2.1. Resistência ao Golpe e Ditadura Civil Militar em Cidades de Interior**

As militâncias de oposição ao golpe e ditadura civil militar nas cidades de interior do Estado tiveram um papel importante e atuante, que, estando em compasso com as manifestações do restante do país, ajudaram a fortalecer a resistência, tanto quanto desenvolveram atividades peculiares a seu porte e, no caso a que nos dedicamos a estudar - as cidades do interior e de fronteira -, atividades peculiares à sua posição geográfica, como veremos.

Assim como a oposição, também setores em defesa das forças golpistas nessas cidades estavam organizados e, posteriormente, com a efetivação do golpe civil militar, a repressão que, junto a esses setores de apoio, precisou desenvolver atividades específicas para a região de estudo.

No interior do Rio Grande do Sul diversas atividades foram desenvolvidas pelas militâncias que vieram a organizar a oposição ao golpe. Já se encontravam mobilizadas e atuantes mesmo no período do governo Jango: estavam organizados os trabalhadores e os estudantes, havia militância da Igreja, na câmara de vereadores e instituições públicas, estavam articulados os partidos, mesmo os clandestinos, os movimentos sociais, os camponeses, etc.

Esses mais diversos segmentos, estando em um período democrático, se organizavam e juntavam forças em torno de suas bandeiras de luta, tanto quanto pensavam formas de contribuir com a sociedade para além das pautas específicas. Era também horizonte incentivar a participação política nas mais diferentes áreas de atuação e locais, preocupação essa que persistirá durante os anos de ditadura. Como relembra o Sr. Antônio Voltan:

era advogado de algumas associações de bairro, então a gente discutia a reivindicação do bairro e tratava de fazer assembleia, de juntar, de passar como é que a gente tinha que encaminhar as reivindicações, como é que a gente tinha que brigar pelas coisas, para o pessoal aprender, não ter medo, brigar por certos direitos, problemas que eles tinham, questão da previdência, atendimento de saúde e todas essas coisas, então a gente tratava de fazer uma propaganda que tem que se brigar pelo que se quer, não

pode ficar esperando<sup>1</sup>.

Podemos perceber, também, por exemplo, a consistente organização das comunidades de base da igreja<sup>2</sup> e sua posterior desmobilização:

Dom Jaime abriu a diocese, descentralizou a diocese, saímos do centro, da catedral e fomos formando, através das missões, comunidades de base, são comunidades da periferia e do interior, e a gente passou a trabalhar então, vou te dar um exemplo: com o pessoal da vila do Sapo, da vila São Miguel, da Santa Terezinha, da Fátima, Navegantes... Mas sobretudo da vila do Sapo, no Areal.

[...] E eu trabalhava, com esse pessoal, no sentido não tanto de fazê-los religiosos, católicos, mas no sentido de, por exemplo, formar comissões para buscar trabalho [...], as crianças não tinham condições de ir pra escola, então [...] a gente ensinava, [...] formando grupos para ir até a prefeitura para buscar – eram posseiros – ver se conquistavam a terra onde moravam [...], conquistar postos de saúde e, assim, fomos abrindo postos de saúde, num e noutro e noutro bairro, como no Pestano [...].

Essas coisas [os trabalhos desenvolvidos nas comunidades de base], na ditadura militar, passaram a ser entendidas como comunismo.

[...] A igreja continuou seu caminho, não com a mesma força, não com o mesmo sentido e foi formando outros tipos de movimento, assim, que um pouco se inspiram nos movimentos anteriores [...], depois vieram outros grupos que fazem bem às pessoas [...] mas falta militância<sup>3</sup>.

Estavam também mobilizados no interior do Estado organizações estudantis e sindicais, que, nos primeiros dias de abril de 1964, ajudaram a organizar os chamados “Grupos dos 11”, deflagraram greves e realizaram manifestações públicas de apoio ao governo Jango em diversas cidades.

Muitos setores agiam em conjunto e estavam articulados nacionalmente, apesar das dificuldades de comunicação. Como nos conta a então estudante secundarista, Sra. Vera Lopes:

[A UPES] fez muitas [manifestações], na verdade, o que marcou muito, não só a UPES, mas a FAP<sup>4</sup> [...], tinha de movimento os

---

<sup>1</sup> VOLTAN, Antônio. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>2</sup> Trata-se de um movimento progressista de leigos, organizados dentro da igreja católica, cuja função é desenvolver atividades em bairros.

<sup>3</sup> CUNHA, Circe. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>4</sup> Nota da autora a respeito da citação: A UPES (União Pelotense de Estudantes) e a FAP (Federação Acadêmica de Estudantes), foram entidades de estudantes do secundário e das universidades (tanto federal quanto privada, unificados), respectivamente.

sindicatos também, vários sindicatos: o Sindicato da Alimentação, eu me lembro do Sindicato dos Bancários, era muito forte em Pelotas [...] tinha o dos Tipógrafos, que era um sindicato que tinha tradição comunista muito forte [...]. No 1º de abril todo o movimento de resistência foi pra Casa do Trabalhador [...] e lá a gente inscrevia pessoas para “Grupos de 11” [...] e a gente fazia inscrições, passamos acho que duas noites lá, aí foi direto [...] todo mundo fazia plantão, o pessoal se sentia mais ou menos em alerta permanente, inscrevendo pessoas para fazer a resistência, o movimento todo se reuniu ali na Casa do Trabalhador e a gente imaginava que ia ser muito difícil [se efetivar o golpe], que ia ter uma resistência muito forte [...]. Naquela época nossa informação era muito precária, para fazer uma ligação telefônica para Porto Alegre tinha que ficar esperando duas, três horas para conseguir [...] era telegrama que vinham as notícias para os jornais [...]”<sup>5</sup>.

Podemos, também, acompanhar através das páginas do jornal de circulação estadual *Última Hora*, várias das mobilizações ocorridas em apoio ao governo Jango. São encontradas, nos primeiros dias do mês de abril, notícias que mostram estarem mobilizados os trabalhadores dos mais diferentes segmentos: são citadas as mobilizações das categorias dos ferroviários, transviários, profissionais da orla marítima, radialistas, metalúrgicos, estivadores, trabalhadores da Petrobrás. Também são noticiadas as mobilizações e manifestos de diversas entidades e movimentos: SindiPetroSul, Federação do Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul, Sindicatos de Bancários, Comando dos Trabalhadores Intelectuais, Agrupamento de Residência da Zona Sul de Porto Alegre, União Estadual de Estudantes, União Gaúcha de Estudantes Secundaristas, Federação Estudantil da URGS, Movimento Nacionalista, Movimento Nacionalista Feminino, Comando Sindical Feminino, Comando de Reivindicações do Magistério, Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, Comando Sindical de Porto Alegre, Movimento dos Agricultores Sem Terra / MASTER, Frente de Mobilização Popular<sup>6</sup>.

Ainda estavam mobilizadas em apoio algumas prefeituras, câmara de Vereadores e parte da Brigada Militar. São citadas as mobilizações de apoio em alguma dessas instâncias, além da capital, nas cidades de Santa Maria, Bagé, Canoas, Rio Grande, Uruguaiana, Pelotas, Caxias do Sul, Vale dos Sinos, São

---

<sup>5</sup> LOPES, Vera. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>6</sup> JORNAL ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 1 e 2 de abril de 1964.

Leopoldo, Esteio e Sapucaia<sup>7</sup>.

Considerando a dificuldade de obter informações rápidas na época, que pudesse ter sido divulgada pelo jornal, devemos supor que houve manifestação em outras cidades e que participaram dessas mobilizações diversas outras entidades de estudantes, trabalhadores e organizações de todo o tipo, o que pode vir a se confirmar consultando os jornais dos municípios.

Todavia, com a efetivação do golpe civil militar, passou-se a organizar atividades de deslegitimação da ditadura: eram feitas pichações, panfletagens, parte da oposição disputava as eleições pelo MDB, enquanto foram fortes também as campanhas pelo voto nulo, tanto quanto, diversos atos públicos e atividades que marcavam datas simbólicas, como o 1º de maio.

As primeiras eleições após o golpe, no Estado, foram realizadas em novembro de 1966, já em regime de bipartidarismo, para a escolha de um terço do Senado, a Câmara de Deputados e a Assembleia Legislativa. A eleição acirrada mostra números muito próximos no resultado final, somados os pleitos de todas as cidades do Estado: o senador eleito foi Ildo Mondin, da ARENA. Para a câmara legislativa o MDB conseguiu vitória com 28 cadeiras contra 27 da ARENA e para a câmara federal o MDB venceu com 15 cadeiras contra 14 cadeiras da ARENA<sup>8</sup>.

Em 1968 novamente houve eleição, para prefeitos, vices e vereadores - à exceção das cidades enquadradas na lei de Segurança Nacional para Zonas de Fronteira, que escolhiam apenas os vereadores<sup>9</sup>. Apesar do controle e da monopolização de alguns jornais por parte da ARENA, ainda foi possível ter resultados próximos em algumas cidades, como é o caso de Pelotas:

Nesse ano foi dada especial atenção à propaganda por parte da ARENA na nossa cidade [de Pelotas]. A propaganda pelo jornal não constituía novidade, mas surpreende a proporção que tomou, notadamente, nos jornais do Diário Popular, em matérias que não deixam explicitar se foram pagas ou fizeram parte do noticiário. As matérias cobriam apoios, como a carta de Meneghetti a Fetter, a

---

<sup>7</sup> JORNAL ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 2 de abril de 1964. P.11 e 13.

<sup>8</sup> FETTER. Diário Popular. *Encerradas as Apurações no Rio Grande do Sul*. 22 de novembro de 1966, pág. 1; para índice de abstenção

<sup>9</sup> BRASIL. Texto da Lei nº 5.449, de 04 de Junho de 1968. Foram excluídas de escolher seus prefeitos e vices: a capital, duas cidades que eram estâncias hidrominerais e mais 21 municípios de fronteira.

popularidade dos candidatos da ARENA, plataformas e agendas de campanha etc. O jornal, embora tenha publicado matérias do MDB, foi notadamente monopolizado pelos candidatos governistas. Ainda assim a eleição foi, novamente, muito disputada. Para prefeito, as duas sublegendas da ARENA totalizaram 35001 votos, contra 27788 das duas sublegendas do MDB; Houve ainda 1486 votos nulos, 1204 votos brancos e 10% de abstenções no universo de 74.999 eleitores<sup>10</sup>

Embora não possamos interpretar os índices de votação do MDB como representante da insatisfação com a ditadura militar (é necessário considerar, por exemplo, o carisma dos candidatos, capacidade propaganda, abstenções e voto nulo...), podemos, ainda assim, ao considerar o MDB como catalisador de parte da insatisfação, percebermos uma polarização na sociedade:

Enquanto o MDB organizava-se em torno de espaços institucionais, e, controlado, não oferecia efetiva resistência, mas, em algum grau, canalizava os votos de descontentes com o governo militar, houve grandes movimentos de deslegitimação das eleições e da ditadura, em busca de maior democracia, através das campanhas de voto nulo.<sup>11</sup>

Novamente, em 1970, houve eleição. Foi escolhida a composição da Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Senado. Novamente foram bastante próximos, no Estado, os resultados entre o MDB e a ARENA. No entanto, foi merecedor de destaque o sucesso da campanha por voto nulo nesse ano. O resultado gerou debate nos meios de comunicação, tendo forçado declarações tanto de “emedebistas” quanto de “arenistas”, contando com o pronunciamento de figuras políticas importantes, como ilustra a matéria publicada pelo jornal pelotense Diário Popular:

“esse comportamento do eleitorado [de votar em branco ou nulo] foi mais acentuado bruscamente nas zonas em que o MDB alimentava mais esperanças” [...] o deputado Pedro Simon declarou que o MDB não está sendo derrotado pela ARENA, mas sim pelo voto em branco [...], disse ainda que o partido governista mantém o mesmo coeficiente dos pleitos de 66 e 68 e até mesmo reduzido em muitas localidades<sup>12</sup>.

Aproveito a reflexão para atentar aqui à consideração de que

---

<sup>10</sup> SILVEIRA, Marília. *A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas*. Pelotas: UFPel, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. P. 32.

<sup>11</sup> Idem. P. 30.

<sup>12</sup> JORNAL DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 18 de novembro de 1970, pág. 1.

idades com uma oposição - principalmente se organizada - à ditadura civil militar significa uma maior facilidade em organizar rotas de exílio, contando com mais opositores e uma maior dificuldade de repressão, até porque, também significa não haver um ambiente tão propício a delação de seus organizadores.

Muitas eram, porém, as campanhas e frentes de atuação contra a ditadura, para além da via eleitoral. Embora o empenho da repressão em acabar com as manifestações - e a efetiva diminuição significativa delas, com mais ou menos intensidade, a depender do momento - ainda assim, nos anos que se seguem 1964, essas atividades de desgaste à ditadura seguem ocorrendo. Pesquisando através das páginas do jornal Zero Hora, são diversas as exigências de equiparações salariais feitas pelos barnabés, ou as manifestações de bancários. Essas ações são explicitadas também nas falas de entrevistados, como a do Sr. Alceu Salamoni, ao rememorar as atividades desenvolvidas pela Ação Popular, que demonstram um endossamento às manifestações que ocorriam no restante do país:

A gente fazia estudos políticos, se encarregava de fazer panfletagem, dependendo do ano que fazia, então quando era eleições a gente vinha com o voto nulo, que era uma das questões da época. Essa era uma postura desses grupos da clandestinidade, era contra as eleições, porque a gente dizia que era uma farsa, fazia panfletagem. Na área estudantil, quando era possível, clandestinamente, porque não se podia, a gente fazia reuniões de grupos de oposição. Tentava aglutinar simpatizantes para a organização ou para a luta contra a ditadura, que fossem na área sindical, nessas atividades de bairro, nas comunidades, não era muito possível uma militância aberta [...]. As outras [atividades importantes] eram 1º de maio, normalmente a gente fazia movimentos pela questão do arrocho salarial, estava em uma época que não podia fazer greve, então fazia umas campanhas meio fortes no 1º de maio [...]; Mesmo nesse período de ditadura se faziam pequenos encontros [...]<sup>13</sup>.

Essas atividades ocorriam, inclusive, com relativa articulação entre diferentes organizações, segmentos e cidades, conforme pode ser compreendido na narrativa do Sr. Carlos Alberto Franck, sobre a criação da Frente de Ação Revolucionária Popular:

Aqui no Rio Grande do Sul nós tínhamos uma espécie de um comando, com número limitado de pessoas, que praticamente

---

<sup>13</sup> SALAMONI, Alceu. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

discutiam sobre a vida das organizações existentes. Conseguia-se fazer isso de uma maneira coletiva, com todas as contradições existentes [...]. Então, aqui, nós tínhamos determinadas questões controvertidas, então nós tínhamos uma composição grande, era uma organização ampla, tu vê que, na reunião que formou ela, em fins de 1964, participaram na clandestinidade mais de 60 pessoas e foi formado um comando, uma coordenação, com mais de 50 pessoas, eram operários, eram ferroviários, eram portuários. Tínhamos nossa organização em fábrica, no meio estudantil e tínhamos até no campo. [...] Essa FARP aqui tinha cara do PCB, tinha cara do PCdoB, a maioria era ex-trabalhista dos mais avançados [...]. Mas com essa nossa perseguição nós começamos a atuar em outros lugares, eu principalmente em Bagé, porque eu tinha sido expulso do exército em Bagé [...]. E lá nós formamos um grupo, lá em Bagé. Formamos um grupo em Livramento...

Além de as militâncias das cidades de médio porte estarem articuladas com as das cidades de porte menor, como veremos adiante nesse texto, também eram articuladas as militâncias de cidades brasileiras e uruguaias de fronteira: era possível conseguir materiais e livros proibidos no Brasil, mantinha-se contado com os exilados brasileiros, trazia-se informação através dos “pombos-correio” do Brizola, etc.

## **2.2. Apoio ao Golpe e Ditadura Civil Militar e Repressão aos Opositores**

Estavam organizados igualmente os órgãos de repressão para coagir atividades consideradas “subversivas”. Também os cidadãos das cidades do interior foram atingidos pela chamada “Operação Limpeza” e o primeiro Ato Institucional, que fez parte dessa operação, cuja função seria “limpar” todas as instituições públicas do perigo subversivo, incluindo cargos representativos, escolhidos democraticamente e cargos de chefia.

Além das listas de expurgados elaboradas pelo governo federal, também os Estados se encarregaram de “limpar” suas instituições. Foram noticiadas diversas cassações, que envolveram uma “limpa” no funcionalismo do Estado e de vários municípios, no quadro estadual da Caixa Econômica Federal, na Brigada Militar, no Departamento de Correios e Telégrafos, etc., e, como veremos, de cargos legislativos, executivos e nas instituições de ensino.

Junto à cassação do prefeito de Porto Alegre e seu vice e aos expurgos no funcionalismo da capital, diversas outras cidades passaram por mesmo processo no legislativo e no executivo: temos, já em um primeiro momento, cassados os prefeitos de Rio Grande, Santa Maria, Bagé e Camaquã, assim como os vice-prefeitos de Santa Maria e Bagé. Foram cassados ou presos vereadores, principalmente do PR (que, embora não fosse considerado “subversivo”, servia, em algumas cidades de “legenda” ao PCB, então clandestino) e do PTB, de diversos municípios, além de deputados federais e estaduais, principalmente dos citados partidos.

Além disso, foram perseguidos trabalhadores de diversos outros setores, que não exclusivamente restritos à esfera pública. Houve intervenção em sindicatos e esses trabalhadores constavam nas listas de suspensão de direitos políticos e de prisões, embora a imprensa tenha dado menos atenção à isso. Como observado em trabalho anterior:

Cabe ressaltar também, na lista publicada em 1º de maio [na matéria *Atividade subversiva: relação oficial dos presos em*

*Pelotas*, no jornal local da cidade<sup>14</sup>], as prisões de lideranças de organizações civis, tais como o presidente do Sindicato dos Estivadores, o presidente da Associação de Bairro do Fragata, além dos estudantes [também vereadores e servidores da universidade federal]. Ainda, houve as prisões de dois tenentes. As prisões atingiram vários setores da população – provavelmente os mais ativos e organizados – foi bastante "representativa", reforçando a ideia de que não se tratou da prisão de infratores de leis, mas sim a prisão de lideranças, a fim de desarticular a oposição e, por atingir diversos segmentos, intimidar o maior número [seleto] de pessoas<sup>15</sup>.

Foi alvo da repressão, também, a comunidade acadêmica. Foram presos e expulsos professores, técnico-administrativos, pesquisadores e estudantes. Diversos foram os expurgos na URGS, hoje UFRGS, atingindo também seus *campi* na cidade de Pelotas (hoje parte da UFPel, instituição criada em 1969), assim como foram noticiados expurgos na Universidade de Santa Maria<sup>16</sup>.

Foram formadas comissões, compostas por militares e civis, tendo professores das instituições, que cumpriram o papel de delatar, julgar e expulsar seus pares. De professores atingidos na URGS, apenas no ano de 1964, temos 10 nos *campi* de Porto Alegre e 2 nos *campi* de Pelotas<sup>17</sup>. Em 1969 mais dois professores são expurgados no *campus* pelotense<sup>18</sup>, em uma nova onda de diversos perseguições que atingiu o país.

É simbólico, na repressão nas cidades de interior, atingindo a comunidade acadêmica, o cerco feito ao *campus* universitário da URGS em Pelotas, no afastado bairro Capão do Leão (na época parte de Pelotas, hoje

---

<sup>14</sup> DIÁRIO POPULAR. Pelotas, em 1º de maio de 1964. P. 14.

<sup>15</sup> SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A Resistência ao Golpe e Ditadura militar em Pelotas*. UFPel, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso e Licenciatura em História. P. 27.

<sup>16</sup> ZERO HORA. *Expurgo na Universidade vai agitar Santa Maria*. Porto Alegre, 5 de maio de 1964. P. 23.

<sup>17</sup> Foram expurgados do *campus* de Pelotas os professores Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflasher, ambos da Faculdade de Direito, dispensado e forçadamente aposentado, respectivamente. Para mais, ver: MANSAN, Jaime. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre, 2009. Dissertação para obtenção do título de mestrado em História pela PUCRS.

<sup>18</sup> Foram atingidos os professores José Pio de Lima Antunes e o professor Manoel de Alves Oliveira, dos cursos de Direito e Agronomia, respectivamente. Para mais ver referência de nota anterior.

município autônomo, independente desde 1982), que foi invadido e ocupado pelo exército, com a finalidade, principalmente, de prender membros do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul – IPEAS<sup>19</sup>, pertencentes, em sua maioria, ao PTB e organizadores dos “Grupos dos 11”. Como nos conta o morador, Sr. Ari Costa:

O quartel entrou lá e começou a levar o pessoal, tudo que era eles levavam e traziam pra dentro do quartel, preso. Tinham um jipão que ia lá, levaram preso o Paulo Tolosan que era diretor, botaram um interventor do quartel; O general... não, coronel Bento: Botaram o coronel Bento de diretor, interventor e trouxeram preso o Tolosan. E aí começaram a trazer aqueles que eram, que faziam reuniões; Traziam, a varrer, tudo. Desde o agrônomo até o trabalhador do campo [...] o que trouxeram de gente pra cá não foi fácil [...] foi muita gente [...] às vezes levavam mais de um [...] não sei se alguém denunciava, eu sei que quando eles iam, iam certinho [...] buscavam no serviço, dentro de casa, onde estivesse. E levavam preso para o quartel [...]<sup>20</sup>

A educação estadual também sofreu intervenção, seja de afastamento de “subversivos”, seja como alvo de medidas “educativas”, como nos mostra a matéria do jornal Zero Hora, “SEC [Secretaria de Educação e Cultura] leva revolução às escolas”, que trata de palestras e visitas feitas em escolas defendendo o golpe civil militar.

Embora os expurgos tenham sido característicos em um primeiro momento da ditadura, onde aconteceram com mais intensidade, estiveram presentes ao longo do período e tiveram grande abrangência também no período posterior à edição do Ato Institucional - 5.

Estabeleceu-se, também, para atingir esses cidadãos, uma organização entre os órgãos repressivos de diversas cidades brasileiras, do interior e das capitais, onde muitos militantes eram sequestrados e transladados a revelia para outras prisões ou mesmo centros clandestinos, onde a tortura era mais sistematizada<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Em 1962 as pesquisas da faculdade passaram a integrar o IPEAS, e, em 1972, substituindo essa instituição, foi criada a EMBRAPA, segundo <http://www.cppsul.embrapa.br/unidade/memoria>. Acesso em: 10/12/2009.

<sup>20</sup> COSTA, Ari. *Entrevista Sem Título*. Pelotas, 1992. Entrevista concedida à Maria Amélia da Silveira. Sob posse do Núcleo de Documentação Histórica - ICH/UFPel.

<sup>21</sup> Como em nota que fala sobre traslado de pelotenses ao navio *canopus* (posteriormente denunciado como centro de tortura) em DIÁRIO POPULAR. *Atividade subversiva: relação oficial dos presos em Pelotas*. Pelotas, 1 de maio de 1964. P. 1. Ou

As cidades do interior também tinham no cotidiano práticas de desrespeito aos direitos humanos, seja contra os presos políticos, seja contra os presos comuns, embora deva-se supor que, em geral, de forma menos sistematizada que as capitais. Tomamos conhecimento sobre as agressões aos presos políticos através de suas memórias e relatos e, também, são muitas as notícias denunciando abusos policiais focando os presos comuns, por todo o Estado, ao longo das páginas do jornal Zero Hora. Podemos citar, como exemplo, a notícia *Queixa: espancamento e prisão ilegal por parte de agentes da seção de Meretrício da Delegacia de Costumes*<sup>22</sup>, mas, aparece mais claramente, na matéria feita meses depois, *Músico Espancado numa Delegacia*:

Pelotas. O músico Waldir Silveira, 34 anos, foi espancado e seviciado por policiais da Delegacia de Furtos, Roubos e Costumes, segundo contou ontem à tarde, acompanhado por sua advogada Leda Bacci. Waldir declarou que estava em sua casa, quando, por volta das cinco horas, foi procurado por três policiais chefiados pelo inspetor Adão Costa. Os policiais estavam completamente embriagados, segundo a vítima, e queriam que Waldir confessasse sua participação num roubo ocorrido numa joalheria da cidade, ele disse que foi levado para a delegacia, onde passou a ser espancado e que sua esposa foi ofendida moralmente pelos agentes quando penetraram em sua residência. Declarou que no dia do furto da joalheria nem estava em Pelotas, “mas embora dissesse isso continuei a sofrer torturas com choques elétricos nas pernas e nas mãos” [...]<sup>23</sup>.

Em notícia posterior, de mesma edição, *Violências*, o jornal reafirma recorrência da violência policial no interior e na capital:

Na edição de ontem foi publicado o depoimento de José Ubiratã Silva de Oliveira, que disse ter sido espancado e moralmente ofendido no plantão central do Departamento de Polícia Metropolitana. Hoje estamos publicando as declarações de Waldir Silveira, que alega igualmente ter sido espancado, com o agravante de ter sido submetido a choques elétricos por policiais em Pelotas. Dia a dia novas denúncias de maus tratos infligidos a simples suspeitos chegam ao conhecimento da imprensa [...]<sup>24</sup>.

---

nota sobre traslado de caxienses à Porto Alegre, em ZERO HORA. Porto Alegre, 9 de maio de 1964. Seção *Drops*. P. 5. Traslado aparece também em livro de memórias do riograndino cap. Athaydes Rodrigues (RODRIGUES, Athaydes. *Agora Eu...* Pallotti: POA, 1980), dentre inúmeros exemplos.

<sup>22</sup> ZERO HORA. Porto Alegre, 18 de janeiro de 1972. P. 29.

<sup>23</sup> ZERO HORA. Porto Alegre, 19 de maio de 1972. P. 26.

<sup>24</sup> Idem.

A criminalização dos presos políticos, todavia, não acontecia tão somente com a acusação de “subversão”. São diversas as prisões feitas pela delegacia responsável pelos “costumes”, aos “hippies”, sem outras acusações que não a de falta de “bons costumes” e, não incomumente, eram ligadas à “subversão” diversas infrações. É ilustrativa a matéria *Suspeita: LSD e Ópio na cidade*:

Uma quadrilha internacional de traficantes e viciados foi desbaratada pela delegacia de costumes ao entardecer de ontem. Eles se reuniam numa casa na rua 25 de julho, 392, na vila IAPI. Há suspeita de que LSD e ópio estejam sendo distribuídos na cidade e dois quilos de maconha foram apreendidos. Psicotrópicos de diversas marcas bem como livros subversivos e pornográficos foram encontrados no local [grifo da autora].

Prisões: Até o fim da noite, 17 pessoas estavam detidas e a casa está guardada pela polícia. Um cachimbo próprio para uso de ópio, vestes paramentais e um cofre, usado para arrecadar esmolas em igrejas, também foram apreendidos. Cartas procedentes do oriente e Europa e diversos passaportes estão em poder da polícia. Agentes da Delegacia de Costumes (DC), que há vários dias observavam os “hippies” da feira de artesanato, instalada na frente da Santa Casa, seguiram pistas concretas que lhes possibilitou chegar até a casa em que realizavam os festimes. Angel Estevan Maldonado Camblogue, argentino, 26 anos, que já esteve envolvido com a Polícia Federal, era responsável pela residência onde se reuniam os “hippies”. Em sua maioria vindos do exterior e de outros estados, jovens das mais diversas categorias sociais, alguns universitários, frequentavam a casa. Desenhos macabros e frases sem sentidos estão escritas nas paredes. A casa com seis dependências possuía dois quartos, onde eles se reuniam para o “ritual” que consistia em fumar e ingerir substâncias alucinógenas. Sônia Maria Knack, 25 anos, que vive com Angel e que possui um filho de poucos meses, foi detida no local.

Apenas o início: o delegado Flach, do Costumes, entende que “esse é apenas o início do desbaratamento de uma quadrilha internacional”. Cartas recebidas por Angel provam a existência do tráfico de LSD. Entre outros importantes documentos está em posse da polícia o passaporte de Jarsno Elberto Franck, 24 anos, ele passou dois meses em Londres. Lá ficou sem dinheiro, tendo sido repatriado. Rubem Carlos Monteiro Alvarissa, argentino, que também foi preso, alega estar em viagem de negócios. É “cambona” (auxiliar de Pai de Santo), em uma casa de umbanda de Montevideu e diz que veio buscar “guias” e “seguranças” (colar fabricados pelos “hippies”), para levá-lo a seu país, mas a história não está sendo aceita pela polícia. A chegada de um casal, na casa rua 25 de julho, às primeiras horas da noite de ontem e que procedem de São Paulo, onde são flagrados a negócios de exportação, está sendo olhada com muita atenção pelo delegado Flach, que insiste em afirmar, “essa quadrilha internacional trafica

## LSD e Ópio” [...].<sup>25</sup>

Como vemos, juntam-se na matéria preconceitos, perseguição política e crime comum, além de impor padrões de “bons costumes” e apontar para nossa relação com as fronteiras argentina e uruguaia, seja pela apreensão de passaportes, seja pela presença de estrangeiros na relação de presos, ou, ainda, por evidenciar uma relação com outros estados, sendo, entretanto, necessárias outras fontes para especularmos qualquer participação desses com atividades políticas.

A questão aparece também no livro de memória de Sirkis, *Os Carbonários*, em que a diretora do colégio em que estudava, se aproveitando de uma matéria do jornal da escola, vinculou alunos “subversivos” às drogas:

A diretora fizera veicular pelo O Globo uma serie de estórias tenebrosas e totalmente falsas sobre *subversão* e apologia ao LSD e outros horrores, acusando três alunos do terceiro clássico, entre os quais Mecha e o Zé, que tinham sido suspensos<sup>26</sup>.

Comprometer estudantes com o uso de drogas não só é uma forma de tentar criminaliza-los, como também, contar com o controle familiar (que, em geral, repugna de forma veemente essa prática) e desmoralizá-los perante uma sociedade que, em maioria, condena o usuário de drogas ilícitas.

A repressão e o controle atingiram também a população como um todo, com toque de recolher, diversas normativas, controle de locais públicos, etc. Vemos no caso de Pelotas:

Comando da Guarnição Federal

Aviso à população

Tendo em vista o pronto acatamento por parte da ordeira população pelotense, as decisões deste comando, dadas a público pelas emissoras e jornal local, nesta data resolve o comando do ID/3 adotar novas reuniões que são as que seguem:

1º - É permitido o funcionamento de locais de reuniões e diversões públicas, apenas até as 22:00 horas (cultos religiosos, cinemas, clubes, bares, cafés e restaurantes). Não se enquadram nos presentes itens os campos de futebol e corridas de cavalos, os quais não poderão funcionar.

2º - Não será permitido o trânsito pelas ruas de grupos de mais de duas pessoas, após as 22h

3º - Será reprimido energicamente, qualquer ato que contrarie as

<sup>25</sup> ZERO HORA. Porto Alegre, 6 de abril de 1972. P.28.

<sup>26</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. São Paulo: Global, 1994, p.36.

prescrições acima, sendo os infratores presos, tomando destino a ser designado por este comando

4º - Este comando agradece mais uma vez a população local e concita-a manter-se, como até agora o tem feito, tranqüila e em perfeita ordem, o que sobremodo facilita as ações das autoridades neste momento de crise nacional

Pelotas, RS, 04 de abril de 1964.

Joaquim Carlos Müller Ribeiro

Coronel – cmt da Guarnição<sup>27</sup>

Com a possibilidade recente de acesso aos arquivos gerados por esses órgãos repressivos<sup>28</sup> ter-se-á, com o tempo, uma nova dimensão do efetivo alcance da repressão organizada pelo Estado e o impacto no cotidiano da sociedade.

Devemos ter em perspectiva também que mesmo parte dos civis tiveram participação na perseguição aos supostos “subversivos”. Ainda, uma parte da sociedade declarou apoio aos golpistas, colaborou com o governo militar e endossou as políticas aplicadas, inclusive as repressivas. Embora parte da sociedade tenha se solidarizado com os perseguidos.

Nas cidades de interior também foram organizadas manifestações de apoio ao golpe civil militar. A organização ultraconservadora Tradição, Família e Propriedade mobilizava o interior, para a realização de suas Marchas com Deus Pela Liberdade, seja com a finalidade de desestabilizar o governo Jango, seja, já em abril, para saldar o golpe, como a marcha realizada em Rio Grande<sup>29</sup>.

Foram, ainda, escritas cartas de apoio, como a que saúda a declaração do General Mario Poppe, de que iria tomar “medidas tendentes à sanar o meio estudantil das influências de ideologias estranhas à nossa formação democrática e cristã”, assinada por estudantes de Direito de Passo Fundo e pelo Reitor da Universidade de Santa Maria<sup>30</sup>. Várias são, também, as entidades que declaram apoio, como o Rotary Club de Pelotas, ou a Associação Comercial de Pelotas, cuja declaração afirma que “o exército brasileiro acaba de prestar ao país

---

<sup>27</sup> Diário Popular, 05 de abril de 1964, pág. 10.

<sup>28</sup> Através da lei: BRASIL. Lei nº 12.527/2011.

<sup>29</sup> A TFP mobilizou ônibus do interior, como na cidade de Pelotas, para marcha ocorrida em março de 64, de acordo com DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 3 de março de 1964. P.4. A Marcha com Deus Pela Liberdade em Rio Grande está noticiada em ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 25 de abril de 1964. Coluna Notícias do Estado. P. 15.

<sup>30</sup> Noticiada em ZERO HORA. Porto Alegre, 5 de maio de 1964. Coluna ZH Militar. p.17.

grande serviço”<sup>31</sup>.

De forma geralmente menos explícita, boa parte da grande imprensa gaúcha, assim como diversos trabalhos apontam para a imprensa no resto do Brasil, também acabou por se comprometer com a defesa da ditadura civil militar, seja por iniciativa, seja por coibição da censura, principalmente enquanto essa encontrava-se em seu estágio mais agudo. Podemos notar que, em matérias publicadas ao fim e após a ditadura a linha editorial muda bastante e passamos, inclusive, a acompanhar denúncias nesses jornais, que hoje tentam ao máximo desvincularem-se do apoio prestado aos golpistas.

Enquanto a recém nascida Zero Hora sustentava orgulhosamente em sua primeira página que Gen. Poppe a saudava como “uma voz cristã e Democrática”, e, em mesma edição, escreve coluna agradecendo ao referido general pela declaração, o jornal Diário Popular, de Pelotas, pertence à família que, em geral, se posicionou em apoio aos golpistas (família Fetter, conforme será retomado adiante), destacou-se em campanha a favor da ARENA, conforme constatado pela autora<sup>32</sup>.

As relações de apoio ou repúdio explicitadas durante o golpe ou ao longo da ditadura militar possibilitam refletir também sobre correlações de forças políticas regionais, em que o poder local também estava em disputa e se fez necessária uma acomodação, por exemplo, pela necessidade de recomposição partidária com o bipartidarismo.

Consideremos o caso de Pelotas, para refletirmos: quando ocorreu o golpe militar, na cidade de Pelotas, tínhamos como prefeito Sr. Edmar Fetter, que se pronunciou, já em 1º de abril, frisando “estar preocupado unicamente em manter a ordem pública e garantir a tranquilidade indispensável ao bom funcionamento das forças vivas do município”. A matéria de Jornal que veiculou o pronunciamento anuncia também que o prefeito “entrou em contato com os setores ligados a segurança pública acertando as providências concretas”<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> Noticiadas, respectivamente em: DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 16 de abril de 1964. P.8. e DIÁRIO POPULAR. Porto Alegre, 5 de abril de 1964. P. 10.

<sup>32</sup> Como já visto previamente em nossa dissertação, também desenvolvido em: SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A Resistência ao Golpe e Ditadura militar em Pelotas*. UFPel, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso e Licenciatura em História.

<sup>33</sup> DIÁRIO POPULAR. *Prefeito Preocupado em Garantir a Ordem Pública*. Pelotas, 02 de abril de 1964. P. 6.

Podemos entender, com esse pronunciamento, que o Sr. Prefeito anuncia que o aparato estatal garantirá a ordem pública, portanto reprimirá manifestações, apesar de não ser uma declaração contundente de apoio às forças golpistas. A posição do prefeito de apoio e, mais, de colaboração, será muito mais explícita quando esse assume o cargo de vice-governador do Estado indiretamente indicado, entre os anos de 1971 a 1975. Trata-se da mesma família que controla o principal meio de comunicação da cidade (tanto na época, como atualmente) e, também, historicamente elege candidatos a cargos do executivo.

Embora não possamos compreender a atual constituição política local analisando restritamente esse período histórico, temos aqui um fator importante no processo de constituição de uma elite que se perpetua no poder representando uma classe e um conjunto de práticas e propostas políticas. A perpetuação dessa elite, tal como se dá hoje, é, em parte, sintomática de nosso processo de reabertura “lenta, gradual e segura” e de nossas políticas públicas de “desmemória”, que induz o esquecimento coletivo, nega à população o conhecimento desse período<sup>34</sup> e não vincula práticas políticas de grupos e partidos atuais às suas posições no passado.

Da mesma forma, analisando ainda as declarações de apoio e repúdio que vimos nas páginas de jornal, retomo a ideia de que é possível perceber que a grande mídia também efetua mesmo esforço em desvincular-se do passado de apoio à ditadura civil militar. Hoje se põe como defensores da democracia no Brasil. Utilizam-se da bandeira de defesa da democracia inclusive para combaterem as tentativas de regulamentação das concessões de rádio e televisão, muitas vindas daquele período, que promoveu um grande monopólio dos meios de comunicação.

---

<sup>34</sup> Segundo GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. IN: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). *Ensino de História - Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010.

### 2.3. Resistência e Repressão Durante a Ditadura Civil Militar nas Cidades de Pequeno Porte e no Campo

As cidades examinadas até aqui, em geral, são interioranas de médio porte. Há, entretanto, peculiaridades mais específicas às cidades de porte menor, porém, mais rareados ainda são os trabalhos e documentos a serem consultados.

Ao longo dos anos várias atividades nas cidades de interior foram desenvolvidas em colaboração entre as militâncias de cidades maiores e mais bem organizadas, com as de cidades menores, onde a organização era mais difícil. Conforme aparece no relato do Sr. Alceu Salamoni, ao contar sobre sua participação na campanha pelo voto nulo, em 1970, em que recorda fazer panfletagens inclusive em cidades vizinhas<sup>35</sup>.

Temos, todavia, que compreender as particularidades dessas cidades partindo de seus próprios atores e cenários, um desafio maior, em que tomaremos como base um dos poucos trabalhos que se propôs a fazê-lo, o artigo de Fernanda dos Santos e Gerson Fraga intitulado *A atuação política de oposição em um pequeno município do norte gaúcho durante o regime civil militar: memórias de Arude Gritti*<sup>36</sup>. Nesse texto, os autores expõem a escassez de pesquisa sobre cidades de pequeno porte e nos alertam para o fato de que seu texto

embora aponte para alguns caminhos conclusivos, deve se integrar futuramente ao desenvolvimento de outras tantas pesquisas sobre a ditadura civil-militar no norte gaúcho, especialmente nos pequenos municípios, onde a estrutura produtiva calcada no minifúndio impunha laços de proximidade pessoal. Não se trata, portanto, de um trabalho que se esgote em si mesmo, mas de um primeiro passo em direção ao que

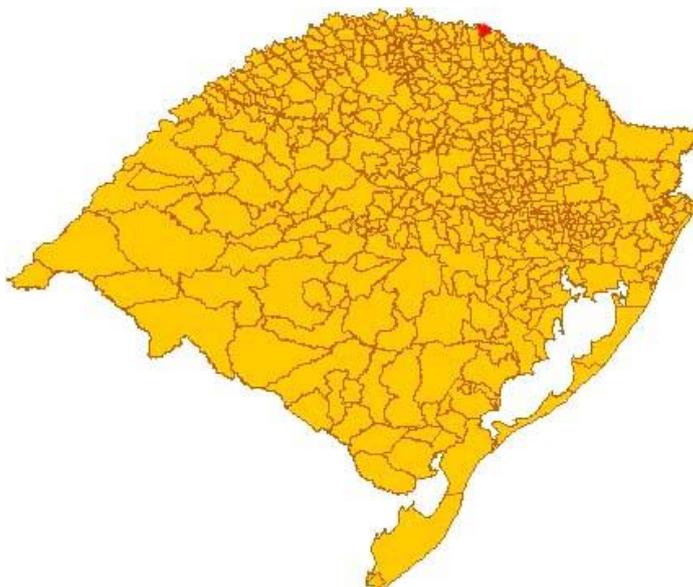
---

<sup>35</sup> SALAMONI, Alceu. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>36</sup> SANTOS, Fernanda; FRAGA, Gerson. A atuação política de oposição em um pequeno município do norte gaúcho durante o regime civil militar: memórias de Arude Gritti. In.: ALVES, Clarissa; PADRÓS, Enrique. *II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai*. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

acreditamos ser um campo de pesquisa ainda pouco explorado<sup>37</sup>.

Foquemos, portanto, nos caminhos conclusivos. O ponto de partida são as memórias de Arude Gritti, em entrevista cedida ao Laboratório de História Oral e Linguagens (LABHORAL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim. Gritti, um opositor no campo dos legalistas, ligado ao MDB, é morador do município de Mariano Moro, independente de Erechim em 1965, cuja atividade preponderante provém do trabalho no campo.



Mapa do Rio Grande do Sul, com a cidade de Mariano Moro identificada, ao norte<sup>38</sup>.

Suas memórias apontam os vários percalços experienciados pelo narrador, expondo que, de maneira diferenciada, a ditadura militar também atingiu a oposição das cidades menores, transformando a vida do entrevistado, assim como diversos outros militantes:

Arude Gritti, político vinculado ao MDB durante o regime de exceção, foi vereador e prefeito em um pequeno município do norte gaúcho. Ali, na arena onde todos se conheciam e as relações pessoais eram cotidianamente perpassadas por laços de

---

<sup>37</sup> Idem. P 74.

<sup>38</sup> Imagem retirada e adaptada do endereço

[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pop\\_impressao\\_mun.php?malha=sim&no\\_municipio=Mariano+Moro&KeepThis=true&TB\\_iframe=true&height=400&width=600](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pop_impressao_mun.php?malha=sim&no_municipio=Mariano+Moro&KeepThis=true&TB_iframe=true&height=400&width=600).  
Acessado em 26/01/2014.

personalidade, Arude experienciaria, em sua atividade política e em seu cotidiano, a ditadura de uma forma muito particular. Se a distância dos grandes núcleos urbanos minimizava as chances da materialização dos horrores das prisões e calabouços, era nas relações pessoais que o quadro político nacional iria se manifestar, levando a um complexo jogo onde os sentidos contrários conviviam com as atividades prosaicas de um homem do campo, como fazer seu gado compartilhar o mesmo campo de pastagem com o rebanho de seu opositor.

O artigo expõe que, mesmo nos espaços mais afastados dos centros urbanos, existiam lideranças que compreendiam a necessidade de uma organização coletiva para modificar e melhorar as condições de vida da comunidade, e que eram também, pessoas bem articuladas com a política nacional, sempre compreendendo e se posicionando sobre os rumos do país. Essas pessoas que se opuseram ao golpe civil militar sofreram com a repressão, que soube utilizar as peculiaridades do local para impor restrições na tentativa de os impelir a mudar de postura, perpassando o controle por diversos espaços da vida social. Conforme os autores “a força repressora do Estado muitas vezes se fez presente nos locais de convívio. Outras vezes, seus ideais foram assumidos por instituições que operaram como instrumentos de controle social”<sup>39</sup>.

O entrevistado, conforme exposto pelo artigo, lembra da perseguição aos subversivos dentro da igreja, em que o padre pregava contra o comunismo. Conta, também, da transferência de sua esposa, professora, para uma escola bem afastada da comunidade em que vivia, para tirá-los do convívio de seus apoiadores.

A Igreja, todavia, exerce papel diferente, à depender da filiação dos membros de cada cidade e das autoridades eclesiásticas que comandavam as paróquias de cada localidade. Se, por um lado, diversos foram os locais em que a pregação intimidava os opositores do regime e promovia perseguição dentro da própria instituição, também foram vários os locais que seus membros colaboraram para o estabelecimento de rotas de exílio.

---

<sup>39</sup> SANTOS, Fernanda; FRAGA, Gerson. A atuação política de oposição em um pequeno município do norte gaúcho durante o regime civil militar: memórias de Arude Gritti. In.: ALVES, Clarissa; PADRÓS, Enrique. *II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai*. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. P. 75.

Nas memórias de Frei Beto, podemos perceber que paróquias do interior do Estado o acolheram quando foi perseguido pela repressão, enquanto outros clérigos colaboraram em delatá-lo. Mesmo as coordenadas por dirigentes comprometidos em salvaguardar os perseguidos pelo Estado havia um certo risco, como podemos inferir:

Logo que padre Manuel e padre Marcelo chegaram, fizemos uma reunião com irmã Filo e a superiora da casa. Insisti em sair dali o mais rápido possível, pois eu fora *queimado* perante a comunidade pela exibição de minha foto na TV. Uma das irmãs poderia cometer a inconfidência que me seria fatal. A superiora disse que já havia conversado com elas, eu poderia estar tranquilo. Irmã Filo, meu “anjo da guarda” naquela casa, também não via perigo e mostrava-se disposta a assumir os riscos que o caso implicava. Entretanto, padre Marcelo, com seu espírito prático e realista, ponderou:

— Vocês duas assumem; mas e as outras? Quem garante que uma dessas irmãs não falará por aí?<sup>40</sup>

Não era apenas de parte da base da igreja que poderia haver colaboração com a repressão - como a possibilidade de delação apresentada no relato. Através da entrevista cedida pela militante das Comunidades de Base da Igreja, sra. Circe Cunha, vemos como deu-se o controle partindo de dentro da própria instituição:

[...] essas coisas [os trabalhos desenvolvidos nas comunidades de base], na ditadura militar, passaram a ser entendidas como comunismo [...].

Dom Jaime eles tiraram de centro completamente, tiraram da relação com os jovens, colocaram ele num seminário, também foi chamado no Quartel General, foi ameaçado de prisão, de exílio. E, a partir daí, eles terminaram totalmente com a JEC e a JUC e com esses movimentos de igreja, bloquearam bastante com os lugares da periferia e passaram a perseguir.

[...] Quando a gente entrou na faculdade em 1º de abril, a gente brincava que era dia dos bobos, já encontramos – na Católica [entenda-se Universidade Católica de Pelotas/UCPel], pela frente – já encontramos uma enorme barraca com dois [sic] soldados, um com uma metralhadora, outro com uma máquina datilográfica... e outro sentado, com uma mesa [...] e as coisas começaram a se complicar severamente [...]. Eu tinha colegas completamente da direita, professores também [...], me entregavam para esse coronel que ficava lá, então seguidamente eu tinha que ir lá fazer um depoimento, que era ridículo, só que era psicologicamente tencionado.

[...] Eu não tenho nada contra Marx, muito pelo contrário, acho um

---

<sup>40</sup> FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. RJ: Bertrand, 1987.P. 85.

grande pensador [...] mas não sou marxista, na verdade eu sou cristã, mas eu ensinava Marx, era professora de filosofia e Marx era um grande pensador. Eu não ensinava a doutrina da Igreja sem ensinar o Manifesto Comunista, por exemplo, seria um absurdo [...], evidentemente, por isso, tive muitas perseguições [...], pelo menos eu sempre tinha alguém atrás de mim [...] e na minha casa as pessoas, pessoas até mesmo de dentro da Igreja, costumavam entrar para vasculhar meus livros [...]<sup>41</sup>.

Sabemos que a repressão soube utilizar as peculiaridades das cidades para conseguir controlar opositores. De forma eficiente, a própria vida social, que nos é fundamental objetiva e subjetivamente, foi uma forma de controle. O que não significa dizer que, caso necessário, um aparato repressivo mais bem preparado e muito mais violento não pudesse ser usado. É o que percebemos na narrativa do próprio entrevistado no artigo, Sr. Arrude Gritti, que nos conta que, embora ele próprio não tenha sofrido violência física, temeu por sua segurança em alguns momentos e que muitos dos seus companheiros sofreram agressões corporais.

Aparece ainda mais explicitamente a violência da ditadura militar no campo, de forma muito brutal, no livro *Retrato da Repressão Política no Campo*<sup>42</sup>, que demonstra que a repressão atingiu duramente os trabalhadores rurais, inclusive da mesma cidade do entrevistado, município de Mariano Moro:

[...] evidencia-se que entre os líderes camponeses que se constituíram em alvo privilegiado da repressão militar no Rio Grande do Sul encontram-se os militantes dos Grupos dos Onze e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), surgido nos anos 50. Um exemplo é o do agricultor Leopoldo Chiapetti, militante do Grupo dos Onze em Mariano Moro (RS), preso em 30 de abril, quando foi brutalmente torturado, para que “entregasse informações sobre as ações do grupo e as armas”. Da mesma forma, um dos líderes do Master, João Machado dos Santos, mais conhecido como “João Sem Terra” foi perseguido e encarcerado. Durante uma sessão de torturas, João chegou a pedir ao agente da repressão que “o matasse de uma vez”, pois havia ultrapassado o limite do suportável. A história de João nos remete ao drama dos brasileiros que foram exilados em seu próprio país: sem identidade e sem passado. Ele permaneceu 25 anos vivendo de forma clandestina no interior de Goiás. O Master, ao qual João dedicou boa parte de sua vida, foi uma espécie de precursor do

---

<sup>41</sup> CUNHA, Circe. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>42</sup> CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasília: MDA, 2011.

MST. Anos depois, no final da década de 70, a luta pela terra no estado ressurgiria com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, no complexo da Fazenda Sarandi – desembocando na criação do MST, em 1984.

Temos que diferenciar a relação que os trabalhadores rurais estabelecem com a sociedade, daquelas estabelecidas por moradores de uma cidade, mesmo que rural, o que faz, inclusive, com que a violência policial atinja-os mais brutalmente, inclusive nos dias de hoje. Os trabalhadores rurais, sem terra ou de pequenas propriedades, apartadas do meio urbano, não só são alvos da violência no período, como mais escassas são as informações dos abusos que sofreram, dado que essas informações raramente chegam aos meios de comunicação, facilitando, assim, ainda mais a ação dos agentes da repressão.

Vemos, portanto, que o ativismo político, assim como a violência, são características daquele período, em que se tinha tão vivo o problema agrário no Brasil. Devemos, também, perceber como o problema agrário, persistente desde as propostas de Reformas de Base do governo Goulart, freadas pelo golpe civil militar, causa ainda muitas tensões no campo, não poucas vezes resultantes em assassinatos de militantes, pelos “capatazes” de fazendas ou pela repressão policial (todavia atualmente tenhamos um aparato repressivo diferenciado do período ditatorial) - assassinatos esses em grande parte nunca apurados <sup>43</sup>. A violência e a falta de sensibilidade para com os problemas sociais ainda assolam os trabalhadores do campo, em especial os trabalhadores sem-terra.

---

<sup>43</sup> Atualmente é simbólico o caso de dezenas de centenas de desaparecidos, no campo nas cidades, resultante da ação policial, conhecidos como Desaparecidos da Democracia, em campanha lançada pela OAB.  
<http://www.oabrj.org.br/dc/verConteudo/332/Desaparecidos-da-democracia.html>  
(acessado em 26/01/2014).

### **3. As Peculiaridades das Cidades Gaúchas de Fronteira e a Organização das Rotas de Exílio**

Com vimos, nosso tema não recebeu da academia, ainda, a devida atenção que requer. Temos, portanto, que centrarmos nossos esforços em analisarmos as cidade de interior e de fronteira e suas peculiaridades, como forma de contribuir com o debate, contando com o panorama exposto no capítulo anterior e aprofundando-o às nossas particularidades.

Já ao começo de nossa pesquisa se consolidou como especificidade a tarefa desenvolvida pelos militantes de oposição à ditadura civil militar no Rio Grande do Sul, de organização das rotas de exílio, seja porque teve grande intensidade na região, seja porque foi proposta de grande parte das correntes opositoras ou, ainda, porque era referência nacional para quem precisava deixar o país.

Resta, portanto, nos debruçarmos efetivamente no estudo das rotas de exílio, entendendo-as como forma importante de oposição, pois garantiu a integridade dos militantes procurados e possibilitou a organização da resistência no exterior.

É necessário levantarmos muitas indagações: o que entendemos por rotas de exílio? Como se organizaram? Qual o caráter da atividade? Quais as necessidades para efetivá-las? Como foram atingidas pela repressão? Essas são apenas algumas das perguntas que precisam ser respondidas.

Usando como subsídio as discussões até aqui suscitadas, aprofundaremos e trabalharemos novos conceitos, novos questionamentos e possibilidades. Nossa principal fonte para a compreensão das peculiaridades referentes a atividade é a memória dos militantes que participaram da

organização das rotas ou as utilizaram.

Como já vimos, temos como preocupação conseguir contemplar a diversidade de correntes, de experiências, de localidades, enfim, várias das características que possam trazer novos elementos à análise. Em certa medida, como veremos, conseguimos contemplar essa proposta, todavia, as fontes referentes às rotas estabelecidas em torno de grupos ligados à igreja e à corrente Ação Popular se mostraram em maior quantidade para a consulta, questão que será devidamente problematizada adiante. Também, devido à algumas dificuldades impostas pelas circunstâncias da pesquisa, houve dificuldade em conseguir grande pluralidade de representantes das diferentes cidades.

Tais condições próprias, impostas pelas fontes, uma vez detectadas, podem ser contornadas, a fim de não gerarem grandes distorções. Não deve o leitor, portanto, desconsiderar a pesquisa, apenas deve lê-la tendo em evidência essas ponderações.

Aponto ao leitor, ainda, que atente às diversas ricas possibilidades de análise do período que as entrevistas colhidas possibilitam. Extrapolando nosso tema, são vários os prismas pelos quais podemos explorar essas fontes, que muito contribuem para o entendimento e para a complexificação das memórias para o período. Convido à todos para, na leitura do próximo capítulo, atentar para todos os pontos que ainda podem ser explorados.

### 3.1. Considerações Teóricas de Nosso Tema

É necessário, para compreendermos as peculiaridades dessas cidades, começarmos apresentando alguns debates relacionados com a fronteira, uma vez que a posição geográfica é determinante na dinâmica das militâncias de oposição à ditadura civil militar nesse cenário. Portanto, faz-se necessário delinear os conceitos e teorias que nortearão nosso trabalho.

Alguns pesquisadores já apresentaram importantes contribuições para nosso campo de pesquisa. Segundo a autora Caroline Bauer, a ditadura civil militar no Rio Grande do Sul se constituiu num paradoxo, pois, por um lado era buscado pela resistência, especialmente como caminho de exílio, e, por outro, era importante para os governos ditatoriais, como forma de perseguição a estes militantes procurados. Já em um contexto internacional, era visto como espaço de combate ideológico no Cone Sul.

Mesmo antes da efetivação de um golpe militar nos países vizinhos já existia uma cooperação do Uruguai com o Brasil para o combate à "ameaça comunista". Com um considerável número de exilados no Uruguai, a ditadura brasileira diversas vezes ultrapassou os limites da fronteira em busca de militantes procurados. As fronteiras passaram, então, a ser compreendidas como voláteis: não mais eram estabelecidas apenas em seus limites geográficos, pois poderiam ser estendidas até onde se fizesse necessária a busca de "subversivos". As fronteiras passaram então a ser definidas por uma necessidade de combate ideológico:

As fronteiras que configuram os Estados geridos por regimes de segurança nacional passaram a ser entendidas não como limites entre um país e outro, no seu sentido político e territorial, mas sim como limites ideológicos entre os apoiadores e opositores desses regimes. Essa dicotomia, sustentada pela concepção de "inimigo" da Doutrina de Segurança Nacional, fez com que as práticas de terrorismo de Estado aplicadas pelos regimes de segurança nacional do Cone Sul não se restringissem às fronteiras políticas desses países<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> BAUER, Caroline. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e O Conceito de Fronteiras Ideológicas. In.: GUAZZELI, Cesar; FLORES, Mariana; ÁVILA, Arthur (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. POA: Letra e Vida/ Suliani, 2009,

Essa concepção dialoga com um conceito constituidor da Doutrina de Segurança Nacional dos países em regime ditatorial de *Fronteiras Ideológicas*, que não se aplica exclusivamente à questão espacial, mas, também, a própria concepção de “inimigo interno” e a delimitação do pensamento político, estipulando assim uma diferenciação que permite considerar o pensamento destoante como uma ameaça necessária de ser combatida:

A partir do conflito ideológico estabelecido com a Guerra Fria, o conceito de “fronteiras ideológicas” passou a traduzir uma tese geopolítica de que o mundo estaria dividido em dois blocos antagônicos, irreconciliáveis, o comunista e o anticomunista. Apesar de restringir-se ao mundo das ideias, a noção de “fronteira ideológica” está intrinsecamente ligada à noção de *nação*: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as Forças Armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores [...]. A missão dos militares, que seria realizar uma cruzada religiosa na defesa dos valores ocidentais e cristãos, se inseria nessa política continental.

Através da vinculação do conceito de “fronteira ideológica” com a DSN [Doutrina de Segurança Nacional], a noção de “inimigo” ou de *outro*, passa a fazer referência ao comunismo; em termos práticos, em sua acepção mais ampla, ou seja, em tudo aquilo que ameaça os preceitos da civilização ocidental<sup>2</sup>.

Percebemos, portanto, que esse conceito, balizador das ditaduras civis militares do Cone Sul, norteou ações de repressão supranacionais para obtenção de informações e busca de militantes perseguidos.

A fronteira gaúcha representava, portanto, para a militância de oposição à ditadura civil militar, um espaço de contradição quando pensada em relação à segurança: se constituía como um espaço importante para o aparato repressivo na busca de “subversivos” brasileiros e estrangeiros, e portanto, como um espaço instável, mas também, como um espaço de segurança, pois, além da complexidade já apontada, compreendia a região como um espaço latino-americano de trocas políticas e culturais, mais que isso, um espaço de organização das rotas de exílio e da militância exilada, como veremos.

---

vol. I.

<sup>2</sup> Idem.

Devemos considerar ainda, que a própria ideia da atividade de organização das rotas de exílio está diretamente relacionada à ideia de fronteira: embora existam rotas de saída do país que se constituam em espaços bem afastados da nossa linha de demarcação (recorrendo, por exemplo, ao transporte aéreo), essa dinâmica estabelecida para a saída (que envolve diversas pessoas e necessita de uma grande estrutura) e, também, para a entrada, é própria dessa região, que já porta conhecimentos, há muito difundidos, de ultrapassar a fronteira, à par do conhecimento dos órgãos de repressão ou controle.

É, portanto, para nós, vinculada a concepção de rotas de exílio ao território de fronteira, dado que essa vinculação irá implicar em diversas especificidades, próprias das rotas que propostas no território estudado.

Faz-se necessário, também, ao discutirmos as peculiaridades da fronteira, quando apontamos para a formação das rotas, discutir sobre *exílio* e *exilado*. Em um trabalho muito bem elaborado, marco para estudiosos do tema, Rollemberg apresenta a complexidade de tais conceitos<sup>3</sup>, com a ajuda de outras áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Ciência Política e a Psicologia. A autora nos alerta sobre a imprecisão do termo, mais ligado à literatura do que a uma conceituação jurídica. Para essa conceituação jurídica, aproxima o exilado dos conceitos de *refugiado* e *imigrante*, conforme definidos pela ANCUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados).

Como apresentado, há imprecisões, mesmo nessa conceituação, que instabilizam ainda mais o cenário imposto aos que precisam procurar por abrigo em outros países:

É interessante notar como, mesmo utilizando uma linguagem jurídica e impessoal, o que caracteriza a busca de uma objetividade racional, o critério para definir refugiado dificilmente seria mais subjetivo e emocional: o temor.<sup>4</sup>

[...] Em tempos de crise, desta forma, os países signatários da Convenção de Genebra vão criando formas de se esquivar dos compromissos outrora assumidos, sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo assistiria a um momento de grande expansão das políticas públicas nacionais no campo social e de prestígio dos organismos internacionais.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ROLLEMBERG, Denise. Exilados, Estrangeiros, Apátridas. In.:\_\_\_\_\_. *Exílio - Entre Raízes e Radares*. RJ: Record, 1999.

<sup>4</sup> Idem. P. 39.

<sup>5</sup> Idem. P. 42.

À época, como atualmente, mesmo definido por critérios específicos, o país procurado por refugiados impõe um ambiente hostil e dificulta a entrada, principalmente baseado em imprecisões de definições - como provar “fundamentado temor” em seguir em seu país - a fim de não se responsabilizar por esses migrantes. Embora houvesse grandes comunidades de exilados, bem recebidas e estabelecidas em países determinados - que passaram a ser referência de segurança entre as esquerdas - muitas foram as negativas em receber brasileiros dadas por diversos países, além da incerteza que esperava quem precisou se estabelecer fora do país.

Faz-se necessário, ainda, refinar melhor o que entendemos por exilado em nossa pesquisa. Com ajuda da referida autora, devemos considerar que é deficitária e, até mesmo, contraproducente, a tarefa de categorizar, estrito senso, quem abarcaremos ou excluiremos do termo, dado a heterogeneidade de experiências apresentadas, que variam dos que foram banidos, dos que partiram com documentação legal, dos que acompanhavam os perseguidos pelo Estado mesmo sem ter um envolvimento político, dos que moravam no estrangeiro e, somando-se as atividades de denúncia da ditadura, temiam voltar ou, até mesmo, daqueles que não se sujeitaram a ficar no país e se estabeleceram no exterior com bolsa de estudos financiada pelo Estado.

Embora seja necessário entender como exílio todas essas experiências, fixaremos os estudos nos perseguidos políticos que deixaram o Brasil utilizando as rotas de saída pelo extremo sul do país e seus acompanhantes, independente da relação que passaram a ter com o país de destino (asilado ou clandestino).

É possível propor, baseados em algumas considerações teóricas, mais uma vez recorrendo às reflexões apresentadas por Rollemberg e à constatações empíricas de nossos entrevistados, que existem dois momentos diferentes de exílio no Brasil ditatorial. As rotas de exílio tiveram grande procura logo após 1º de abril de 1964, refletindo a “Operação Limpeza” e o AI-1, mas, principalmente, foram intensificadas, nos anos que se seguiram próximos a 1968, em resposta ao recrudescimento da repressão e ao Ato institucional nº 5, que suspendeu todos os direitos individuais e possibilitou a intensificação da tortura no país.

É possível falar também em duas gerações que buscaram o exílio pensando, não do ponto de vista etário, mas, principalmente, a partir de suas vivências profundamente alteradas por esses diferentes marcos.

As gerações, evidentemente, não serão formadas por uma homogeneidade de pensamentos ou ações, porém, têm características comuns frutos das experiências vividas:

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma experiência vivida pelo que se pode considerar duas gerações, a de 1964 e a de 1968. Os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe civil militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, finalizado com o ato institucional AI-5.[...] Em comum [os militantes da primeira geração] tinham a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado [...]. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com os projetos de reformas de base, ligados à sindicatos e partidos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB [...].

Já a geração de 1968 está identificada a militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrar à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária<sup>6</sup>.

Podemos, ainda, creditar à primeira geração de exilados não só uma maior experiência na vida política pública, mas também, as experiências do período dos governos Vargas e, portanto, de proteção do Estado no governo João Goulart, mas, também de ações repressivas - com, evidentemente, suas diferenças - que já apontavam para a preocupação com a perseguição política a esses militantes assim que ocorreu o golpe. Nesse sentido, nos primeiros momentos de abril de 1964, diversos militantes da primeira geração procuram imediatamente - ou em um curto espaço de tempo - o exílio, enquanto a segunda geração, iniciada na vida política já em período ditatorial, desenvolve a perspectiva de clandestinidade à medida que ascendeu sua participação no combate à ditadura civil militar.

Empiricamente, segundo a entrevistada Sra. Vera Lopes, os primeiros exilados devido ao golpe militar constituíam-se, sobretudo, de

---

<sup>6</sup> Idem. P. 49-50

referências políticas nas cidades. Tratavam-se de militantes mais experientes, que já tinham, anteriormente, sido perseguidos devido aos seus posicionamentos, em outros contextos:

[...] tu fala com o pessoal mais velho eles vão te dizer, qualquer coisa que acontecia em Pelotas e eles iam direto na casa do Antônio Ferreira Martins, que era comunista, do Ápio Antunes, que também diziam que era comunista [...] aí [em 64] eu era assim, guria nova, e os que fugiram eram já gente mais velha<sup>7</sup>.

Porém, com a intensificação da repressão, a busca pelas rotas a partir de 1968 foi muito mais disseminada e atingiu massivamente o movimento estudantil.

Também, a própria ideia de exílio pode ser relativizada: nem necessariamente o país de chegada era o país em que se buscava o exílio<sup>8</sup>, nem a saída do país significava uma “escolha” pelo exílio, mas, em boa parte, era entendida apenas como um necessário tempo de espera para o retorno ao país e às lutas anteriores. Enquanto a primeira geração supunha um curto exílio, pois não acreditava que os militares se estabeleceriam muito tempo no poder, a segunda geração também não partia para o exílio com a intenção de permanecer no exterior por muito tempo, pois pensava o exílio como um recuo curto e necessário para voltar à luta, em boa parte das vezes, armada.

---

<sup>7</sup> LOPES, Vera. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>8</sup> Como, por exemplo, o caso dos brasileiros que saíam para o Uruguai, mas buscavam o exílio no Chile de Allende.

### **3.2. Rotas, Esquemas. De exílio, de Saída, de Entrada. O Que Estamos Analisando?**

Poderíamos deferir de “rota” um caminho traçado no mapa, como um guia a ser seguido pelos exilados. Mas rotas de exílio não foram apenas escolhas de estradas a serem usadas, nem mesmo um estudo de qual fronteira cruzar. Era necessário envolver uma gama muito maior de informações, pessoas e aparato para efetivamente garantir a segurança de militantes.

Poderíamos imaginar então, algo muito mais complexo: um roteiro fixado a ser utilizado pelos exilados que abarcasse a estrada a se pegar, quais e quantas cidades a se passar, o meio de transporte a utilizar, postos de estada, pessoas a procurar, documentos a se conseguir (ou mesmo a se falsificar) e estrutura à disposição.

Era mesmo necessário envolver tudo isso. Porém, ao contrário do que poderíamos deferir, é necessário complexificar mais nosso entendimento, pois não eram assim tão estáveis, traçadas no mapa, fixadas, definidas e imutáveis as nossas rotas. A sua organização era muito volátil e se redesenhava, a depender da organização responsável, da estrutura que essa poderia oferecer no momento, da disponibilidade pessoal dos militantes, dos colaboradores com quem poderiam contar, das características do transladado, da ação repressiva montada na fronteira, de qual região estava sendo mais controlada, do quanto procurado estava sendo o militante a ser passado e, ainda, de inúmeras outras variantes.

As rotas eram também formadas pela combinação de uma serie de possibilidades que se apresentavam aos organizadores: para além de possibilidades previamente estudadas, informações acumuladas, estruturas adquiridas, ou seja, além do plano já previamente montado, contava-se também com uma serie de possibilidades trazidas pelo acaso, pelos contatos pessoais, pela própria criatividade de quem, com poucos recursos, propõe-se a resolver grandes problemas e precisou, portanto, alçar mão de tudo que pudesse ser de colaboração.

Encontramos, todavia, rotas mais orgânicas, mais bem definidas, a serem usadas em casos de emergência. Vemos, por exemplo, no relato escrito por Valença, sobre sua saída de Brasília<sup>9</sup>:

Menos de vinte e quatro horas depois de liberado pelo DOPS em Brasília, eu estava na Pauliceia. A viagem só foi possível graças a um esquema de segurança que eu mesmo havia montado para saída de quadros da AP de Brasília em caso de emergência. Um único telefonema. Um funcionário do Tribunal de Contas totalmente desconhecido para mim apanhou-me no seu carro na rodoviária de Brasília e me deixou em Anápolis. Dali, segui para Goiânia em outro veículo com uma funcionária do Banco do Brasil, também ela desconhecida. De Goiânia para São Paulo fui de ônibus regular.

[...] Em Brasília, a polícia política deu várias batidas, algumas delas noturnas, na casa de meus pais, na esperança de me encontrar por lá. Ao que tudo indica, ficaram bem confundidos, pois não podiam entender como é que eu tinha sumido tão rapidamente da capital federal<sup>10</sup>.

Havia, deste modo, rotas a serem utilizadas sem tempo para o imprevisto ou para elaboração de um plano específico - seriam mais como saídas de emergência. Entretanto, as rotas estabelecidas aqui no sul, em maioria das vezes, recebiam informações prévias (como veremos adiante), que possibilitavam um maior estudo específico ao momento, portanto, rotas mais fixas são exceção em nosso trabalho. O que acontecia, em geral, é que cada militante que procurava passagem requeria que uma rota fosse traçada para si, utilizando elementos já conhecidos da organização e, também, novas possibilidades.

Como veremos, evidentemente que há um limite para o envolvimento de contatos pessoais, colaboradores (as vezes inclusive de outras organização, que não a organizadora) e para a “improvisação”: se, por um lado, era necessário que se buscasse novas formas capazes de burlar a repressão, por outro, a instabilidade e uma serie de imprevisibilidades advindas do novo tornava muito mais arriscado.

Percebemos, ainda, que muitos são os entrevistados que referem-se

---

<sup>9</sup> o relato embora fuja do espaço proposto para pesquisa, é ilustrativo da necessidade, que pode ser generalizada para experiências aqui traçadas, em que se faz necessário por vezes poder contar com alternativas rápidas

<sup>10</sup> VALENÇA, Sérgio. Brasil 4 x 1 Tchecoslováquia - Resistência Popular 2 x 1 Repressão e ditadura. In.: FERRER, Eliete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. P. 485-486.

a *esquemas de saída* ou de *exílio*. Devemos entender que cada rota tinha diversos esquemas: eram possibilidades, já desenhadas ou a serem construídas, que compunham as rotas.

Tal forma de referir-se, *esquemas* ao invés de *rota*, pode ser mais expressiva da necessidade de sistemática reelaboração de algo que, por mais que cheio de possibilidades previamente estudadas, apresentava a necessidade de adaptações e reconfigurações. Não proponho aqui, entretanto, uma substituição do termo “rota”, que já é tão consolidado. Apenas indico que tenhamos clareza do seu significado e, também, que quando nos depararmos com *esquemas* - nas falas de entrevistados, aqui transcritas, por exemplo - estamos tendo o mesmo entendimento referido e consideraremos ainda, que estas compõem as rotas.

Seguindo nossa problematização a respeito do termo utilizado, *Rota de Exílio* deve trazer também ressalvas relacionadas à própria ideia de exílio. Como desenvolvido ao longo de nosso trabalho, devemos recordar que, nem sempre quando se partia aos países vizinhos, se procurava o exílio: alguns militantes tinham o entendimento de que se tratava de um pequeno recuo para ser reintroduzido ao país e dar continuidade à luta; Outros passam pelo país à que se montava rota apenas para seguir viagem - como partir para o Chile; Ou, ainda, apenas utilizavam as rotas para participar de reuniões com exilados, trocar informações, levar documentos e retornar ao Brasil.

Essas mesmas rotas também poderiam ser utilizadas para introdução de materiais no país (livros proibidos, panfletos, documentos) e, também, reintroduzir militantes, ou possibilitar a entrada de procurados pelo Estado uruguaio - inclusive perseguidos de nacionalidades vizinhas - em território brasileiro, principalmente após 1973 (data do golpe naquele país).

Mesmo que nem sempre os militantes que organizavam as rotas de exílio fossem igualmente responsáveis por introduzir pessoas e materiais em território nacional - pois, às vezes, se constituíam à parte - ainda assim, algumas rotas eram também de entrada no país.

Portanto, como percebemos, as rotas de exílio, além de ultrapassarem a própria procura da passagem para países vizinhos por si só, também podiam, embora não necessariamente, ser uma *rota de entrada* e não

tão somente de saída do Brasil. De forma geral, quando tratamos de *rotas de exílio* estamos tratando da atividade na fronteira de entrada e saída e, quando necessário, será especificada a ação de retirada pela fronteira, com *rotas de saída*, ou, também, explicitada ação inversa, de introdução em território nacional, através do termo *rotas de entrada*.

Atento, em conclusão, que ao longo do trabalho se utilizará predominantemente o termo *Rota de Exílio*, uma vez que já temos em perspectiva tal termo não estar fundamentado na ideia de que as rotas eram estanques, retomando sempre que se desfaziam algumas possibilidades para as rotas e que estas se reelaboravam constantemente. E, ainda, que embora *Rotas de Exílio* seja o termo que utilizaremos com mais frequência, eventualmente, os termos *Rotas de Entrada* e, também, *Rotas de Saída*, serão utilizados ao longo do texto, quando for necessário especificar mais a atividade.

### 3.3. Considerações Históricas e Geográficas

Para compreendermos melhor como o território gaúcho se constitui enquanto uma região peculiar durante os anos de ditadura militar cabe, ainda, explorarmos esse território, as fronteiras de todo o nosso país e tecermos breves considerações a cerca da história de nossos vizinhos.

Quase um terço de nosso limite com o Uruguai não se compõe de imposições naturais, mas sim de *fronteiras secas*<sup>11</sup>. Significa avaliar que poderia não ser necessário passar por pontos de fiscalização de fronteira, uma vez que cobrir todo esse território é tarefa hercúlea à polícia de fronteira, sendo, alguns pontos, conhecidamente negligenciados. Tal consideração nos alerta também que não era necessário armar um complexo esquema para fazer a travessia por água ou transpondo acidentes geográficos. Além disso, trata-se de uma fronteira bastante povoada, não sendo necessária uma longa viagem em meio a matas, florestas ou qualquer ambiente inóspito para chegar às cidades.

A fronteira gaúcha possui, ainda, algumas *cidades binacionais*<sup>12</sup>. São cidades divididas pela linha de fronteira e, portanto, parte de uma nacionalidade, parte de outra. Essas cidades não tem rígida fiscalização sobre seus limites, mesmo quando marcadas por abordes naturais, logo, o traslado de pessoas ou materiais era de difícil controle.

Também temos que considerar que, conhecidamente, no sul do país, temos uma “tradição” de traslado e tráfico por essas fronteiras, que pode ser retomada desde a formação do território brasileiro e que, mesmo no período que estudamos, ainda era muito ativo. Passar armas, munições, carnes, tecidos - produtos, de uma forma geral - ou trasladar pessoas, na década de 1960, era

---

<sup>11</sup> Fronteiras cuja delimitação não se deu partindo de acidentes naturais, como curso de rios ou similares.

<sup>12</sup> São também conhecidas como “cidades irmãs”, ou “cidades geminadas”, pois uma cidade tem sua “correspondente” em território vizinho. Cito, entre Rio Grande do Sul e Uruguai: Santa Vitória do Palmar / Chuí (na época parte da primeira, emancipada em 1997) e Chuy; Jaguarão e Rio Branco; Aceguá e Aceguá; Santana do Livramento e Rivera; Quaraí e Artigas; E com Argentina: Uruguaiana e Passo de Los Libres. Alguns outros estados brasileiros também possuem cidades binacionais.

prática comum, assim como o era o traslado de escravos em períodos anteriores. Muitos gaúchos, especialmente do interior, até hoje guardam na memória o caminho que se percorria para cruzar a fronteira uruguaia ou argentina, tanto utilizando as estradas, quanto as rotas alternativas, algumas vezes feitas no estilo tropeiro dos nossos pilchados gaúchos<sup>13</sup> em meio aos campos e às chácaras<sup>14</sup>.

É muito presente na região a possibilidade de cruzar a fronteira como forma de evitar qualquer relação com o Estado - mesmo para infratores comuns ou para burlar o pagamento de impostos ao comprar mercadorias no exterior - assim como é comum o conhecimento para fazê-lo, ludibriando as autoridades fiscalizadoras. Isso nos remete ao quanto a fronteira é presente na região e ao quanto temos experiência em armarmos formas de cruzá-la

Assim como é conhecida a prática de infratores comuns cruzarem a fronteira para escaparem do judiciário, também é a de perseguidos pelo Estado procurarem asilo no Uruguai, como cita Aseff, transcrevendo o relato do sobrevivente de uma chacina impetrada contra comunistas, na cidade de Santana do Livramento, em 1950:

Viajei toda noite, guiado por uma estrela, ensinado por outro parente, cortando campo. Fiquei tirado no chão porque me saia *calambre*, como ovo de galinha, câimbras como dizem vocês, de tanto caminhar, andar, não é? Isso na noite da chacina, quando eu já ia embora, sem comunicação com ninguém, que a coisa não estava muito boa, né?<sup>15</sup>

Embora, em diversos períodos de nossa história platina, tenha sido recorrente a busca pelo exílio ou, mesmo, a fuga através de nossas fronteiras com esses países, essas rotas, com especificidades muito próprias, forçadas pelo momento político do país, são características de todo o período da ditadura militar e se distinguem da acima citada, todavia, aprendendo com ela.

---

<sup>13</sup> Pilcha é a veste tradicional gaúcha. Pilchado é o gaúcho vestido com as roupas tradicionais.

<sup>14</sup> Lembrando uma prática comum dos trabalhadores gaúchos no campo, de buscar ou levar mercadorias (entre cidades, estados ou países), em viagens em tropas, à cavalo, estabelecendo acampamentos ao longo do percurso.

<sup>15</sup> ASEFF, Marlon. *Retratos do Exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974)*. Florianópolis: UFSC. 2008. Dissertação de Mestrado em História. P. 43.

Mas vejamos também as características da fronteira nos demais estados brasileiros. A área limítrofe de Santa Catarina com Argentina, embora também tenha fronteira seca, em sua maioria, é marcada por mais densa vegetação, além de o Estado ter um território mais acidentado, enquanto a região sul do estado gaúcho é marcado por território de planície. Ao contrário de boa parte da fronteira do Rio Grande do Sul, a fronteira catarinense não está perto de cidades ou populações e, ainda, está distante das capitais dos países vizinhos (destino bastante procurado pelos militantes que partiam).

Temos também as fronteiras do Paraná com Argentina; Paraná e Mato Grosso do Sul com Paraguai; Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre com Bolívia; Acre e Amazonas com Peru; Amazonas com Colômbia e Venezuela; Roraima com Venezuela e Guiana; Pará com Guiana e Suriname e, finalmente, Amapá com Guiana Francesa e Suriname. Para esses casos cabe ressaltar que, de forma geral, trata-se de uma região delimitada em grande parte por água, vegetação densa e menos povoada<sup>16</sup>.

Para entendermos melhor, cabe, ainda, fazermos rápidas considerações sobre os países vizinhos no período. O Uruguai, embora com uma extrema direita bem organizada e recebendo apoio para a repressão “aos subversivos”, inclusive da ditadura militar brasileira<sup>17</sup> e, mesmo tendo como característica a violência contra a esquerda até antes de sofrer golpe, possuía uma democracia considerada mais bem instaurada, mais estável, passando por um golpe apenas em junho 1973. Abrigou parte importante da esquerda exilada brasileira, que se mantinha articulada mesmo no exílio, principalmente considerando os exilados que partiram próximos ao ano de 1964, em grande parte organizados em torno dos “legalistas”, do Jango e do Brizola. Por isso, a fronteira era importante também para a troca de informações e materiais e para reintrodução de militantes no Brasil.

A Argentina apresentava uma democracia instável, já tendo sofrido

---

<sup>16</sup> Muito embora as considerações apresentadas tenham sido feitas apoiadas nos mapas e paisagens atuais, não supomos drástica mudança nas avaliações acima, uma vez que as mudanças geográficas acontecem em mais longo prazo e, embora evidentemente devamos supor uma mudança na densidade populacional, mesmo essas não são tão significativas.

<sup>17</sup> Retomo aqui o exemplo da Operação 30 Horas, já anteriormente tratado.

uma intervenção em 1966. Todavia vai ter um governo militar mais sistematizado e repressor apenas em 1976. Entre esse tempo, também abrigou exilados dos países vizinhos.

Ainda temos o Chile, que, mesmo não fazendo divisa com o país, por ter uma democracia considerada como mais estável, foi procurada pela esquerda brasileira, principalmente após a vitória eleitoral de Allende. Assim, outros países, o Uruguai principalmente, passaram a ser rota de saída do Brasil e passagem para esse o Chile.

O Paraguai, porém, sofreu um golpe militar já em 1954. Podemos perceber que esse país tem como marca um número muito grande de exilados - em uma estimativa extraoficial podemos aproximar em cerca de um milhão, na ditadura que, por sua extensa duração, atingiu três gerações no país<sup>18</sup>. Portanto, não temos o Paraguai como a opção mais segura.

Os países mais ao norte da América Latina, como Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela sofreram, no início da década de 1960, diversas intervenções, guerras civis, perseguições, compondo um cenário de incerteza, além das dificuldades geográficas de atravessar essas fronteiras.

Há, ainda, os países que conhecemos muito pouco de sua história e cultura, como a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. Esses países são marcados, nas décadas de 1960 e 1970, pela luta por independência da Europa e, mesmo quando essa luta foi vencida (a Guiana em 1966, tornando-se República em 1970 e o Suriname em 1970. A Guiana Francesa é considerada território franco até hoje) tinham governos muito instáveis. Devem-se considerar ainda as dificuldades geográficas de ultrapassar a fronteira e a baixa densidade populacional nessas regiões.

Evidentemente que essas considerações não tratam de negar, condenar ou diminuir a importância de qualquer outra possibilidade de rota que não a estabelecida pelo Rio Grande do Sul. Apenas trata de justificar a busca mais intensa por essa fronteira.

Podemos refletir, por exemplo, a partir do caso do exilado Sebatião Hoyos, apresentado por Rollemberg:

---

<sup>18</sup> Apontado por QUADRAT, Samantha. *As Faces da Repressão nos Países da América Latina*. DIMENSÕES: Revista de História da UFES, n.13, jul./dez.2001. P.198-202.

Na tentativa de se esconder, seguiu [Sebastião Hoyos] para o Baixo Amazonas, onde havia feito um trabalho de distribuição de terras para trinta mil famílias. De lá desceu o rio até Macapá, numa canoa, numa viagem que durou 28 dias. Conseguiu chegar ao Oiapoque pegando um avião com uma falsa identidade e atravessou a fronteira para a Guiana Francesa. Chegou a São Jorge, depois Caiena, onde pediu - e jamais conseguiu - asilo político. [...] Na Guiana montou uma rede para ajudar brasileiros a saírem do país, que funcionou durante anos<sup>19</sup>.

Depois conta que se organizou em movimentos nacionalistas e acabou preso pela polícia francesa e levado à Europa, onde seguiu em séries de fugas e tentativas de exílio.

Essa experiência é ilustrativa da possibilidade de organização de outras rotas. Várias foram organizadas ao longo do país, conforme necessidade e possibilidade e garantiram a muitos militantes escaparem da repressão. As estabelecidas em nossa região se sobressaem nesse panorama.

Temos que passar então a analisarmos a dinâmica dessas rotas, como elas se constituíam na prática, cotidianamente, quais suas possibilidades, debilidades...

---

<sup>19</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Exílio - Entre Raízes e Radares*. RJ: Record, 1999. P. 67.

### 3.4. Como Eram Organizadas as Rotas de Exílio?

As rotas de exílio teciam teias de solidariedade estabelecidas entre militantes, colaboradores e correntes para garantir a segurança dos procurados e, também, organizar ações políticas que necessitassem contato com militantes já exilados. Como vimos até aqui, eram rotas voláteis, constantemente reelaboradas, que possibilitavam a saída - e às vezes entrada - de pessoas, informações e materiais.

Diversas foram as organizações que montaram esquemas que possibilitaram o traslado na fronteira. Com mais ou com menos possibilidades, essas correntes sabiam como enviar emergencialmente seus militantes ao exterior ou como manter contato com exilados quando necessário. Em geral, dispunham, também, sua rota para organizações próximas que necessitassem de colaboração.

Alguns grupos tinham rotas estabelecidas para caso fosse necessário manter a segurança de seus integrantes. Outros tinham a organização da atividade na fronteira como característica mais presente e eram referências entre as diversas correntes, passando, por isso, mais comumente pessoas das mais diferentes linhas políticas.

No sul, ao que até aqui indicaram as fontes, as correntes que aparecem como mais presentes para desenvolver especificamente a organização das rotas de exílio são as mais próximas (e com ajuda) de parte da Igreja. Como relembra Frei Betto: “Os dominicanos eram vistos, no meio estudantil, como uma espécie de guarda-chuva ao qual se recorre na hora da tempestade”<sup>20</sup>. Temos, por exemplo, a Ação Popular como uma grande referência, principalmente para o período posterior ao golpe, quando já efetivada a ditadura civil militar<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. RJ: Bertrand, 1987. P. 56.

<sup>21</sup> É tarefa difícil medir a efetividade dessa afirmação, uma vez que possa ser apenas uma distorção, causada pelas fontes pesquisadas. Porém, enquanto seja discutível o protagonismo dessa corrente sobressaindo-se às outras, é afirmativo seu protagonismo no desenvolver das atividades de organização das rotas.

Embora não tenha se dedicado à luta armada e, por isso, a princípio, não seria a corrente que necessitasse com mais urgência da utilização de rotas de saída, talvez por isso mesmo - não ter uma atividade que consumisse tantas forças - possa ter executado com mais força a tarefa de passagem pela fronteira.

Temos que discutir aqui, também, como se iniciaram essas rotas e como se envolveram as pessoas que garantiram seu funcionamento. Uma das memórias que nos contam sobre isso é a de Frei Beto:

Encontrei Marighella em pleno Jardim Europa nos primeiros dias de maio de 1969. [...] A troca de olhares bastou para que eu abandonasse o ponto de ônibus e o acompanhasse. Ninguém mais parecia atento a nós, o que, se de um lado me tranquilizou, de outro deixou-me na dúvida se de fato Marighella possuía um esquema de segurança. [...]. Ele soubera que eu estava de mudança para o Rio Grande do Sul e queria que eu aceitasse acompanhar, em Porto Alegre, a passagem de refugiados políticos que se destinavam a entrar no Uruguai para, em seguida, viajar a Europa. Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à ALN. Aceitei o pedido, ciente de que ele se adequava à tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos.<sup>22</sup>

Através do relato podemos notar que algumas das aproximações se deram por um contato estipulado a partir de uma confiança política, mas também, pessoal. Muitas das relações estabelecidas se davam através de uma confusa relação de confiança política e pessoal, que poderia ser estabelecida através da indicação de parte dos organizadores. Ou seja, os demais militantes, organizadores das rotas, compartilhavam com esse indivíduo uma confiança mediada por terceiros.

Porém, no geral, envolver-se no cumprimento dessa tarefa significava assumir responsabilidade em garantir a resolução de uma defasagem apontada nacionalmente por diversas correntes. Em boa parte das vezes, portanto, os grupos daqui do sul assumiram como função a organização das rotas por indicação nacional. Significa considerarmos que não exatamente por iniciativa de grupos do sul nos tornamos um espaço vital para a saída e entrada do país, se não, que assumimos uma tarefa definida em âmbito nacional, evidentemente com, no mínimo, consentimento dos envolvidos na execução da atividade.

---

<sup>22</sup> FREI BETTO. *Batismo de Sangue*. RJ: Bertrand, 1987. P. 54.

Vários dos militantes identificavam, mesmo à época, a importância peculiar de nossa região:

[...] as atividades de luta armada aqui [no Rio Grande do Sul] eram raras. Diferentes correntes e grupos entendiam que, como era ponto de passagem de fronteira para a saída do país, tinha que estar um pouco menos obstruído. E era também a saída mais adequadas para cidades como Montevideu e Buenos Aires. Diferente do que seria sair pela selva boliviana [...] <sup>23</sup>.

Embora efetivamente essa não tenha sido a posição de todas as correntes que lutavam contra a ditadura civil militar e mesmo no território gaúcho se tenha tido experiências de luta armada, é apontado por Koutzii que diversas organizações compartilhavam da ideia e evitavam ações mais confrontivas. Também nas palavras de nossos entrevistados percebemos essa discussão:

E.: Qual é o papel de Pelotas? Por que não ir para Porto Alegre e Uruguai direto? Por que parar em Pelotas ou Rio Grande - que também se parava?

O.S.: É por que Pelotas aqui é privilegiada por causa da situação geográfica de fronteira, então é muito privilegiada e a autoridade mais repressora é Porto Alegre, as autoridades... É capital, né?! Embora tivesse o empecilho da autoridade de fronteira, mas era mais fácil. <sup>24</sup>

Quando perguntado sobre a importância de se articular as rotas de exílio na cidade em que militava, o entrevistado evidencia não só o papel fundamental, vinculando-o com a fronteira, como também a importância das cidades do interior do Estado.

Da mesma forma o sr. Salamoni percebe relação com a fronteira somando também uma organização prévia já estabelecida na cidade:

Acho que o sul aqui, Pelotas, foi em função do Uruguai, com a fronteira, então era importante que Pelotas tivesse um núcleo, uma base e também porque Pelotas teve uma tradição de luta [...]. <sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Koutzii, Flávio. Trajetórias. In.: PADRÓS, Enrique; et all (ORG). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. Vol III - Conexão Repressiva e Operação Condor*. POA: CORAG, 2009.

<sup>24</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>25</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Percebemos, portanto, que várias organizações definiam suas linhas políticas de atuação partindo da avaliação de que esse espaço tinha particularidades relacionadas à fronteira.

Na rota organizada pela Ação Popular o contato para o repasse de uma tarefa era normalmente feito através de reunião, por um responsável vindo da capital do Estado. Repassada a atividade, discutia-se na cidade interiorana a melhor forma de executá-la e iniciava-se a operação:

E.: E como é que vinham as indicações sobre ... Quem é que escolhia quem ia passar? Se o Sr. fosse um militante que quisesse usar a rota, como é que faria para poder participar do esquema?

A.S.: Ah, vinha lá de cima.

E.: De Porto Alegre ou mais "de cima"?

A.S.: Porto Alegre, até de São Paulo, São Paulo e do Rio [de Janeiro]. Vinha, Porto Alegre. Porto Alegre quem nós mantínhamos um contato que era no mínimo quinzenal, de Porto Alegre pessoalmente vinha pra cá. Semanalmente vinha uma pessoa de Porto Alegre que era o responsável pela articulação do núcleo aqui de Pelotas e vinha conversar sobre a situação nacional, nos trazia documentos, até porque as coisas tinham que vir sempre pessoalmente, qualquer documento não podia vir pelo correio, então ele vinha com pauta pra gente debater, vinha com tarefa, 'Olha nós estamos programando tal coisa, vai vir gente assim, talvez venha tal', isso vinha articulado assim, né?!<sup>26</sup>

Independente da corrente e do quão verticalizada era a indicação, passava-se, ao momento em que surgia a necessidade de encaminhar um transladado, a estudar qual, dentre as várias opções que se punham à disposição, era a mais adequada.

Era necessário, por exemplo, pensar qual meio de transporte era mais válido para o momento. Temos, como relato, a passagem por barco, em que se transladou um militante que não será identificado, pertencente ao PCB, logo após o golpe militar, com a colaboração de um simpatizante. Nas palavras do militante transladado:

Nesta ocasião, 1964, criou-se um clima, em todo o Brasil, de apreensão daqueles elementos que eram tidos como subversivos, entre eles, eu. Então, havia, pairava no ar, uma ameaça permanente. [...] Eu recebo um telefonema de uma conhecida: '- Olha, o Exército esteve aqui para prender o meu marido, agora vai na sua casa.' Aí eu consegui o quê? Abri a gaveta do bidê, peguei

---

<sup>26</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

um pouco de dinheiro que eu tinha recebido naquele dia, por acaso, um tabuleiro de xadrez de bolso, um cachimbo. Peguei aquilo tudo, saí de casa e fui para uma casa defronte a minha, de amigos meus. E lá, do sobrado, eu assisti toda a operação bélica. Eram caminhões do Exército, com metralhadoras e o “diabo a quatro”, uma ostentação de poder incrível, a casa cercada e o povo a correr em massa, e eu lá de cima vendo aquilo. [...] Então, no porta mala de um carro do dono dessa casa onde eu estava, eu saí, atravessei lá o cordão de militares, fui para a casa de um parente meu, na rua Félix da Cunha, passei lá a noite e, no dia seguinte, já previamente organizada toda a fuga, eu me evadi. Também no porta mala de um carro, eu fui até a Ponte de São Gonçalo. Lá havia um barco a motor e à vela me esperando, e ali, então eu desci, entrei no barco e seguimos em direção ao Uruguai, com um avião de um amigo, fazendo a cobertura aérea. Houveram muitas aventuras nessa viagem.<sup>27</sup>

Desse mesmo esquema lembra a militante Vera Lopes:

foi aquele que o Chico Carúscio... Foi pela lagoa, foi pra Montevideú. Quer dizer, foi pro Uruguai. Eles entraram pela Lagoa Mirim e ele ficou escondidinho lá no porão do navio, do barco, e o Chico levou muita gente por ali, pela lagoa, por lá [...]. Não que o Chico Carúscio fosse de esquerda...<sup>28</sup>

Para além de percebermos com esses relatos uma das possibilidades de transporte a ser considerada, fica claro também a colaboração de amigos e familiares para o estabelecimento das rotas, consideração importante a ser trabalhada ao longo do texto.

Ainda, era possível utilizar o transporte por trem:

Nós ajudamos algumas pessoas a passar para lá [para o Uruguai] [...], isso mais a gente fazia com pessoas que estudavam em Jaguarão ou em Santa Vitória [do Palmar]. A gente tinha contato, mas aqui a gente fazia essa intermediação, depois a coisa se acentuou, quando os movimentos começaram a se intensificar mais [...], mais gente precisando [...], a partir de 1965 [...]. Normalmente agente fazia de ônibus, pegava ônibus [...] aonde ainda existia trem a gente mandava por trem, eu, por exemplo, viajei para o Uruguai por trem, desde Porto Alegre... Por trem não tinha muito controle [...], só controlavam quando recebiam uma denúncia, aí paravam o trem pra pedir documento, caso contrário, não... Se tinha que mandar alguém de trem então, primeiramente, a gente sabia se o trem não estava sendo parado, a gente tinha informações [...]. Se tinha que mandar alguém para Bagé a gente fazia de trem, porque na época tinha o trem, ia até a fronteira, mandar alguém para o interior, para alguma cidadezinha aí, que

<sup>27</sup> Entrevistado 01. *Sem Título*. Pelotas, \_\_. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner.

<sup>28</sup> LOPES, Vera. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

às vezes a gente mandava para alguns lugares, fazenda, gente do próprio movimento, que às vezes tinha fazenda [...], ou mandar para essas cidades menores, até para ver se dava uma retornada mais pra cima [...] ou ficava preso em quarentena e depois a gente dava um jeito de mandar para o Uruguai [...]<sup>29</sup>.

Porém, no geral, vários organizadores das rotas optaram pelo traslado de ônibus, que era seguro e abrangia mais lugares:

Os esquemas eram baseados em evitar os locais onde tinham um controle de identificação dos passageiros, que naquela época era usual. A gente, por exemplo, em vez de comprar passagem na rodoviária, já comprava diretamente dentro do próprio ônibus, ou simplesmente viajava para uma cidadezinha pequena, alguém levava a gente até certo ponto, mas primeiramente tinha que estudar o trajeto, isso, vamos dizer, para as estradas principais, que vão para Porto Alegre ou para Bagé, né?! Vinha até um certo ponto para ver se não tinha controle, às vezes tinha uns pontos de controles dos militares, então aí a gente encaminha o companheiro que a gente estava ajudando.<sup>30</sup>

Optar pelo embarque em cidades menores, uma vez que o controle era mais difícil, era uma das estratégias amplamente utilizadas.

Também era possível, após ser conduzido até a cidade fronteira pelo meio de transporte escolhido para o momento e, com um contato firmado com um simpatizante, optar por entrar no território vizinho à pé:

Porque como é que a gente tinha que passar alguém. Antes tinha dois grandes locais de passagem. Um era Jaguarão, né, que era mais próximo, ou era Santa Vitória, Chuí. O lado do Chuí, algumas passagens se fazia, via fronteira seca. Nós tínhamos um simpatizante, vamos dizer assim, que era na época estudante que eram... Tinham propriedades na área da fronteira. Então eventualmente alguém ia daqui até o Chuí ia para... E aí lá ele se encarregava de pegar e fazia a passagem pra fronteira, fazia na área seca tranquilamente [...].

Jaguarão também tinha um esquema que foi uma época ajudado pela... Por um padre que, né, era o responsável lá em Jaguarão. Não que ele fosse também tão assim, mas ele era alguém que eu te diria assim, muito humanitário, dava essas coisas, né. Ele de vez em quando... Às vezes ele também ajudava a fazer a passagem. Passava a ponte, como a gente diz. Que a ponte tu passava a pé, tem que passar a ponte do rio Jaguarão pra ir pra

---

<sup>29</sup> COELHO, Manuel. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>30</sup> COELHO, Manuel. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Jaguarão, pra ir pra Rio Branco, precisava ir a pé.<sup>31</sup>

Era necessário, também, escolher qual o melhor ponto da fronteira para ultrapassá-la: por Jaguarão, por Santa Vitória do Palmar/ Chuí, por meio do campo através, por exemplo, da cidade de Herval. A escolha do transporte dependia muito da disponibilidade de apoiadores, da atuação da repressão e para qual cidade o transladado estava sendo encaminhado. Optar pelo ponto ao qual cruzar a linha da fronteira dependia de qual espaço a repressão estava dando mais atenção e, principalmente, onde tinha-se (caso houvesse) um colaborador à disposição no momento.

São, portanto, parte importante dessas rotas os colaboradores. Conhecidos como simpatizantes<sup>32</sup>, são pessoas que não estão no centro da organização das rotas de exílio: eles não participam das reuniões, no geral não tem todas as informações - podem desconhecer o militante a ser transladado, seu destino final ou o todo da operação - não participam nem se responsabilizam pelo caminho que percorrerá o militante procurado, nem a estrutura física e humana que será necessário envolver.

São pessoas que fazem parte da atividade de forma tangencial, mas que tem papel fundamental. No geral, não eram vinculadas com a organização promotora da atividade e seu comprometimento político poderia ser desde o combate à ditadura civil militar, com viés de esquerda, até pessoas solidárias, com ideias políticas menos comprometidas, mas com horizontes democráticos e legalistas.

Poder-se-ia envolver, ainda, familiares e amigos, que não necessariamente tinham uma atividade militante, mas que colaboravam por estarem preocupados com a segurança do perseguido, ou, até mesmo, desconheciam estar colaborando com uma operação desse porte. Porém, nesses casos, em maioria, contava-se com colaboradores motivados por vínculos familiares ou de amizade, principalmente os militantes que eram da região, todavia, na maioria das vezes, esses não necessitassem de apoio de

---

<sup>31</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>32</sup> O termo “simpatizante” não se refere exclusivamente para as rotas de exílio, é usado de forma geral - e até hoje - para se referir às pessoas que não estão organizadamente participando de algum grupo, mas são próximos e colaboram esporadicamente.

organizações para deixar o país: articulava sozinho seus contatos pessoais e possuía conhecimento da área que permitisse fazer o traslado por conta própria.

Mais especificamente nos relata sobre a colaboração que podia ser esperada desses simpatizantes o entrevistado Sr. Salamoni:

E.: Na verdade a AP contou com bastante apoio de gente que não era militante: os simpatizantes da AP. Como é que vocês faziam essa rede? A.S.: Essa rede, na realidade, tu tentava abrir o jogo com... Nós tínhamos, aqui mesmo, simpatizantes, né?! Tinham uns médicos que eram simpatizantes que atendiam as necessidades do pessoal, mas eram... Simpatizantes... Davam algum auxílio financeiro, quando a gente precisava, 'nós precisamos arrumar dinheiro pra um colega pra passagem' porque a gente também não tinha, nossa renda era, né, baixa. Mas eles entravam com essa, né... E na realidade a rede não era grande também, era difícil tu conseguir, mas tinha algumas pessoas que tu chegava nelas porque tu sabia mais ou menos o que pensavam, eram pessoas que tinha uma posição contrária à ditadura... Aí tu tentava conversar, mas era difícil... A conversa ia até certo ponto, às vezes, tu não abria o jogo, não havia identificado ...'Ah, nós somos da AP'. Pouquíssimas pessoas sabiam que nós éramos da AP, isso era uma questão muito complicada na época, né?! Nós tínhamos, por exemplo dois ou três médicos, que até um, quando fomos presos, foi preso depois, né?! Até porque o pessoal conseguiu identificar um que foi depois reitor até aqui na Federal, o Amilcar Gigante, que foi reitor, esse era simpatizante, esse era um colaborador um cara que... Mas ele mantinha uma posição de esquerda, ele, né, fazia um trabalho contra os farmacos, nessa área dos laboratórios, que era aquela exploração de remédio, então, ele já tinha posição e ele já vinha com uma história e a gente já conhecia o perfil dele, já vinha lá de Curitiba com um histórico de esquerda, mas ele era um simpatizante, ele sabia do nosso grupo, acompanhava nosso trabalho, colaborava eventualmente até. Fazia algum tipo de tarefa, por exemplo, 'nós vamos panfletar o voto nulo' naquela época tinha isso, 'vamos panfletar o voto nulo', mas panfletar o voto nulo não era coisa fácil, porque tu não podia, tinha que sair de noite, saía de madrugada e de vez em quando tu arrumava uns caras dispostos a fazer isso.

E.: E quantas pessoas era mais ou menos necessário envolver para tirar alguém do país? Claro que isso dependia da figura também, mas...

A.S.: Ah, a gente não envolvia muita gente não, nem... quanto menos gente melhor, né?! Porque às vezes aqui, nós éramos aqui três, quatro do núcleo... 'Mas olha, tem uma tarefa pra hoje, vem um cara aí tem que passar. Quem é que pode ir até Jaguarão? Quem é que pode ir?' De preferência íamos nós, lá! Nós tínhamos um, por exemplo, um estudante de agronomia que tinha propriedade lá, 'Como é que é? Vamos fazer por lá?' Aí vai até lá e ele pega lá, 'então tá, como é que é? Qual é que é o dia', 'ah! Então vamos ter que estudar o dia, vamos dar uma sondada.' Então envolvia o mínimo de pessoas, né?! O mínimo! A passagem

na realidade era um pouco complicada, né?!<sup>33</sup>

Como vemos, por questões logísticas, tornava-se difícil envolver um número muito grande de pessoas - embora houvesse a necessidade de colaboradores - e, sempre que possível, dava-se preferência a simpatizantes com algum comprometimento político ao invés de pessoas sem muita compreensão do período.

Devemos, portanto, pensar que se envolvia o mínimo de pessoas possível e quando os militantes da organização não tinham possibilidade de dar conta de todo o esquema sozinhos contavam com militantes comprometidos para o apoio. Além disso, eventualmente, quando se fizesse necessário, sabendo-se correr mais riscos, contava-se também com a ajuda de pessoas que não tinham tanto comprometimento político na luta contra a ditadura.

As funções desempenhadas por esses simpatizantes eram diversas. Percebemos com o relato acima que podiam facilitar a entrada, disponibilizar suas propriedades para o traslado ou para estadia, colaborar na passagem em rotas, não só de saída, mas também de entrada, entre várias outras contribuições.

Alguns desses contatos eram estabelecidos de forma pessoal e não por relação de algum grupo, ou seja, através de uma relação política de confiança nas pessoas que articulavam a rota e não através dos contatos mantidos via organização. Melhor nos explica o Sr. Schaefer:

Geralmente a gente já, quando vai para o exterior, antes de ir, já se olha e, mais ou menos, já tem a coisa encaminhada [...]. [Os contatos] Eram por pessoas, mesmo dentro das organizações eram por pessoas. Eu tinha os meus contatos, fulano tinha e a gente sabia: 'tu, Marília, tens contatos lá' e a gente diz, 'então, Marília, eu não tenho como agora, porque os meus lá estão lotados e superlotados' 'a tá, pode deixar que eu vou dar um jeito' [...] independente de partido e de credo religioso.<sup>34</sup>

Ainda, eventualmente, os militantes de uma organização podiam cooperar com o esquema ao qual não faziam parte: o militante que organizava rotas de exílio por uma organização poderia ser simpatizante de outra

---

<sup>33</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>34</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

‘independente de partido ou credo religioso’ como aparece no relato acima, fazendo menção à solidariedade entre diferentes correntes e à participação de pessoas ligadas às diversas igrejas (paróquias católicas, anglicanas...).

Quando questionado sobre o trabalho conjunto com militantes de outras organizações, embora lembre que não aconteciam costumeiramente, Sr. Salamoni nos conta:

Tinham outras pessoas, tinham uns do PCB, mas que a gente se dava, né, um pouco eles faziam também... Às vezes a gente até fazia coisa junto 'Campanha do voto nulo!' tudo somava, as coisas se somavam, né [...]. As vezes vinham coisas assim, 'olha vai chegar alguém aí, que vai fazer um trabalho em Rio Grande', Rio Grande, era um núcleo assim, né... Nós não tínhamos muita coisa em Rio Grande, "Vai de uma outra organização, mas nós precisamos fazer o cara chegar em Rio Grande". Ah, não tem problema, vai chegar aqui, né... Mas sempre era o contato da AP Porto Alegre que nos dava as dicas pra gente fazer a passagem, era gente de outra organização, de uma das outras, de esquerda [...].<sup>35</sup>

Podemos perceber, todavia, que alguns militantes de uma rota de exílio participavam também como simpatizantes de outras através de seus contatos pessoais, com mais independência em relação às suas correntes - em certa medida também por uma possível dificuldade de articulação interna da organização -, como lembra o Sr. Gutierrez, sobre sua participação e da “Dedé”, ambos da dissidência do PCB:

O que eu conhecia era assim: pessoas que passavam aqui, que a gente ajudava, tá?! Mas não tinha rota de fuga, quem fazia parte dessa rota de fuga era a Dedé. A Dedé era uma pessoa que eu me dava muito bem, conversava quase todos os dias com ela, né?! Mas a Dedé fazia... Ela tinha um contato pessoal com a ALN, com os padres dominicanos, com toda aquela turma, né?! E ela fazia esses contatos. Esse esquema da Dedé é um esquema que era na verdade um esquema do MNR, um esquema do pessoal do 26 de Março, do pessoal que tinha feito Caparaó... Era isso aí, era isso. Tu vai ter “n” rotas de fuga, por exemplo, o PCB sempre teve sua rota de tirar quadros, eu não conheço as rotas do PCB.<sup>36</sup>

Ainda, era possível receber informações e encaminhamento de militante a ser transladado por outras capitais, sem a participação - e por vezes

---

<sup>35</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>36</sup> GUTIERREZ, Cláudio. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Alessandra Gasparotto e Marília Brandão Amaro da Silveira.

conhecimento - do núcleo de Porto Alegre:

E.: Então pessoas viam do centro do país e não necessariamente vinham por Porto Alegre, às vezes passavam por Pelotas?

O.S.: É, por Pelotas, era bem mais fácil.

E.: E o contato era feito direto com a direção de São Paulo, nem passava por Porto Alegre a definição?

O.S.: É, é, não passava por porto alegre [...] Podia passar, mas não necessariamente.<sup>37</sup>

Podemos analisar, portanto, que, embora o contato em geral se desse pela capital do Estado, havia, ainda sim, certa autonomia dos organizadores em relação à Porto Alegre. A partir do relato do entrevistado Antonio Ramos Gomes, a pesquisadora Cristiane Dias analisa:

Já no depoimento do dirigente estadual Antonio Ramos Gomes, ele informou que através do esquema de fronteira, a AP ajudou vários militantes a saírem em segurança do país, mas que essa passagem era de tal forma secreta que as informações sobre as travessias eram conhecidas apenas pela direção nacional e pelo encarregado do setor de serviços que, no estado, era a militante Nilce Azevedo Cardoso. Dessa forma, ele, no cargo de dirigente estadual, sabia apenas que um militante da AP fora deslocado para Santana do Livramento para ajudar a passar as pessoas pela fronteira seca. Portanto, ele nunca ficou sabendo mais detalhes a respeito desse processo, uma vez que o papel dele era o de passar o “ponto” para que a pessoa chegasse até a cidade da fronteira, mas a rota de travessia, que ia por Santa Maria, Rosário, só quem sabia era o setor de serviços.<sup>38</sup>

Há, aqui, uma dinâmica muito específica, derivada da necessidade de extrema segurança, que faz com que essa atividade aconteça com certa autonomia em relação à organização, como podemos perceber no relato acima. É possível notar também que tanto os militantes podiam receber tarefas de outros lugares - como São Paulo ou Rio de Janeiro - quanto podiam, ainda, se envolver como simpatizantes nas rotas estabelecidas por outras organizações, embora, em parte, a colaboração com essas rotas também pudessem se dar por indicação de membros da capital.

Em geral, para além de contar com os simpatizantes, o papel de quem militava na organização dessas rotas variava bastante. Havia desde o

---

<sup>37</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>38</sup> DIAS, Cristiane. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: (1962/1972)*. Passo Fundo: UPF, 2011. Dissertação de Mestrado. P. 171.

contato que passava a tarefa a ser cumprida, aos que pensavam os detalhes das rotas, arrecadavam dinheiro, articulavam simpatizantes, faziam o transporte, etc.

Muitos desses simpatizantes e alguns militantes estavam ligados a igrejas (as fontes indicam principalmente a católica e a anglicana). Mais que isso, alguns organizadores dessas rotas eram efetivamente quadros da igreja, como, em exemplo, um dos casos mais simbólicos, o militante Frei Beto.

Devemos, portanto, retomar a discussão proposta no subcapítulo *Resistência ao golpe e ditadura civil militar em cidades de interior* e lembrar que, embora a cúpula da igreja majoritariamente tenha apoiado o golpe e, em algumas paróquias tenha havido incentivo à delação e ao combate ao “perigo comunista”, muitas foram as paróquias que se opuseram à ditadura e, ainda, somaram-se aos simpatizantes e organizadores das rotas de exílio. Foi, portanto, assim como em diversas instituições, dúbio o papel da igreja no período.

Ainda, uma consideração importante faz o Sr. Osmar Schaefer, ao atentar que:

Quando a gente fala em igreja, eu gosto de falar em igrejas e, mesmo dentro da igreja católica cristã, eu falo em igrejas dentro da igreja católica cristã. Tu tens uma ala do episcopado holandês, belga, alemão e um partezinha, na época, do episcopado latino americano, que realmente era arejado, era acolhedor. E tinha uma outra parte da igreja católica cristã que era altamente conservadora. Eu acho que é importante frisar isso aí. Era época... O fim do Concílio Vaticano foi em 65, 1965, que foi uma abertura. E tinha uma parte da igreja que celebrava essa abertura, essa valorização, a questão da libertação que surgiu, a valorização da dimensão social que surgiu no concílio, mas tinha uma outra ala da igreja católica cristã absolutamente conservadora que se uniu, por exemplo, aos ideias da revolução [sic] aqui [...]. Então, quando se fala em igreja, é bom falar em igrejas e em ideais evangélicos - do Evangelho - e ideais da instituição e da burocracia.  
[...] A igreja luterana internacional também tinha as duas tendências, isso era muito interessante, havia um... Era um movimento muito contraditório, até autoridades eclesiais eram contraditórias do ponto de vista pessoal, ora protegiam, ora entregavam.<sup>39</sup>

Percebemos a contradição e as disputas dentro das instituições e religiosas e, mesmo, o momento tensionado que acarretava em escolhas

---

<sup>39</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

personais difíceis, que se consolidam em clérigos que “ora protegiam, ora entregavam”.

Podemos perceber a colaboração de religiosos também ao analisarmos o relato do Sr. Salamoni a respeito da relação da Ação Popular com as igrejas:

Tinham militantes que tinham vínculos com a Igreja, não era tanto a nível institucional, era mais a nível de pessoas... Nós, por exemplo, aqui o grupo daqui um deles era da Igreja, não era da Católica, um da AP, que era um meio chave, era da Igreja Luterana. Então... Mas nós tínhamos conhecidos na Igreja, eu trabalhava... primeiro que eu também... Eu tinha sido seminarista, até porque a AP tinha a origem também muito por aí, então tu te dava, tu conhecia os padres, alguns sabiam até da nossa um pouco clandestinidade, que a gente né... Mas era preservado, o bispo por exemplo, daqui sabia, na época, tinha ideia ao menos. Não sabia até onde a gente estava, né?! Até onde a gente estava envolvido, mas sabia que a gente representava grupos de esquerda. Mas a Igreja não abriam as fronteiras, eram ações individuais de um ou outro padre.

E.: E que tipo de apoio eles davam?

A.S.: Ah, davam apoio assim, por exemplo, houve alguns casos em que a gente levou até a fronteira, até Jaguarão, e ele ficou dois, três dias dormindo lá na igreja, na paróquia, meio escondidinho pra haver alguma oportunidade pra passar, tipo de apoio assim, ou eventualmente até houve a oportunidade em que o próprio pároco atravessou com o cara a pé. Como ele era um cara, um padre conhecido, ele atravessou a fronteira ali e ninguém deu bola, teve esse risco, entende? Então teve uns apoios né, bem pontuais, bem pontuais, tu não tinha assim um ó, um esquema... 'Mas olha, nós estamos com uma questão aqui, um companheiro nosso precisa atravessar, nós precisamos de ajuda' 'Bah, o que a gente pode fazer?' Me lembro de uma... 'Vem pra cá, vem amanhã de tarde, dorme aqui, aí ou amanhã ou... à noite eu vou ver como está o esquema aqui eu atravesso a pé e ele vai atravessar comigo. Vou atravessar batendo papo'. Foi batendo papo, passou pro outro lado e pegou trem do outro lado. Mas muito assim, né?!<sup>40</sup>

Não são poucos os entrevistados que lembram de, em algum momento, ter podido contar com a igreja para pedir abrigo:

Nós tínhamos pessoas que colaboravam conosco [com uma organização da qual participava o entrevistado, que articulava militantes das cidades de interior], um que nunca se mencionou, que era o reverendo Egon e o reverendo Lauro, de Rio Grande. Eu cheguei a trabalhar lá dentro da igreja, fazendo iluminação, porque não tinha como trabalhar aí fora [...]. Eles sabiam da

---

<sup>40</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

questão, porque aqui nos reuníamos de vez em quando, na exedra da igreja. Quando eu estava trabalhando lá, tinha um lado esquerdo de quem entra, tinha um local, às vezes eles faziam umas reuniões bíblicas, ou coisa parecida e, nós, quando estávamos trabalhando lá, de vez em quando, à tarde, nós fazíamos reuniões, não muito amplas, para meia dúzia de pessoas, nós, dali, combinávamos, não que... O reverendo sabia que nós usávamos, mas eles não sabiam da extensão, até, da questão.<sup>41</sup>

A colaboração podia dar-se, como vemos, desde a passagem do perseguido, até uma colaboração para organizar a oposição ou suprir as necessidades objetivas dos procurados.

Mas a organização da igreja não era apenas regional ou nacionalmente. Como lembra o Sr. Osmar Schaefer ao longo de sua entrevista, havia uma organização internacional de parte da igreja católica, que, inclusive, lhes dispôs estrutura, cuja finalidade era acolher e proteger os exilados em diversos países. Precisamos lembrar também das denúncias de tortura cometidas pelo Estado brasileiro, feitas em Paris, por Dom Helder Câmara, entre outros fatos marcantes.

Se retomarmos a discussão sobre a colaboração dos simpatizantes, percebemos que muitas foram as colaborações de pessoas relacionadas à igreja. Percebemos também que, em alguns momentos, é difícil delimitarmos o que podemos compreender por simpatizante, uma vez que confunde-se a atuação desse com a de um militante diretamente envolvido na organização das rotas.

Isso porque, em determinadas funções, pessoas que se encontravam em posição difícil de se organizar coletivamente - como quem estava em outros países - também tinham que articular outros colaboradores, ficar responsável por arrecadar finanças... É, por exemplo, o caso de quem dava abrigo no exterior, como nos conta o Sr. Osmar Schaefer:

Eu fui pra Bélgica e lá a gente então começou a dar cobertura para pessoas que fugiam daqui, tinham que fugir. Eu sempre tinha contato com o bispo Dom Ivo Lorscheiter, que tinha contato com Dom Evaristo Arns de São Paulo. A grande figura que exercia autoridade era Dom Elder Câmara. Então, lá, por exemplo, na Bélgica, nós éramos mais de 600 brasileiros, a maioria era refugiado. Não era o meu caso, eu não era refugiado, eu fui

---

<sup>41</sup> FRANK, Carlos Alberto. *Sem Título*. Pelotas, 2001. Entrevista concedida à Renato da Silve Della Vechia.

voluntário, com cobertura, mas agente recebia muito colegas acompanhando os dominicanos, o Dom Antônio... o Antônio Muniz de Rezende, o Frei Beto, essa gente toda.[...]

É interessante, os órgãos davam muitas bolsas, por exemplo a gente era muito solidário, nós sabíamos que o Evandro da Silva estava vindo sem bolsa, a universidade de Louvain, da Bélgica, a gente já tinha as pessoas com quem conversar, já sabia como funcionava o mecanismo de bolsa, a Anistia Internacional dava bolsa, a organização Adveniat, da Alemanha entrava. Então a gente tinha uma articulação de tudo que era jeito e havia muita solidariedade. Eu por exemplo cheguei, pessoas que nunca me tinham visto [...]. A universidade já tinha as casa comunitárias [...]. Funcionava! Primeiro mês a solidariedade garantia, depois tinha uma bolsa... era bem legal a coisa.<sup>42</sup>

Podia-se ser necessário ficar na casa de algum simpatizante por uma noite, para seguir viagem, que, como vemos, é diferente da demanda necessária para sustentar quem necessitava se abrigar por um período mais longo, onde devia-se inclusive conseguir emprego e estrutura para manter o exilado e, portanto, desenvolver estratégias de segurança e arrecadação financeira, articular contatos e colaboradores, etc.

Essas são todas preocupações que ocuparam o entrevistado, não só ao acolher brasileiros, mas também exilados de outros países, principalmente indicados pelos órgãos internacionais e pela igreja católica:

Por exemplo, o José de Anchieta nós já nos comunicávamos aqui. O Roberto Machado, que é a maior autoridade hoje no Brasil em Foucault, ele era meu vizinho de quarto lá e a gente tinha comunicação. Tinha um telefone clandestino na Holanda que a gente sabia que fins de semana, a gente vinha se comunicar. Tinha gente generosa inclusive da oficialidade, que facilitava a comunicação - da oficialidade governamental brasileira, tinha muita gente. Havia o que se chamava os traidores, dentro dos quartéis também, então funcionava muito bem, então a gente sabia direito, “fulano não é confiável”, “fulano vocês têm que acolher”.<sup>43</sup>

Vemos que o papel do entrevistado, portanto, extrapola a colaboração pontual, porém - até por uma questão logística - não o põe no centro da organização das rotas. De fato, não foram poucos os que se dispuseram a, à parte, organizar uma estrutura que conseguisse, na “ponta” da rota de exílio,

---

<sup>42</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>43</sup> Idem.

proporcionar o acolhimento de quem procurava outros países.

Esses militantes, em totalidade dos entrevistados, se entendiam como parte articuladora das rotas de exílio, mesmo não estando organicamente participando da corrente promotora da atividade. Mesmo com mais autonomia e recebendo exilados encaminhados por várias organizações diferentes, esses militantes eram parte indispensável e constituidora da organização das rotas de exílio, com todas as suas peculiaridades.

Mas várias eram as possibilidades que se punham a quem as organizava, exigindo diversas ponderações, escolhas e articulações. Como percebemos, era preciso utilizar-se de todas as possibilidades - e procurar mais - para efetivar as rotas de exílio. Os militantes organizadores tinham, portanto, a complexa tarefa de resolver problemas enormes, tendo disponível uma estrutura escassa e buscando alternativas entre o que se punha para o momento.

Como vimos, os contatos pessoais, dispostos em alguns momentos, eram uma das possibilidades, mesmo os mais pontuais, para além dos simpatizantes. Era uma das alternativas para se conseguir, por exemplo, documentação:

Uma das questões que a gente tinha que arrumar com frequência era novos documentos, era algum tipo de documento para quem vinha para cá pudesse atravessar a fronteira com outra identidade, essa era uma questão. E aí tinha na época alguns contatos na área policial, que as vezes favorecia a gente ter esse “pelisco”, de documentos que tu... né?!

E.: Eles faziam isso por simpatia ou por suborno? (1’40”)

A.S.: Não, não, por simpatia... Não... Suborno na época nem se falava nisso, agente, né?! Mas era alguém da polícia que, embora não militante... Mas, né?! Não estava, ao menos, vamos dizer assim, do outro lado, né?! Então a gente tinha, eventualmente alguns esquemas que às vezes a gente conseguia<sup>44</sup>

Quando não se tinha esses contatos, todavia, era possível recorrer mesmo ao suborno. Pela formação histórica de nossas instituições, essa era uma alternativa que se apresentava com alguma frequência:

Como de costume, o impasse se resolveu na área dos amigos e companheiros. Não me lembro exatamente como, mas algum amigo ou companheiro identificou um contraparente que trabalhava como despachante de documentos em São Paulo. Era

---

<sup>44</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

suficientemente de confiança para ser sondado a respeito do assunto. Fui ao seu encontro e coloquei-lhe a questão do passaporte. O despachante foi categórico:

‘- Ah, doutor! Essa não dá não! Isso eu não faço por dinheiro nenhum. Eu não me meto em política, eu tenho família e filhos. Essa não, doutor!’

[...]Como é que eu vou arranjar esse passaporte? De onde vai sair o verdinho?

Depois de mais alguns minutos de conversação, o despachante volta a repetir, desta vez mais enfático e com o propósito de encerrar o nosso assunto:

‘- Isso eu não faço de jeito nenhum.’

Mas aí ele acrescentou algumas palavras mágicas:

‘- Mas por um bom dinheiro tem gente que faz.’

Retomamos a conversa e ele se dispôs a “dar uma olhada na praça e ver se achava alguém que estivesse interessado”. Pouco tempo depois, ele me passou o contato de outro despachante, em Campinas. Fui até lá. E de repente o trâmite andou muito rápido.

- Doutor, eu descolo um passaporte para o senhor com visto de saída e tudo. No mesmo dia. Só preciso da sua certidão de nascimento no original, uma cópia do título de eleitor e uma cópia do o certificado de reservista e um dinheirinho, né?

O dinheirinho era na verdade um dinheirão, uma pequena fortuna. Tentei negociar.

‘- Mas isso é muito dinheiro. São quase doze salários mínimos.’

‘- Doutor! O senhor precisa do passaporte. E eu preciso falar com muita gente e acertar muitos detalhes. Tem gente que vai fechar os olhos, outros vão sair para tomar um café. Tudo isso antes de eu ter o passaporte do senhor na minha mão. O preço é fixo, doutor.’

Mais uma vez tive que recorrer aos amigos para juntar os recursos necessários. Voltei a Campinas com a quantia e os documentos pedidos. Não deu outra! No fim da tarde lá estava o passaporte verdinho e todo certo com visto de saída e tudo.<sup>45</sup>

Enquanto o Sr. Valença saiu de Brasília com documentos obtidos através de suborno, o militante Sr. Menkes esquivou-se de ter que apresentar sua documentação pelo mesmo meio, ao fingir ser turista (modo muito comum de um exilado que está de passagem se apresentar às autoridades e desconhecidos):

Decidimos cair fora [ele e a companheira]. O Chile, com um governo socialista, era a única opção viável, já que tínhamos que sair com carteira de identidade, passaporte era impossível conseguir.

[...] Decidimos sair pela Argentina. Do subúrbio do Rio até a fronteira em ônibus, e chegamos, um casal de turistas passeando. Atravessar a fronteira consistia em atravessar um rio de barquinho, as margens próximas, dois minutos e já se pisava em

<sup>45</sup> VALENÇA, Sérgio. Brasil 4 x 1 Tchecoslováquia - Resistência Popular 2 x 1 Repressão e ditadura. In.: FERRER, Eliete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. P. 489-490.

solo argentino. Para sair, uma exigência com que não contávamos: havia que mostrar a carteira de identidade e um papel que se buscava na polícia federal. Para os desavisados que chegavam aí sem o papel, era só voltar ao centro, uns dez minutos andando, perder uns cinco minutos retirando o papel na PF e voltar para atravessar de um país para o outro. Tínhamos que encontrar uma solução sem o tal papel. Ter sorte uma segunda vez já parecia improvável.

Voltamos para a fronteira, tentando achar uma solução. Não foi preciso pensar muito, era Brasil. Se aproximou um senhor, perguntou se tínhamos algum problema, reclamamos de que não sabíamos do papel, e que inconveniente ter que voltar ao centro...

- Mas isso não é necessário - disse ele. - Mediante uma pequena taxa, agora mesmo eu lhes consigo o papel!

Menos de meia hora mais tarde, estávamos em solo argentino.<sup>46</sup>

Também o Sr. Coelho nos conta da possibilidade que se apresentou, mediada por um amigo brizolista:

Então a gente fazia o seguinte de vez em quando, as viagens parando em cidades pequenas, para pegar esses ônibus secundários, em que normalmente não há controle. Ou pessoas que tinham automóveis e levavam. Ou pessoas que tinham, de confiança, que carregavam em seus automóveis não é?! Ou em um caminhão, pra não chamar a atenção, em um caminhão. Um ajudante de caminhão, entende, era muito comum isso. Tinha um esquema assim, inclusive eu... Inclusive eu, quando vim... Como é que foi... Quando eu entrei eu... Quando eu entrei de volta para o Brasil, quando vim de volta pro Brasil, estavam controlando muito na estrada. Então, eu tinha uma pessoa que trabalhava muito com transportes e tinha... E transportava... E era muito amigo dos militares do ali da região... Ali tem dois quartéis, então essa pessoa se lembrou... É uma coisa muito sutil e interessante, não é?! E eu aceitei a ideia e achei muito interessante, de pedir uma carona no quartel. Os caminhões do quartel viajavam quase que diariamente para porto alegre [risos]. Inclusive eu fui, eu entrei no quartel, com a minha mesma cara e tal, estava com um chapeuzinho, uma coisinha assim, e ele me apresentou como um parente dele que que tinha vindo e que tinha perdido tudo num jogo na fronteira e que queria carona. Mas eles não tinham caminhão que eles fossem viajar... [...]. Esse que ia me dar uma mão era brizolista. Ele era um cara de fazer muita amizade, então ele transportava, tinha uma transportadora, transportava muito para o quartel [...]. Ele viu que a melhor maneira, a mais segura era viajando com os milicos, entendesse?! [risos].<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> MENKES, Roberto. In.: FERRER, Eliete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. P. 478-479.

<sup>47</sup> COELHO, Manuel. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Podemos perceber que eram, portanto, vários os contatos, com atuação mais ou menos pontuais, dentro e fora da organização, que permitiam uma ajuda de longo prazo ou para o momento. Ou seja, percebemos que os militantes necessitavam alçar mão de todas as possibilidades que se punham na ocasião, para suprir a demanda nas condições que as correntes e o momento apresentavam, gerando, na atualidade, uma diversidade de experiências - e histórias peculiares e até surpreendentes - indicando, novamente, o quão volátil e constantemente reelaboradas eram essas rotas.

Toda essa grande demanda que era articular a passagem de militantes requeria uma estrutura impossível de ser mantida apenas pelos poucos militantes da célula<sup>48</sup>. Era necessário, portanto, um plano de arrecadação e distribuição de estrutura e de finanças, que variava de acordo com o princípio de cada organização.

Como nos conta o Sr. Gutierrez:

Tinha muito dinheiro. Não te esqueças que o dinheiro do cofre do Adhemar ficou , com a divisão da VAR, ele fica uma parte com a VPR e uma parte com a VAR, né?! Então tinha muito dinheiro. Tu viajava, tu ficava em bons hotéis... Tinha bastante dinheiro. A VPR tinha uma superorganização, tinha acho que uns cinco ou seis aparelho em Santiago, aparelhaços... Casas assim, por exemplo, eu morava na casa... Não lembro do bairro agora... [...] E essa casa tinha acho que uns dez companheiros, tinha companheiros uruguaios que iam, que eram convidados tinha muita gente, tudo mantido, tudo com alimentação, algum dinheiro...<sup>49</sup>

As organizações que não combatiam através da luta armada e, portanto, não obtinham estrutura através de expropriações, tinham que dispor de uma política financeira com outras possibilidades. Como já vimos, contar com a colaboração, sempre que necessário, de simpatizantes, era uma possibilidade:

Nós tínhamos que dar um jeito de angariar algum tipo de recurso para essas necessidades, porque não tinha muito para outras, para essas! Ou para ...Não vinha dinheiro de outro lugar, um pouco assim: 'Olha, tem que ter autonomia aí financeira, dar um jeito de arrecadar algum fundo', que era fundamentalmente pra tu reproduzir material, pra tu, daqui um pouco poder pagar passagem pra alguém, daqui um pouco, pra tu te deslocar para

---

<sup>48</sup> Considerando que grande parte das organizações utilizava o modelo marxista-leninista de organização por células, mas podemos seguir nossa linha de raciocínio supondo também outras formas de organização.

<sup>49</sup> GUTIERREZ, Cláudio. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Alessandra Gasparotto e Marília Brandão Amaro da Silveira.

algum lugar. No que se gastava? Se gastava nisso. Não tinha outra... né?! E, eventualmente, tu também tinha que ajudar um companheiro que vinha, que estava mal, daqui um pouco tinha que fazer um fundinho para o cara ir para o Uruguai com alguma reserva. Mas aí tu tinha o chamado de grupo de simpatizantes... Nós pedíamos dinheiro sim, não que entrasse muito, né, entrava uma pequena colaboração, né?! De gente mais ou menos... Por exemplo estudantes, professores universitários, cada um dava um pouquinho, mas era um esquema muito primário, assim, né?! Até porque a AP não pensava em assaltar banco. Não era essa a proposta.<sup>50</sup>

Podemos perceber que a colaboração individual arrecadada pelos organizadores das rotas de exílio possibilitava, principalmente, a travessia do militante ao exterior. Contando com os simpatizantes que eram próximos à célula responsável pelo traslado era possível comprar passagem de ônibus ou trem, conseguir um carro emprestado ou financiamento da gasolina e possibilitar que o exilado tivesse, como disse o entrevistado, 'um fundinho'.

Porém, dificilmente manteria financeiramente, um exilado no exterior tempo suficiente para que esse pudesse se reestruturar. Era necessário, portanto, ampliar a rede de colaboradores procurando quem o recebesse, proporcionando, ao menos, moradia e renda. Contou-se, então, com a colaboração de quem dispôs a articular-se, com certa autonomia, para conseguir suprir essa série de demandas. Como vimos, era possível obter ajuda de militantes que moravam no estrangeiro: o recém-chegado poderia contar com a solidariedade da comunidade brasileira exilada no Uruguai, principalmente com os exilados já estabelecidos há mais tempo, como os da primeira geração, próximos ao Brizola.

Tem-se, inclusive, muito forte no imaginário, o dinheiro vindo de Cuba à Brizola como uma fonte e, também, forte a perspectiva de procurar o grupo da liderança para se estabelecer no exterior. Como lembra o Sr. Manoel Coelho, que, além de colaborador com as rotas de exílio, foi ele próprio um exilado:

Houve uma época que o Brizola tinha recursos para isso [ajudar exilados]. Tu sabe que o Brizola recebeu uma ajuda de Cuba, né?! E ele ajudou, inclusive ele ajudou os asilados, dava um valor, foi uma ajuda... Aquilo se foi, foi um milhão de dólares, mas era muito dinheiro na época. Comprou uma chacinha onde muitos

---

<sup>50</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

passaram a morar e trabalhar na terra lá. O Brizola foi até um homem muito coerente, muito combativo.<sup>51</sup>

Da mesma perspectiva compartilha o entrevistado Sr. Alceu Salamoni:

Tu tinha uma certa garantia do outro lado também. Porque não era só tu jogar o cara pro outro lado da fronteira. Porque aqui a gente tinha... No Uruguai tu tinha uma vantagem que tu tinha o Brizola do outro lado. Desde que tu conseguisse passar, o grande socorrista do outro lado das organizações, fossem elas de quais fossem, era o grupo do Brizola. Então daqui um pouco, tu tinha como... Porque no momento que o cara passava, o cara vai sobreviver como? Então tu tinha essa questão da sobrevivência também.<sup>52</sup>

É presente nas falas dos entrevistados a perspectiva de que muita dificuldade esperava o exilado. Por mais que estivesse à disposição uma estrutura que o acolhesse, os obstáculos a serem enfrentados eram muito grandes. Em alguns países ainda era possível conseguir bolsas de estudos, todavia, mesmo os exilados que as conseguissem, ainda assim, sentiram necessidade de buscar uma renda extra:

Naquele tempo não tinha máquina de lavar louça e tinha, era uma universidade de quarenta mil estudantes, talvez quinze mil, ou mais, de estrangeiros, os restaurantes universitários... Eu, por exemplo... Nossa turma lavava louça, sexta feira de noite, sábado de noite, domingos de noite, ia lá e... Ganhava dinheirinho... Funcionava muito bem. Férias, a gente trabalhava, era época do “boom” econômico da Europa e industrialização depois da guerra e a gente ia lá nas fábricas, forrava o bolso pra enfrentar o ano.<sup>53</sup>

Mais dificuldades esperavam o exilado no Uruguai, onde a realidade econômica não era de expressiva ascensão:

O problema na época no Uruguai era que não existia trabalho para ninguém, os próprios *castelhanos* estavam numa crise terrível de desemprego, então muito pior para nós, que estávamos lá. Pouquíssimos brasileiros ganharam dinheiro no Uruguai, que conseguiram trabalhos bons, pouquíssimos.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> COELHO, Manuel. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>52</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>53</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>54</sup> COELHO, Manuel. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

O problema do subemprego é uma constante para quem teve que se exilar. O Sr. Gutierrez lembra que tentou “montar um estúdio de fotografia - sempre fui péssimo em fotografia, diga-se de passagem”<sup>55</sup>, enquanto, em geral, poucos militantes, os de produção intelectual reconhecida internacionalmente, tiveram relativa maior estabilidade financeira no exterior.

A expectativa da vida no exílio poderia ser dura e fez com que alguns militantes decidissem permanecer no Brasil ou voltar prematuramente. Como nos conta o entrevistado que não será identificado, que voltou ao Brasil mas teve que retornar novamente ao Uruguai mais tarde:

[...] A amargura do exílio. E lá eu não podia trabalhar, eu não podia advogar no Uruguai, teria que revalidar o diploma, isso levaria anos. O quê que podia fazer? Ser um garçom? Mas eu não tenho jeito nenhum, eu quebro tudo que pego na mão. Então eu estava nesta situação dramática. Foi isso que me levou... me deu todas as razões para me apresentar e, em último caso, eu até enfrento o cárcere.<sup>56</sup>

Mesma preocupação que fez com que um dos militantes organizadores da rota também decidisse ficar:

Porque caiu nacional, a nossa. A nossa veio... Nós soubemos que caiu Porto Alegre... Tanto é que nós que estávamos aqui, 'Caiu Porto Alegre'. Tanto é que eu pensei assim 'Bah, então vem, né, vai vir pra cá. O que vamos fazer?', 'Eu não vou!' Porque eu podia ter pulado pro outro lado e eu 'Não, não vou pular, eu não vou, vou aguentar no osso'... Tenho minha mulher... Minha filha fez um ano e eu estava lá preso... Digo, né, 'Não vou!'.<sup>57</sup>

Evidentemente que essa não é uma possibilidade para todos os perseguidos, pois dependia da atividade desenvolvida no país, do período, etc. Devemos considerar que diversos dos que não partiram para o exílio são hoje desaparecidos políticos.

Retomando a entrevista de Osmar Schaefer, militante que recebia exilados na Bélgica, podemos perceber também uma complexa teia internacionalmente articulada, para receber os militantes:

---

<sup>55</sup> GUTIERREZ, Cláudio. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Alessandra Gasparotto e Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>56</sup> Entrevistado 01. *Sem Título*. Pelotas, \_\_. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner.

<sup>57</sup> SALAMONI, Alceu. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Lá tem vários movimentos, a Anistia Internacional, que era um movimento que nos dava muito apoio, tanto na França, quanto na Bélgica, quanto na Alemanha, tinha as organizações Pró América Latina, tinha os movimentos de libertação dos países das colônias da África, então tinha movimentos a não poder mais que nos davam apoio. A igreja - uma ala da igreja - católica e também das luteranas nos davam muito apoio de uma maneira... Por exemplo, a gente tinha a igreja holandesa e belga eram muito arejadas, a universidade de Louvain, onde eu estudei, ela, na época, deu título de dr. *Honoris Causa* ao Paulo Freire (...).<sup>58</sup>

Tal trecho demonstra não só a articulação de quem recebe esses exilados, mas também a complexidade das organizações das rotas e do suporte oferecido no exterior, tanto quanto a extensão da teia de solidariedade que as organizações (como igreja, anistia internacional...) conseguiam articular.

Devemos avaliar, portanto, que organizar as rotas de exílio envolvia também pensar a estrutura necessária para a sustentação desses militantes no exterior, uma vez que não era incomum partirem com poucos recursos e sem perspectivas mais concretas de sustentação. Havia preocupação dos organizadores das rotas em garantir condições mínimas para esse exilado depois de trasladado.

Mas no Rio Grande do Sul eram organizadas também as rotas de entrada em território nacional. Como já vimos, as atividades desenvolvidas na fronteira garantiam a vida dos militantes procurados com as rotas de exílio e, também, ajudavam a organizar a oposição à ditadura civil militar, pois possibilitava o trânsito, tanto de entrada, quanto de saída do país.

No exterior vários grupos se reestruturaram e pensaram em ações. Era possível introduzir material proibido no Brasil e trocar informações, como lembra a militante Sra. Vera Lopes:

[Foi visitar o Brizola no] Verão de 68 [...]. Antes de ir pro Rio [de Janeiro], nós entramos no Uruguai de carro e visitamos o Brizola, que estava confinado num balneário chamado Atlântida [...], fica pertinho de Montevidéu [...]. Todos nós saímos daqui [...]. Éramos quatro, num DKW [...]. A gente gostava de ir até Montevidéu porque em Montevidéu não tinha golpe... [...]. Saía cheia de revista da China, o que tu pudesse imaginar [...]. Sempre vinha com medo, mas fazia parte. Mas tinha gente que trazia coisas assim, material subversivo dentro dos pneus do carro [...]. [Foi visitar o Brizola] pra saber o quê que agente podia esperar, a

---

<sup>58</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

intenção era essa. E a gente chegou lá e entrou com um grupo de estudantes do Brasil, do Rio Grande do Sul, de Pelotas e tinha uns macetes, assim, uns sinais... Num bar chamado *Tucu Tucu*, jamais esquecerei o nome do bar, *Tucu Tucu*. Lá, tu chega lá e pergunta 'O sargento Escobar está?', não me lembro se é sargento ou capitão, eu sei que era um que fazia, assim, a segurança pro Brizola. 'Eu queria falar com o capitão Escobar', sei lá. Aí depois de tomar uma coisa e outra lá apareceu... 'Ah, não, a nossa intenção é visitar o Brizola, o comandante, governador, né?! Como é que...', 'Ah, não, não tem problema', daí ele ia lá e falava com o Brizola. O Brizola, pelo que eu entendi ele tinha um apartamento que ele morava com a família e um apartamento que ele só... Era uma espécie de escritório político assim... E ele já estava em Atlântida porque ele já estava confinado, ele não podia estar mais em Montevidéu [...]. Saímos cheios de esperança, assim...<sup>59</sup>

Também nos conta sobre a organização que envolvia militantes no Brasil e no exterior o Sr. Antônio Voltan, da Ação Popular, em viagem que fez para reunir-se, levar e trazer documentos:

Tinha gente em Montevidéu da AP, que estava exilada lá, o Aldo Arantes, conhecido presidente da UNE, o Betinho, que era sociólogo e mais outros que eram da AP, que inclusive estavam lá, fazendo um documento que depois entrou aqui analisando as novas condições, depois da ditadura...

[...] Eu quando fui peguei o carro motor direto, fui à Montevidéu direto [...]. O Brizola estava exilado lá e a gente tinha contato com o pessoal do Brizola, ele mantinha muita gente lá. Eu mesmo quando fui, eu fui sem dinheiro, não tinha como voltar, eu fui até porque... Para levar uns documentos de um dos filhos dele [...]. E aí aproveitei, pedi para me hospedar no hotel onde estava o pessoal da AP, e já fiz contato e na volta trouxe, passei para cá, uma mala de documentos e coisas.<sup>60</sup>

Vemos novamente presente a ideia de colaboração entre as diferentes correntes, mesmo a financeira. Sabemos também que, através dessas rotas de entrada, vários militantes foram reintroduzidos ao Brasil, para seguir o combate à ditadura civil militar, alguns inclusive para participar da luta armada.

Esse território era igualmente importante para nossos vizinhos uruguaios. Embora com proporções extremamente diferentes do território brasileiro, havia uma compreensão similar de relação com a fronteira: nossos

---

<sup>59</sup> LOPES, Vera. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>60</sup> VOLTAN, Antônio. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

vizinhos também viam-na como importante para a segurança e para a reorganização das correntes e grupos de esquerda. Como podemos deferir da fala do Sr. Eduardo Solari, na época militante da base do Movimiento Nacional Tupamaro:

Como músico eu viajava muito e podia inter-relacionar as pessoas a partir de ser músico, que também me custava “cair” preso em algum lugar, me custava passar por processos de detenção, às vezes de dias. Mas eu servia naquele momento para poder estabelecer uma relação de comunicação dentro de todo o país e, quando a situação era muito grave, eu saía para o lado do Chuy, onde no Chuy havia como uma espécie de zona franca, o Brasil não mexia muito conosco aí, Brasil já estava nesses anos, já estava terminando a ditadura aqui, estava começando outro tipo de processo, já havia exterminado toda a base rebelde da resistência, então o Brasil não complicava muito para nós, os uruguaios. Então quando estava muito pesado para algum lado, algum companheiro, ou eu sozinho, com a música, aparecia no Chuy e fica no Chuy alguns dias, às vezes meses [...]. Se utilizava, pelo lado de Rivera e outros lugares, pelo lado de Quaraí nem tanto, mas pelo lado de Rivera sim, se utilizavam gráficas para fazer impressões clandestinas, se utilizou muito o aparelho logístico do Brasil, até do ponto de vista privado, ou seja, não tem problema, íamos contratar uma gráfica do lado do Brasil e fazia um mosquitinho, do lado brasileiro não interessava para quem era, ninguém dizia nada e vai embora... ou seja, que havia uma infraestrutura, as vezes solidária, as vezes comercial, que funcionava do lado do Brasil.<sup>61</sup>

O espaço brasileiro foi procurado por oferecer menos perseguição, e, também, por oferecer outras possibilidades de organização, como, por exemplo, facilitar a logística das atividades de oposição uruguaia.

Esse território, embora, como veremos, ainda oferecesse perigo, foi pensado como uma alternativa por vários dos perseguidos no Uruguai. Uma parte da intelectualidade uruguaia procurou abrigo no território brasileiro, resultando em trocas culturais muito ricas, que puderam contribuir para um cenário de oposição e resistência expressa nas artes, tendo como expoente uma nova concepção para a produção musical, traduzida no nativismo. Vários foram os festivais de música nativista que, já em uma perspectiva de música latino-americana, propuseram novos elementos que traziam a renovação da musicalidade e a resistência nas letras. Esse novo momento da música gaúcha contou com importantes trocas

---

<sup>61</sup> SOLARI, Eduardo. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

com os vizinhos, tendo nomes da música latino-americana, de expressão internacional, procurado refúgio no território gaúcho e colaborado com nossa produção.

Retomando a entrevista, é retomada a ideia de que, para além da busca por materiais, quando a situação ficava mais difícil, procurava-se o lado brasileiro, via Chuy ao Chuí. Como meio de transporte podia utilizar ônibus, embora evitasse, para não ter que apresentar documentos e correr o risco de ser localizado. Normalmente contava com carona, parando em praias para cantar, até chegar no Chuy e passar pela fronteira.

E; S.: Às vezes, quando vinha, por dúvida, até pegava até ônibus, mas a maioria das vezes estávamos no posto de gasolina e vinha caminhão e até carro, nesse tempo era possível vir de carona. Então aí eu entrava nas praias, dava um dia ou dois dias na praia, cantava por ali, ia para um “*poblo*”, e ia pulando de “*poblo*” em “*poblo*” até chegar no Chuy e passar aí. E quando chegava ia para a barra do Chuy, que é um lugar de “*poblado*”, ou ia para a casa de alguns amigos que moravam no Chuy do lado do Brasil.

E.: E esses amigos eram da sua organização também?

E.S.: Eles nunca se declaram de alguma organização, porque a maioria deles não eram brasileiros nem uruguaios, eram de outras nacionalidades e eles estabeleciam algumas relações comerciais aí e eles protegiam as pessoas que chegava com problemas ali.

E.: Estás falando do caso dos palestinos?

E.S.: Isso.<sup>62</sup>

Rememora que o contato se dava não por uma relação pessoal, mas por indicação política, ao narrar, mais especificamente, sobre a ajuda de palestinos estabelecidos na fronteira, grupo cuja presença é marcante no comércio da região até hoje e, como ponderou, na verdade, além dos palestinos, tinham árabes de várias nacionalidades. Ele propriamente não tinha, na época, uma relação de parentesco ou amizade, mas como era indicado e chegava com o nome de quem fazia a relação era recebido e conseguia um local para ficar.

A ajuda desses árabes foi fundamental para a escolha de se recorrer ao Chuy/Chuí como caminho para saída do Uruguai, como explica:

[No Chuy] Havia pessoas palestinas, haviam árabes de várias nacionalidades, que no Uruguai se dizia “turcos” à todos. Foi indicação dos mais grandes, eles diziam “vai para lá, que há gente, vai para lá”. Já havia uma afinidade, havia uma afinidade porque a maioria das pessoas que haviam aí, também haviam

---

<sup>62</sup> Idem

vindo corridos de suas terras e tinham o mesmo problema, então eles eram solidários e sempre haviam sido apoiados pela esquerda daqui, os palestinos que estavam lá, e outros tipos de nacionalidade, sempre foram apoiados por setores da esquerda, no exílio deles, então o que eles fizeram foi retribuir essa ação aí. E para o outro lado já não tem essa constituição, de outros países, a construção social é outra.<sup>63</sup>

Deve-nos ser simbólico que pessoas em uma situação tão instável, como a desses árabes, que se estabeleceram nessa região sem muitas garantias, podendo ser extraditados para seus países de origem, cuja guerra torna extremamente difícil e penosa a sobrevivência, tenham arriscado tanto para salvar militantes, que não eram seus familiares, compatriotas, nem de suas organizações, se não por solidariedade. Evidentemente que não se trata de fazermos aqui uma análise acrítica que proponham heróis, apenas dar ênfase a momentos de solidariedade em um período tão pesado e difícil da história latino-americana.

Há aqui uma clara lacuna em nosso trabalho. Embora o empenho em tentar localizar mais fontes que tratem dessas famílias árabes que prestaram solidariedade aos uruguaios (não há confirmação, mas, possivelmente, também aos brasileiros) não foi possível localizar mais indícios, para tratar o assunto de forma mais aprofundada. Deixo o registro desse trabalho em aberto e, por sua importância e exemplo, a indicação de sua efetivação no futuro.

Para além dos contatos feitos por sua organização, o entrevistado Sr. Solari, contou ainda com relações pessoais para conseguir abrigo, muito embora, por questão de segurança, essas pessoas não sabiam, em geral, de sua militância política. Recebiam-no por seu outro motivo de viagem: a música. Contou também, ao cruzar a fronteira do Uruguai, com a ajuda de brasileiros simpatizantes com a oposição à situação política dos países. Foi ajudado por militantes brasileiros em Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e outras localidades da região do sul.

Algumas indicações de contatos para ser recebido no Brasil foram feitas inclusive pela comunidade brasileira exilada no Uruguai. Em entrevista, reforça que o medo de vir ao Brasil, em sua concepção, era menor, pelo novo

---

<sup>63</sup> Idem.

momento político que se estabelecia:

Estamos falando dos anos 1976, 77. Tá, então 76, 77, aqui no Brasil, já não... Tinha, sim, toda a força em cima, mas não era a ditadura que aconteceu até o ano 74, já havia outra abertura, já haviam terminado todos os grupos da resistência, essa é, pelo menos, a ótica que eu tenho disso. Não quer dizer que tenha terminado a repressão. Agora, em 2013, segue a repressão. Ou seja, *pero* não foi a ditadura dos anos 66, 67. Terminou aqui o período forte, começou lá.<sup>64</sup>

Mas ainda havia diversos cuidados a se tomar no território brasileiro:

Rio Grande tinham muitos [exilados uruguaios], Pelotas também, mas o que acontecia, tinha um assunto assim: se tu vinhas com a suspeita de que tu estavas sendo seguido ou com a suspeita de que estavam te acompanhando, tu não ias até os companheiros [...]. Sabíamos onde estavam mas não íamos [...]. Então, aí também acontecia esse medo, 'estão me seguindo, estou comprometendo as pessoas', então eu ia, volta pr'aqui, volta pra cá, volta pra lá. Eu, por exemplo, selecionava gente que não tinha nada que ver, no possível, com a política [...]. Por que se não tu estava levando eles [os agentes da repressão] para dentro [das organizações]. E como sabíamos bem que as forças uruguaias, as forças conjuntas uruguaias, tinham livre acesso ao Brasil e se queriam entrar não tinham problema, entravam e levavam para qualquer lado e calavam a boca, como fizeram aqui, entraram em Porto Alegre.<sup>65</sup>

Embora tratasse já do período de reabertura política no Brasil - enquanto a ditadura civil militar uruguaia encontrava-se bastante repressiva -, ainda assim, havia muita perseguição, inclusive aos uruguaios, em nosso território gaúcho.

Não era incomum a circulação de documentos nos SOPS<sup>66</sup> do interior do estado sul-rio-grandense (documentos disponíveis para consulta no Acervo da Luta Contra a Ditadura, sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) divulgando listas de estrangeiros procurados, uma vez que se suspeitava que tivessem cruzado nossa fronteira, mesmo nesse período.

Precisamos frisar, ainda, que, embora algumas rotas organizassem tanto a entrada quanto a saída do território brasileiro e, por algumas vezes, também transladassem uruguaios, não necessariamente as rotas de entrada no

---

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Seções do DOPS no interior do Estado.

país fizessem parte das rotas exílio. Segundo o entendimento de alguns militantes, poderia significar chamar a atenção tanto da repressão uruguaia, quanto brasileira, sendo, portanto, melhor montar aparatos separados. Alguns militantes tinham mesmo o cuidado de tratar com bastante distinção:

Tinha o cuidado de não me miscuir com os próprios tupamaros, que já estavam atuando. Ter muito cuidado, por que se não eu me queimaria duplamente. Me queimaria com a repressão uruguaia e me queimaria a repressão brasileira, que estava a poucos passos, logo ali, passando a linha divisória.<sup>67</sup>

Percebemos, portanto, que deve ser feita uma problematização sobre o espaço platino também sob a perspectiva da militância uruguaia, todavia, não seja esse o enfoque de nossa pesquisa. Espero que consigamos aqui perceber a riqueza de darmos continuidade em explorar o tema sob a ótica dos países do Cone Sul de forma geral, não apenas sob o enfoque brasileiro, trabalho esse que está longe de estar vencido.

Através desse panorama e analisando o relato abaixo conseguimos ver como eram construídas cotidianamente essas rotas:

A passagem [de militantes para o Uruguai] a gente tinha uma função aqui pela posição geográfica, mais até o Voltan se lembra do que eu, mas eu me lembro que, até, a gente não tinha carro, mas eu me lembro que a gente pegava emprestado um carro de um amigo nosso e o Voltan não sabia dirigir e eu sabia, então, de vez em quando, tu tinhas que sair, levava alguém pra São Lourenço [do Sul] pra pegar o ônibus em São Lourenço ou levava alguém para passar na fronteira. O Voltan teve outras funções [...] teve que ir lá, encontrar o Brizola em Montevideo, para levar uns papéis [...]. Ele [o Sr. Voltan] passou em Jaguarão, um padre ajudou ele a passar em Jaguarão, ele disfarçado [...].

Nós tínhamos os chamados simpatizantes, nessa zonas de fronteira seca, aqui em Santa Vitória do Palmar, tinham alguns da agronomia, aí passavam os caras pelas fazendas, em período que ainda era possível passar para o Uruguai [...]. Tínhamos gente lá do outro lado, isso já estava articulado, tu já encaminhava certo, já sabia onde ir lá do outro lado.

Às vezes eles vinham já com o esquema montado, outras vezes a gente se encarregava de ter que montar o esquema aqui. A gente tinha gente, ali no Chuí mesmo, que tinha conhecidos do outro lado, a gente tinha gente em Montevideu [...]. Estava razoavelmente articulado, às vezes lá de cima já, porque como já tinha brasileiro do outro lado [...]. E um dos articuladores era o Brizola, ele que asilava o pessoal e recebia e dava um jeito de

---

<sup>67</sup> COELHO, Manuel. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

arrumar um lugar para o pessoal parar e arrumava trabalho, num período antes que o Uruguai entrasse na ditadura [...].

Era um pouco em função da organização que pertencia, mas havia uma mútua colaboração entre elas [as organizações] [...]. A grande questão era como identificar [...] que tipo de senha, de código, funcionava, que te garantisse que não era alguém que vinha para te pegar [...]. Eventualmente [um militante] ficava um tempo aqui escondido [...], ficava uns 15 dias e a gente tinha que dar um jeito de abrigar, de proteger

Retomamos que eram várias as possibilidades que se apresentavam: os transportes, os simpatizantes que ajudavam a estabelecer a rota, a escolha de qual ponto da fronteira cruzar, a estrutura necessária, o cuidado com o exilado, mesmo depois de cruzada a fronteira, etc.

Esse relato consegue articular diversos temas tratados ao longo dessa sessão e possibilita percebermos as inúmeras preocupações, possibilidades e limites que se impunham a quem organizava as rotas, ou a quem tinha que utilizá-las. Percebemos que, dado a repressão e a infraestrutura escassa, a forma mutável, que requeria sucessivamente repensar as possibilidades e utilizar-se de todos os aparatos disponíveis, era a forma possível para o período histórico vivenciado.

Podemos perceber também que a repressão atingiu cada vez mais militantes de todo o país, de diversos segmentos e correntes, que desenvolviam diferentes atividades envolvendo, por isso, vários colaboradores na organização das rotas, de diferentes organizações, que se solidarizavam, ajudando militantes, inclusive de organizações diferentes das suas, mesmo que significasse aumentar o risco de serem identificados.

Devemos perceber nesse momento, que a segurança figurava o horizonte de todas as ações desenvolvidas pelos organizadores das rotas, que deveriam preocupar-se em salvaguardar os trasladados, os simpatizantes e a si mesmo, portanto, a instabilidade causada pela forte repressão vai repercutir na dinâmica para o estabelecimento dessa atividade, como por diversas vezes pudemos perceber nos relatos.

Inclusive, devido a preocupações com segurança, havia uma certa dificuldade em identificar pessoas que participaram da organização da atividade. Aparece como constante uma relativa confusão em identificar qual corrente estava, efetivamente, se encarregando de uma passagem, tanto quanto, à qual

grupo pertenciam alguns colaboradores ou trasladados, ou, até mesmo, as identidades pessoais dos envolvidos. Retomamos aqui, novamente, a ideia de que vários simpatizantes, ou mesmo trasladados, se envolviam em uma rota de exílio utilizando-se de seus contatos pessoais, relacionando-se com demais envolvidos através da mediação, sem estabelecer uma relação direta com os demais.

Nos conta sobre essa complicada relação entre as diferentes correntes o entrevistado Sr. Gutierrez. Afirma que a esquerda no Brasil, embora compartimentada, possuía bastante diálogo, pois frequentava os mesmos espaços (cinemas, passeatas, bares) em que, informalmente era possível estabelecer diálogo e firmar uma rede de confiança:

(...) Tu tinha uma base comum, que era a base das passeatas, que tu fazia coisas clandestinas e etc., mas tu te encontrava com as pessoas: tu te encontrava no cinema, tu te encontrava nos mesmos lugares...

(...) Tu era proveniente de uma classe média. No nosso caso, de uma classe média baixa, mas enfim, que participava de discussões, que era organizada, que era vinculada, que assistia teatro, que assistia cinema. E esse meio era um meio onde a esquerda circulava e era muito fácil... Por mais que tu te compartimentasse, por mais que isso, por mais que outro, tu te encontrava e conversava e tudo isso...<sup>68</sup>

Compreender a formação dessa rede de confiança e o compartilhamento de espaços comuns nos possibilita entender melhor como se dava o traslado de militantes de organizações diversas da promotora da rota de exílio, se compreendermos que há relações políticas e pessoais firmadas que permitem estabelecer sentimentos de confiança e unidade mesmo ante à pluralidade que, por diversas vezes, resultava em fragmentação.

Aparece esse entendimento de solidariedade para além das divergências, de forma geral, no relato dos militantes entrevistados. Quando questionados sobre como era a relação de dispor a estrutura da rota para outras organizações e os riscos que isso implicava, retomou-se, pelos entrevistados, sistematicamente a ideia de solidariedade, fundada em um horizonte comum. Como explicita o Sr. Osmar Schaefer:

---

<sup>68</sup> GUTIERREZ, Cláudio. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Alessandra Gasparotto e Marília Brandão Amaro da Silveira.

Acho uma coisa tão óbvia, tão natural, que você uma vez se torna militante de fato você não se pergunta se você é loira, se você é morena, se você é negra, se você tem uma opção de... O simples fato de você querer ser alguém que transforma, você já é... Faz parte da militância, é uma questão tão óbvia que se coloca. Você não precisa ficar discutindo fraternidade, sobre solidariedade, porque você já é, ao natural, é uma coisa tão espontânea, e eu aprendi isso muito nesse convívio. Quando você tem ideais, você milita e você quer transformar. O clima é outro, não interessa se você é desta ou daquela, vamos dizer, facção [...] Na hora de pegar todo mundo pegou junto.<sup>69</sup>

Percebemos, portanto, que, apesar da já conhecida fragmentação da esquerda, há, ainda, solidariedade entre as diferentes correntes e uma proposição ao trabalho colaborativo suprapartidário, não só para a organização das rotas, mas também para outras atividades, como diversas campanhas.

Deve-nos ser simbólico também que militantes puseram sua segurança em risco em prol de salvaguardar inclusive membros de outras organizações. Novamente retomamos a ideia de que não nos propomos aqui a fazer uma análise acrítica que negue os divisionismos e diversos erros de avaliação e atuação que comprometeram ações conjuntas. Apenas, devemos atentar que houve muita solidariedade acima das correntes e divergências, em um período em que a simples solidariedade significava correr grandes riscos.

---

<sup>69</sup> SCHAEFER, Osmar. *Militâncias e Rotas de Exílio*. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira

### 3.5. Rotas de Exílio e Repressão

Considerada atividade importante para a oposição à ditadura civil militar, a organização das rotas de exílio recebeu especial atenção, também, no que diz respeito a políticas repressivas, tendo diversas medidas, como veremos, sido pensadas especialmente para coibir a ação e atingir seus promotores. A proposta a seguir é reservarmos espaço a analisarmos algumas dessas medidas e como elas atingem a dinâmica das militâncias que se propuseram a organizar as rotas de exílio e, de forma geral, a combater a ditadura.

Devemos, para desenvolvermos considerações sobre o assunto, retomar a discussão apresentada no subcapítulo *Considerações teóricas de nossa fronteira*, referentes à Doutrina de Segurança Nacional e ao conceito de Fronteira Ideológica. Balizadores das ditaduras civis militares nos países do Cone Sul, foram norteadores das ações repressivas que envolveram diversos países, criando, inclusive, um aparato supranacional para a repressão.

A ideia de que a fronteira poderia ser ultrapassada, fundamentada no conceito de Fronteira Ideológica, caso o combate ao "perigo comunista" necessitasse, fundamentou a ameaça de intervenção dos golpistas brasileiros em países vizinhos, como, por exemplo, com a Operação 30 Horas <sup>70</sup>.

Também através dos relatos são denunciadas as operações do exército brasileiro em território vizinho em busca de exilados. Como narrado pelo entrevistado que não será identificado, sobre a ação militar na fronteira:

Afinal, eu consegui chegar ao Uruguai e lá..., e lá eu fui à cidade de..., fronteira Jaguarão, não..., fronteira Jaguarão/Rio Branco. Eu pretendia ficar por ali. Eu, por mim, ficaria na fronteira, mas nisso o Exército brasileiro invadiu Rio Branco, com jipes, armados, excitando a raiva dos uruguaios ali, ficaram indignados, e eu vi que não podia ficar ali. Então, resolvi ir até Melo, fui até Melo, lá fiquei uns dias, depois fui até Montevideu, e lá, então, eu tive de pedir o asilo político <sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Operação planejada durante o governo Médici, que previa intervenção no Uruguai, caso a Frente Ampla saísse vencedora das eleições em 1971. Sobre o tema, ver: FERNANDES, Ananda. Quando o Inimigo Ultrapassa a Fronteira. UFRGS, 2009. Dissertação de Mestrado.

<sup>71</sup> Entrevistado 01. *Sem Título*. Pelotas, \_\_. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner.

Com um considerável número de brasileiros perseguidos vivendo nos países vizinhos, por diversas vezes nosso Estado ignorou nossa linha limítrofe, tanto quanto, ignorou a ação da polícia estrangeira em nosso território. Mais que isso, os países sistematicamente negaram a, por eles conhecida, prática de sequestro e desaparecimento de exilados. Ainda, estabeleceram ações recíprocas de troca de estrangeiros considerados “subversivos” enviando-os às ditaduras de seus países de origem, assim como desenvolveram ações repressivas conjuntas.

Temos, como mais evidente dessa colaboração entre as ditaduras para o aniquilamento do “inimigo interno”, a Operação Condor. Expressão maior de um processo de colaboração interestatal clandestina, a Operação Condor consolidou uma maior sistematização na rede de repressão internacional, potencializando a troca informações, os sequestros, as mortes e os desaparecimentos de diversos militantes que ultrapassavam as fronteiras de seus países em busca de segurança<sup>72</sup>.

Tratou-se de uma iniciativa do Chile de Pinochet, em articulação com diversos países do Cone Sul, com apoio de serviços de inteligência estadunidense, como a CIA. Estavam presentes na Primeira Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, que organizou um sistema internacional de informações sobre indivíduos e organizações de oposição às ditaduras, ocorrida em Santiago do Chile, em 1975, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil também esteve presente, mas apenas como ouvinte, integrando efetivamente a coordenação em 1976.

Evidentemente que, nessa organização de uma repressão internacionalizada, o espaço do Rio Grande do Sul tornou-se vital para o controle de nosso “inimigo interno”, mas, também, para a obtenção de informações que alimentou um banco de dados comum à esses países e para a busca de “inimigos” das (ou nas) ditaduras vizinhas.

Também a atividade de organização das rotas de exílio no território

---

<sup>72</sup> Sobre o assunto, ver: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

gaúcho, principalmente na fronteira, ganhou especial atenção da ditadura civil militar, que desenvolveu mecanismos de controle para a desarticulação da atividade e prisão de seus promotores.

A fim de controlar as regiões de fronteira, em 1968 foi decretada a Lei de Segurança Nacional para Zonas de Fronteira<sup>73</sup>, que previa interventores em cidades consideradas de “interesse da segurança nacional”. No Estado do Rio Grande do Sul, o mais atingido numericamente pela lei, que abarcou vinte e uma cidades<sup>74</sup>, podemos perceber que a lei inclui não somente cidades limítrofes, mas, também, com outras particularidades, como, por exemplo, Rio Grande, com seu importante porto, lembrando, inclusive, que as rotas de entrada e saída davam-se também por via marinha, ou, ainda, costeando a área litorânea, partindo da praia do Cassino até a praia do Hermenegildo<sup>75</sup>.

Foram, ainda, montadas ações repressivas para a desmobilização dessas atividades em específico. Arquitetadas nacionalmente, atingiu desde a coordenação nacional até a base das correntes responsáveis pela atividade das rotas de exílio, conseguindo finalizar algumas das possibilidades de saída do país, como nos conta o militante, sr. Antonio Voltan:

Nessa ocasião, em 72, eu era o encarregado de fazer a passagem para a fronteira. Eu soube, veio a mulher de um amigo nosso que morava em Pelotas, mas já tinha se transferido para Porto Alegre, veio e disse "prenderam o Fonseca", [...] já tinham prendido o cara da estadual que fazia o contato conosco [...]. Aí, outro dia, quando eu estou chegando no escritório, apareceu esse sujeito e mais outro e disse "nós somos do DOPS" me acompanhe [...] e, é claro, a gente tinha que gritar na rua "estou sendo preso!" porque as pessoas sumiam [...]. e eu disse "só se eu puder levar junto meu advogado", os sujeitos conversaram entre eles e disseram "tá, vamos", chegamos no carro, deram uma volta com ele e já me socaram um capuz, mandaram ele [o advogado] descer [...], me levaram para o quartel [...], me bateram bastante no quartel [...]. Aí me levaram embora para o centro de tiros do quartel, lá no fim do Areal, lá onde passa o trem e me levaram de noite para Porto Alegre, para o DOPS [...]. Voltaram uma semana depois, quando

---

<sup>73</sup> BRASIL. Texto da Lei nº 5.449/1968. art. 1º, VII.

<sup>74</sup> De acordo com: Idem, Art. 1º, VII, no Estado do Rio Grande do Sul são abarcadas as cidades: Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Erval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Pôrto Lucena; Pôrto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparendi e Uruguaiana.

<sup>75</sup> Com uma enorme extensão litorânea ininterrupta, de cerca de 254 km, esse caminho permite que se percorra até o limite extremo sul do país.

vieram buscar uns papéis aqui e prenderam ele [o Sr. Alceu Salamoni] [...]. Eu fiquei 52 dias [preso] se não me engano, por aí...<sup>76</sup>

Lembra também desse período o militante, preso em mesma operação. Sr. Alceu Salamoni:

[...] mas como caiu Porto Alegre, aí veio uma rede, veio o povo caindo [...]. Fiquei uns 30, 35 dias [preso]. [...] A prisão foi... acho que fui no mesmo dia para Porto Alegre, eles vieram me prender, quando eles disseram que trouxeram o Voltan, mas eu não sabia que o Voltan estava aí [...]. Eles vieram, deixaram o Voltan no quartel, me pegaram em casa e, aí, me levaram lá no quartel [...], daí trouxeram o Voltan e nos levaram pra Porto Alegre juntos [...]. Dom Antônio, que era o bispo, foi atrás de mim, foi lá falar comigo, ficou impressionado, não era um cara de esquerda, era um conservador, mas era muito cioso da sua universidade, tanto que, quando eu saí de lá, em seguida, ele recebeu uma carta recomendando que me demitisse e não me demitiu, só fiquei três, quatro anos sem dar aula, ainda na universidade, mas fora da sala de aula [...]. E outro que não conseguiu falar comigo na época foi o meu irmão, e o meu irmão era prefeito de área de intervenção federal, interventor [de Tenente Portela] [...] ele era da ARENA e foi lá também, falou com secretário de segurança que queria falar comigo e não deixaram falar comigo, ficou impressionado também [...].<sup>77</sup>

Podemos, com os relatos, melhor compreender as ações de desmobilização da atividade de organização das rotas de exílio, chamando a atenção a prisão “em rede”, como disse nosso entrevistado, em que fica explicitado que a ditadura civil militar se preocupou em mobilizar seu aparato repressivo a fim de atingir os militantes que desenvolviam a função de organização das rotas de exílio, desenvolvendo operações específicas para o desmembramento das correntes que organizavam tal atividade e prisão dos militantes responsáveis. Chama a atenção também o destino dos militantes presos nas cidade de interior: sofriam violência física e psicológica nos quartéis de seus municípios e, também, poderiam ser sequestrados e trasladados para a capital, onde a repressão era mais sistematizada, podendo, inclusive, ficar incomunicáveis.

---

<sup>76</sup> VOLTAN, Antônio. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>77</sup> SALAMONI, Alceu. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Após a prisão de militantes, seja qual atuação tivessem, passava-se a uma perseguição política que tinha por finalidade não só controlar suas ações políticas, como, também, restringir suas atividades em mais amplo sentido, seja econômicas ou até sociais, como nos contam diversos militantes, como o exilado entrevistado que não será identificado, pertencente ao PCB, ao lembrar que lhe restringiram os espaços de socialização e “fizeram uma razia completa na minha vida funcional”:

logo que estourou essa Revolução [sic], foi dada a ordem de prisão contra mim, eu perdi a cátedra, que eu exercia há muitos anos. Era casado e vivia muito mais da cátedra do que da advocacia. Perdi a cátedra, os filhos eram pequenos, perdi a cátedra. Fui excluído da lista de jurados, fui excluído até da posição de Conselheiro do Clube Comercial, fui excluído de Presidente da Junta Disciplinar Desportiva, quer dizer, fizeram uma razia completa na minha vida funcional, tentando me reduzir a nada<sup>78</sup>.

Da mesma forma foram tratados os demais entrevistados, organizadores de rotas de exílio:

[...] Aí saí de lá [da prisão], voltei [para Pelotas], me apresentei para ele [para Dom Antônio], para a universidade [...] o bispo foi muito atencioso, o grupo da católica foi muito atencioso [...]. Daí eu fiquei acho que uns três meses fazendo trabalho em casa, depois voltei para a universidade, eles mantiveram meu salário, tiram o salário da direção, me tiraram da direção, isso significou perdas; Voltei aos poucos para lá, mas voltei sem sala de aula, o Dom Antônio, que era o bispo, que era reitor ao mesmo tempo, era reitor, dizia que não seria conveniente, seria fazer um enfrentamento muito forte coma ditadura se ele me botasse em sala de aula, aí eu fiquei com outros tipos de atividades, vinculadas à universidade, aos cursos, mas sem aula. Aí o tempo foi passando. Algumas vezes era chamado aqui para depor [...]; Outra atividade que também interromperam foi essa atividade que eu tinha um contrato com a prefeitura, um convênio com o Ministério do Interior; O prefeito me chamou respeitosamente, mas disse que, por ordem superior, eu fui demitido [...], foi classificado como um trabalho que era de cooptação [...]79.

Muitos, porém, foram impedidos de exercer sua profissão e perderam seus empregos, além de toda a vigia a que passaram a ser submetidos:

---

<sup>78</sup> Entrevistado 01. *Sem Título*. Pelotas, \_\_. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner.

<sup>79</sup> SALAMONI, Alceu. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

Eu era professor do serviço social, cadeira de realidade latino americana, eu tinha entrado em março, era um contrato de experiência de 90 dias [...] a católica deixou cumprir os 90 dias e enfim [o entrevistado perdeu o emprego]... Eu era administrador do SESC em Pelotas, eu era funcionário concursado, eu era funcionário de escritório, mas ganhava gratificação como administrador e aí eles me afastaram da administração [...], mas me deixaram como auxiliar de escritório [...]. No dia que esse inquérito, não sei porque "cargas d'água", foi arquivado - era muito médico, advogado, engenheiros, professor da PUC, irmão LaSallista, ia ser um rolo, uma propaganda muito ruim pra eles [...] - quando foi arquivado eu peguei a certidão da Justiça Militar e o SESC me reintegrou, foram muito corretos [...] A advocacia... Eu fiquei bastante prejudicado, numa época que todo mundo tinha medo, ser cliente de um cara que tinha sido preso era um horror [...]. Até eu e o Alceu andamos olhando chácaras, porque achamos "talvez a gente seja condenado, seja posto na rua" [...] mas, depois, aos poucos, nós fomos retomando [...]. O MDB passou a PMDB, e criaram aqui o IEPS [...] eu assumi aqui a coordenação [...] e comecei a militar dentro do PMDB [...] depois o PMDB começou a assumir o poder e a gente começou a se decepcionar [...] e eu tinha feito concurso para promotor e achava que promotor não tinha que ter atividade política [...].<sup>80</sup>

Devemos entender, entretanto, que a desarticulação de alguns dos grupos que organizaram essas rotas não significou efetivamente a desmobilização da atividade por completo. Embora cada vez mais fragilizada, uma atividade tão volátil e contando com um conhecimento tão arraigado na região, desde outros períodos históricos - o de traslado de pessoas (inclusive procuradas pelo Estado, como infratores de uma forma geral) e materiais ilegais - é de difícil controle e desmobilização. Com um número expressivo de simpatizantes e de organizações promotoras e com a necessidade permanente de sempre ter uma possibilidade articulada de traslado pela fronteira, essas rotas eram permanentemente refeitas, embora o empenho da ditadura em desmobilizá-las.

Percebemos a preocupação da ditadura civil militar brasileira com a fronteira também quando consultamos os arquivos do SOPS<sup>81</sup>. Nele aparecem documentos alertando para o tráfico de armas - com lista de armamento

---

<sup>80</sup> VOLTAN, Antônio. *Resistência à Ditadura Militar*. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

<sup>81</sup> Seções do DOPS no interior do Estado. Como já foi referenciado, o arquivo está disponível no Acervo da Luta Contra a Ditadura, sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

introduzido ou retirado pela fronteira (tanto o armamento procurado quanto o apreendido) - entrada e saída de militantes brasileiros e estrangeiros, lista de militantes procurados (que possivelmente encontravam-se no território gaúcho ou iriam cruzar a fronteira), possíveis ações “subversivas” (tanto de brasileiros, quanto de uruguaios e, inclusive, ação conjunta de organizações de ambas as nacionalidades), ações de militantes e da repressão em países vizinhos, coleta e divulgação de informações em território nacional ou socialização de informação remetida por órgãos repressivos do exterior...

Devemos considerar, evidentemente, que a atenção que a repressão deu à fronteira terá impacto direto na organização das rotas, retomando a necessidade de se repensar constantemente e de contar com todas as possibilidades disponíveis. Devemos considerar, ainda, a contradição imposta, que exige constante repensar mas limita a experimentação do “novo”: se, por um lado, é a busca pela segurança dos militantes que faz com que se procurem outras possibilidades, é essa mesma necessidade de segurança que faz com que a experimentação, o “novo”, envolver diferentes pessoas e aparatos, requeiram muita cautela, pois traz muito de imprevisibilidade e perigo também.

Vemos, portanto, que não só a ditadura civil militar entendeu o espaço platino como peculiar e autor de atividades específicas - e, portanto, necessário de se desenvolver medidas específicas para seu controle e repressão -, como compreendeu também a organização das rotas de entrada e saída do país como importantes, dado a atenção que deu ao desmantelamento dessas atividades.

### 3.6. Como Eram Compreendidas as Rotas de Exílio Pela Oposição à Ditadura?

As rotas de exílio faziam parte do imaginário da esquerda brasileira, mas não necessariamente de forma positiva. Ela vai ser entendida de diferentes formas pelos grupos de oposição à ditadura civil militar, a depender das correntes e do período. Devemos, portanto, analisar também como essas rotas eram entendidas pelos grupos que as utilizavam ou organizavam.

Primeiramente, para desenvolver esse tema, devemos retomar a ideia exposta no subcapítulo *Considerações Teóricas de Exílio*, sobre as duas gerações de exilados, conforme proposto por Rollemberg: a de 1964 e a de 1968. Por estímulos diferentes, ambas as gerações, em geral, acreditavam em um curto exílio - seja porque avaliavam que o governo militar não se manteria por muito tempo, seja porque entendiam como fundamental retornar para a luta no país.

De uma forma geral, para ambas as gerações, conforme exposto pela autora, o exílio era um espaço para tentar reorganizar a luta no Brasil. Embora alguns exilados tenham participado da política nos países que os recebiam<sup>82</sup>, em grande parte, esperava-se, ao sair, encontrar não um espaço de luta, mas de recuo, um curto exílio, sem que fosse possível (ou necessário) desenvolver atividades a mais longo prazo.

A primeira geração organizava a oposição ao golpe militar através do exílio, enquanto a segunda geração esperava a organização a que pertencia providenciar a volta ao país e à luta. Permanecer no exílio, principalmente no entendimento dessa segunda geração, era uma derrota ou, pior, uma traição aos companheiros que ficavam no país.

A visão negativa do exílio - na maioria das vezes ligada a uma imagem negativa do exilado - é, em certa parte, comum ao imaginário da esquerda latino-americana. Podemos perceber tal conflito imposto ao exilado na representação feita na obra de um ícone da literatura latino-americana, o uruguaio Eduardo Galeano:

---

<sup>82</sup> Principalmente os exilados no Chile de Allende.

- Aqui ninguém encontrará você. Você fica aqui até que as coisas mudem.

[Flávia:] - As Coisas mudam sozinhas?<sup>83</sup>

[...] Flávia sentia-se culpada por comer comida quente duas vezes ao dia, ter abrigo no inverno e liberdade.

[...] Naquele mês Carrizo chegou.

Para ele foi difícil contar-me. Não quis detalhes. Não quis guardar dela uma morte repugnante. Neguei-me a saber se a haviam asfixiado com uma bolsa de plástico, num barril com água e merda ou se lhe haviam arreventado o fígado com pontapés.<sup>84</sup>

A culpa pela liberdade e segurança que desfrutavam, mesmo que relativamente - haja visto a ação da repressão além da fronteira e a situação instável em que se encontravam - é um sentimento comum a muitos exilados, tanto quanto a urgência em voltar ao país, mesmo enfrentando um ambiente de dura repressão. Principalmente os militantes da segunda geração tentaram diversas vezes retornar à luta no país. Em grande parte, enfrentando, inclusive, o destino da personagem.

Deste ponto de vista, podemos perceber que a organização das rotas de saída do país não somente era entendida como necessária para a retirada dos militantes, garantindo assim sua integridade física, mas, também, necessária para reorganizar a luta. Dessa forma, é possível especularmos que o exílio poderia ser visto com mais desdém do que a própria organização das rotas em si, todavia, principalmente nos anos próximos a 1968, a maioria das organizações entendiam como principal atividade estratégica a luta armada e as organizações das rotas de exílio seriam, em linguajar militante, tático.

A forma com que o exílio vai ser entendido vai, portanto, ter incidência no fluxo e função das rotas: tanto o intensifica, quanto necessita que se organize a reintrodução de militantes no país.

Podemos, ainda, seguir nossa especulação de que, provavelmente, teria entendimento diferente as organizações que se dedicaram a essa atividade e condenavam a luta armada, uma vez que o fim não era a reintrodução do militante para a guerrilha e se pensava em atividades de combate à ditadura também no

---

<sup>83</sup> GALEANO, Eduardo. *Mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 1998. P. 41.

<sup>84</sup> Idem. P. 49

exílio - principalmente aquelas articuladas junto ao Brizola e seus pombos correio.

Há, entretanto, de forma geral, o reconhecimento desses militantes, atualmente, sobre o papel fundamental da articulação dessas rotas na garantia da vida de diversos perseguidos pelo Estado. Porém, ainda assim, nas entrevistas haja uma certa relutância em perceber o papel protagonista dos sujeitos. Embora reconheçam a importância dessas rotas, têm mais dificuldade de perceberem a si mesmos enquanto fundamentais para a organização da saída e entrada de militantes no país.

No geral, os entrevistados entendem-se enquanto protagonistas de outras atividades. Ao serem indagados sobre as principais atividades desenvolvidas na cidade de atuação, em maior parte das falas, consta campanhas e panfletagens, mas não a organização de rotas de exílio.

Percebemos, portanto, que o tema *exílio* e, portanto, também a organização das rotas de exílio, é bastante polêmico e a leitura de grupos de esquerda sobre o assunto ainda traz muitas interpretações.

#### **4. Considerações Finais:**

Nesse breve espaço destinado a rematarmos nossas reflexões (pelo menos por hora, uma vez que nosso tema está longe de se esgotar), proponho recapitular os principais pontos a fim de enlaçar as discussões já apresentadas. Nossa tarefa é a de mapearmos algumas indicações apontadas ao longo do trabalho, buscarmos pontuar a colaboração de cada capítulo e apontarmos algumas lacunas para os pesquisadores interessados.

Precisamos, primeiramente, retomarmos a proposta de nosso trabalho. Partindo de pesquisas anteriores, percebemos que a produção historiográfica referente à ditadura civil militar brasileira não havia dado devida atenção ao estudo das peculiaridades próprias das cidades de interior, uma vez que as experiências circunscritas nesse espaço por diversas vezes foram negligenciadas em prol de indevidas generalizações que tomam por regra as experiências apontadas nos estudos sobre as capitais do grande centro do país. Percebemos, também, portanto, que mais negligenciadas ainda são as experiências das cidades de interior dos estados afastados desse centro privilegiado<sup>1</sup>.

Para colaborarmos em suprir a lacuna constatada passamos ao estudo de uma peculiaridade própria do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, própria da militância das cidades do interior gaúcho: o estudo da organização de Rotas de Exílio.

A partir de então foi elaborado um trabalho que se propôs a articular preocupações sociais, teóricas e metodológicas concernentes ao tema, analisar como a ditadura civil militar se expressou e foi combatida nas cidades de médio e pequeno porte e, mais especificamente, nos deter na atividade muito peculiar às

---

<sup>1</sup> Me referindo aqui a São Paulo e Rio de Janeiro, mais contemplados pela produção historiográfica.

idades do interior gaúcho, de organização das rotas de exílio.

A primeira consideração, de articular preocupações sociais, teóricas e metodológicas concernentes ao tema, foi expressa na introdução de nosso trabalho. A discussão desenvolvida possibilitou termos no horizonte uma série de preocupações que balizaram nosso trabalho. Em específico, justifico a exposição sobre a importância de entendermos como nosso trabalho está inserido na sociedade e quais as principais questões que hoje demandam respostas (uma vez que as demais considerações, de caráter teórico ou metodológico, são correntes nos trabalhos e, portanto, não causam nenhuma estranheza que se necessite justificativa). A proposta das considerações feitas foi retomar a ideia do papel político do trabalho historiador, demonstrando a posição da autora na defesa dos Direitos Humanos e da luta por Verdade, Memória e Justiça. Ali se demonstrou, também, que nosso trabalho tem como parte de seu objetivo deixar uma contribuição para perguntas e exigências de uma parcela importante - e negligenciada - da sociedade.

Teve também a intenção de situar o leitor nas disputas hoje vigentes e no momento histórico presente, que afetou nossa pesquisa, como, por exemplo, resultando na dificuldade de acesso às fontes. Mesmo que em alguns momentos não seja retomado e explicitado, todos os debates apresentados nesse primeiro capítulo devem ser compreendidos como norteadores das escolhas feitas pela autora, dos limites enfrentados, dos cuidados tomados. Podemos, a partir dessas considerações, ler com outros olhos as fontes citadas nos capítulos que se seguem, principalmente as que foram produzidas por órgãos governamentais ou da imprensa e, também, compreender as lacunas deixadas pela falta de arquivos oficiais.

No capítulo que se segue percebemos diversas particularidades concernentes às cidades do interior do Estado. Devido a pouca produção sobre o tema nos debruçamos em uma esparsa bibliografia e em algumas fontes, essas também raras, principalmente quando se trata de cidades de pequeno porte. O capítulo foi proposto com a finalidade de possibilitar termos um painel que expusesse tantas particularidades quantas foi possível mapear, considerando as diferenças econômicas, sociais e geográficas.

Esse capítulo foi proposto também considerando-o bastante

articulado com o que se segue, afinal, como entender a organização das rotas de exílio sem termos analisado as particularidades das cidades de interior? E como entendermos as particularidades das cidades do interior gaúcho no período sem compreendermos a organização das rotas de exílio?

Foi constante nesse capítulo, *Panorama das Cidades do Interior do Estado*, que diversas foram as atividades desenvolvidas pela militância do interior do Estado, algumas em compasso com o país, ajudando a fortalecer a luta nacionalmente, outras específicas (como a organização das rotas de exílio) e que, todavia, foi necessário que essa militância desenvolvesse estratégias próprias, que dessem conta de demandas específicas da região, impostas inclusive pelas ações repressivas direcionadas para o controle no Estado.

A ditadura civil militar atingiu de diversas formas a população dessas cidades e seus militantes também sofreram com a repressão, que deu atenção às suas características próprias, com políticas repressivas específicas, controlando espaços públicos e sociais, tanto quanto utilizando-se da violência física (com as práticas de prisão, tortura e desaparecimento) quando sentiu ser necessário.

Percebemos que o controle, principalmente da oposição, mas também de qualquer indivíduo (já que a população em geral pode ser um inimigo em potencial) deu-se não exclusivamente por ação de órgãos do Estado, mas também por diversos segmentos da sociedade, que optaram pelo colaboracionismo para com os golpistas e, mais do que isso, optaram por pensar, desenvolver e implementar políticas fortalecendo e fazendo parte efetiva da ditadura civil militar.

Temos que fazer especial destaque à atuação da Igreja, tema que perpassa os capítulos de nosso trabalho. Percebemos que, como diversos segmentos e instituições, a Igreja teve papel antagônico, tendo parte importante da instituição apoiado e colaborado com a ditadura, sendo peça importante inclusive da promoção da repressão à oposição. Por outro lado, teve também parte importante que colaborou para a salvaguarda de militantes opositores, inclusive contando com uma organização internacional como suporte. Mais que isso, parte ajudou a organizar e fez parte da oposição ao golpe e ditadura, sendo atingida pela repressão (e, alguns, sofrendo inclusive a perseguição promovida por seus pares).

O estudo da atuação da Igreja nas cidades de interior é, ainda, uma lacuna. É necessário que trabalhos consigam fazer uma análise que irá enriquecer nosso entendimento, tanto sobre as cidades de interior no período, quanto sobre a organização das rotas de exílio.

Passamos, então, no capítulo *As Peculiaridades das Cidades Gaúchas de Fronteira e a Organização das Rotas de Exílio*, a acompanhar o debate mais específico da organização das rotas de exílio, tentando delimitar nosso objeto, articulando o tema com um debate teórico mais específico e com a análise histórica que possibilitou compreendermos como e por que o estado gaúcho teve essa peculiaridade.

Há muitas particularidades que são características às cidades de interior e ao espaço do Rio Grande do Sul. Várias foram as atividades que as militâncias nessas cidades se propuseram a cumprir; Diversas foram as análises, repúdios e apoios; Plurais ou até mesmo contraditórias foram as atuações de instituições e específicas as formas de controle e medidas de repressão.

Nos detemos principalmente - embora não exclusivamente - nas atividades de traslado, percebendo que, mais do que garantir a segurança dos perseguidos pelo Estado, foi ainda possível a organização da resistência no exterior. Formaram-se, portanto, rotas de entrada e saída do país que permitiram militantes, informações e documentos cruzarem a fronteira.

Depois do estudo foi possível concluir que tais rotas, organizadas pela militância gaúcha de oposição à ditadura militar, foram articuladas em parceria entre militantes de diferentes cidades do Rio Grande do Sul, do país e, também, do exterior, contando, sobretudo, com brasileiros já exilados no Uruguai ou na Argentina. Essas rotas trasladavam militantes em solidariedade entre diferentes correntes de esquerda, tendo a colaboração dos chamados simpatizantes que, embora não tivessem uma organicidade na constituição da atividade, tinham papel de fundamental importância.

Essas rotas não devem ser pensadas enquanto atividades estanques, prontas, à disposição para serem apenas executadas. Foi apontado como ponto fundamental para a compreensão dessa atividade o fato de que ela requeria uma sistemática reelaboração, contando com todas as possibilidades que as correntes conseguiam prover e se valendo de alguns novos elementos

trazidos pelos contatos pessoais dos militantes ou, até mesmo, pelo acaso. As organizações viam-se na responsabilidade de resolver grandes problemas com poucos recursos e, para isso, alçavam mão de todas as possibilidades que se punha para o momento.

Como vimos, o espaço gaúcho tornou-se fundamental para a organização dessas atividades, seja por suas características geográficas ou porque nesse território foi possível utilizar um conhecimento já difundido de traslado ilegal pela linha da fronteira. Burlar a fiscalização é atividade comum a diversos períodos históricos no Rio Grande do Sul e, embora as rotas de exílio tenham tido um caráter diferenciado, forçado pelo momento, muito se aprendeu com as experiências anteriores.

É particularidade da região, também, que durante os anos finais da década de 1960 e ao longo da década de 1970, se tenha estabelecido rotas para receber militantes uruguaios e argentinos, que, perseguidos em suas pátrias e cercados por países dominados por ditaduras civis militares, procuraram o território gaúcho, onde ainda não eram “alvos” conhecidos e começava-se a experimentar uma reabertura lenta, antes de nossos vizinhos, embora tenha demorado a se efetivar.

Tivemos nesse espaço, também, uma relação de aproximação e trocas culturais, que se desdobraram em um forte movimento artístico que fez parte das manifestações pela reabertura política do país, tais como o emblemático movimento de música nativista e seus festivais. Por outro lado, voltamos maior atenção e passamos a ser palco importante de atividades repressivas da Operação Condor, em que uma das ações mais simbólicas foi o sequestro dos uruguaios Universindo Dias, Lilian Celiberti e seus dois filhos Camilo e Francesca Celiberti, em 1978.

Devemos apontar, na conclusão de nossos estudos, que há uma necessidade latente de analisarmos esse tema não apenas sob o prisma de nossas indagações formuladas a respeito do território gaúcho, mas, mais que isso, precisamos fazer mais estudos que consigam perceber características próprias do território platino como um todo, considerando as relações com nossos vizinhos e interagindo indagações, bibliografia, leituras e interpretações. Há, claramente, portanto, outra lacuna na produção historiográfica aqui indicada.

É necessário, ainda, reafirmarmos que as atividades foram formuladas e implementadas contando com muita solidariedade entre as diferentes organizações, para além das divergências. Muitos militantes puseram sua segurança em risco por solidariedade à quem não tinham em comum laços de familiaridade, amizade, partidários ou, mesmo, em alguns casos - como a ajuda prestada pelas famílias árabes - sequer eram compatriotas. É necessário lembrar que não se trata de ignorar as grandes fragmentações e cisões, mas sim, de afirmar várias experiências de cooperação e solidariedade - inclusive para além da organização das rotas de exílio - entre militantes que tinham um horizonte em comum. Esse é mais um espaço aberto à novas pesquisas.

O intento do presente trabalho foi suprir algumas das defasagens sentidas, todavia, exista muito ainda para debatermos. O estudo do tema possibilita perceber que muitas características estão ainda por serem exploradas e é necessário despendermos forças para suprir essa lacuna. Mostra-se grande a responsabilidade e desafio do pesquisador.

Finalizo, portanto, afirmando que esta é uma tentativa de colaborar com um debate tão caro e vivo na sociedade, cuja importância se reflete nas visíveis continuidades daquele duro período na atualidade. É necessário impulsionar, por todas as vias, a consolidação de Memória, Verdade e Justiça para efetivamente acabarmos com qualquer das chagas que ainda são sentidas.

## **Lista de Fontes**

### **Memórias e Fontes Orais**

Entrevistado 01. Sem Título. Pelotas, \_\_. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner.

COELHO, Manuel. Militâncias e Rotas de Exílio. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

COELHO, Manuel. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

COSTA, Ari. Sem Título. Pelotas, 1992. Entrevista concedida à Maria Amélia da Silveira.

CUNHA, Circe. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

FERRER, Eliete (Org.). 68 a geração que queria mudar o mundo: relatos. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

FRANK, Carlos Alberto. Sem Título. Pelotas, 2001. Entrevista concedida à Renato da Silve Della Vechia.

FREI BETTO. Batismo de Sangue. RJ: Bertrand, 1987.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. A guerrilha Brancaleone. Porto Alegre: Proletra, 1999.

GUTIERREZ, Cláudio. Militâncias e Rotas de Exílio. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Alessandra Gasparotto e Marília Brandão Amaro da Silveira.

LOPES, Vera. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

SALAMONI, Alceu. Militâncias e Rotas de Exílio. Pelotas, 2014. Entrevista

concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

SALAMONI, Alceu. Militâncias e Rotas de Exílio. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

SALAMONI, Alceu. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

SCHAEFER, Osmar. Militâncias e Rotas de Exílio. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários. São Paulo: Global, 1994.

SOLARI, Eduardo. Militâncias e Rotas de Exílio. Porto Alegre, 2013. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

VOLTAN, Antônio. Resistência à Ditadura Militar. Pelotas, 2009. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira.

#### **Demais Fontes:**

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Secretaria de Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988

BRASIL. Decreto N 849/1993.

BRASIL. Decreto N 678/1992

BRASIL. Lei N 12.518/2011.

BRASIL. Lei N 12.527/2011.

BRASIL. Lei N 12.528/2011.

BRASIL. Lei N 5.449/1968.

BRASIL. Lei N 6.683/1979.

BRASIL. Lei N 9.140/1995.

BRASIL. Medida Provisória N 2.151/2001.

CORTE Interamericana de Direitos Humanos - Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil Sentença de 24 de Novembro de 2010.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1964.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1966.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1968.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1969.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1970.

GALEANO, Eduardo. Mulheres. Porto Alegre: L&PM, 1998

<http://www.cnv.gov.br/>

Jornal do Brasil. RJ, 27 de abril de 1984

RIO GRANDE DO SUL. Declaração do Governador do Estado Ildo Meneghetti. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1º abril de 1964, pág. 1.

RODRIGUES, Athaydes. Agora Eu... Pallotti: POA, 1980.

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, abril de 1964.

[www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br)

ZERO HORA. Porto Alegre, 1972.

ZERO HORA. Porto Alegre, maio-dezembro de 1964.

## Referências

ALBERTI, Verena. *De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral*. In.: História Oral, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALTMANN, Cristina. *O contexto Multipartidário em Pelotas-RS (1979-1982): atores, expectativas e disputas*. Pelotas: UFPel, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais.

ALVES, Clarissa; PADRÓS, Enrique (ORG.). *II Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai (2 : 2013 : 24 a 27 abr.: Porto Alegre, RS)*. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: CORAG, 2013

ALVES, Clarissa; PADRÓS, Enrique. *II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai*. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o Inimigo Ultrapassa a Fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação de Mestrado em História

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais – Perfil dos Atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASEFF, Marlon. *Retratos do Exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974)*. Florianópolis: UFSC. 2008. Dissertação de Mestrado em História.

ASSUMPÇÃO, Marla. *A Fronteira Gaúcha Como Espaço Crítico de Defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades germinadas de Santana do Livramento - Riveira (1964-1968)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso em História.

BAUER, Caroline. *As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de fronteiras ideológicas*. In: GUAZZELLI, Cesar; FLORES, Mariana; ÁVILA, Arthur. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. POA: Letra e

Vida/Suliani, 2009, v. 1

BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Mestrado em História. UFRGS: POA, 2006.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasília: MDA, 2011.

COMISSÃO DOS FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1965 – 1985)*. SP: Editora Oficial, 2009.

DIAS, Cristiane. *A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: (1962/1972)*. Passo Fundo: UPF, 2011. Dissertação de Mestrado.

ELMIR, Cláudio. *As Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica*. In: Cadernos do PPG em História da UFRGS, n. 13, dez. 1995.

FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. POA: UFRGS, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil Republicano*. v.3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. RJ: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, Eventos Traumáticos e Arquivos Sensíveis*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47. P .43-59, jan/jun 2012.

FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias Sobre 1964 e o Golpe Militar*. Revista Brasileira de História. SP, v. 24, nº 47. P .29-60, 2004.

FOLEY, Michael; EDWARDS, Bob. *The Paradox of Civil Society*. Journal of Democracy, 1996.

GASPARI, Élio. *Coleção As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002-2004.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. *A Ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória*. IN: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). *Ensino de História - Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010. GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). *Ensino de História - Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010.

- GERTZ, René (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999
- GUAZZELLI, Cesar; WASSERMAN, Claudia (Org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. POA: Ed. UFRGS, 2004.
- HALL, Michael. História Oral: os Riscos da Inocência. In.: CUNHA, Maria. *O Direito à Memória, Patrimônio Histórico e Cidadania*. SP: DPH/SMC, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. SP: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. SP: Companhia das Letras, 1998
- HOLZMAN, Lorena; PADRÓS, Enrique (Org.). *1968: Contestação e Utopia*. POA: ed. da UFRGS, 2003.
- JANOTTI, M. Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.13. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade Para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MATTOS, Marcelo. *O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55.
- MEIHY, José. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEZAROBBA, Glenda. *Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil*. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 7, n. 13, dez. 2010.
- PADRÓS, Enrique (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Conesul*. POA: CORAG. 2006.
- PADRÓS, Enrique et all (org..) *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e Memória - Vol. I-IV*. POA: CORAG, 2009.
- PADRÓS, Enrique Serra. Tempos de barbárie e desmemória. In: RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira et al. (org.). *Contrapontos: ensaios de história imediata*. Porto Alegre: Folha da História; Livraria Palmarinca, 1999.
- PADRÓS, Enrique. *Rio Grande do Sul e a Conexão Repressiva no Cone Sul*. *Revista Ciências & Letras* nº 41. POA: Editora Cidade, jan/jun de 2007.
- PADRÓS, Enrique. *Terrorismo e Luta de Classes*. RS: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- PADROS. Enrique. *Como el Uruguay no Hay...* Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado.
- PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. SP: Contexto, 2005
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*. In: *Revista Projeto História* nº 15. SP: PUC, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil/Uruguai*. Brasília: FUNAG, 2010.

QUADRAT, Samantha. *As Faces da Repressão nos Países da América Latina*. DIMENSÕES: Revista de História da UFES, n.13, jul./dez.2001. P.198-202.

RAMIREZ, Hernán. *Política e Tempo Presente na Historiografia das Ditaduras do Cone Sul da América Latina*. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, nº1. Jan/Jul, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Disponível em:

<<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm>>. Acesso: 10/01/2012.

RODEGHERO, Carla. *Reflexões Sobre História e Historiografia da Ditadura Militar: o caso do Rio Grande do Sul*. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, POA. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Anais IX Encontro Estadual de História. POA: ANPUHS, 2008. v. 1.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio - Entre Raízes e Radares*. RJ: Record, 1999.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. Anos 90. Revista do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, v.14, n.26, dezembro de 2007.

SILVA, Antonio Ozai. *História das Tendências no Brasil*. SP: Proposta Editorial, \_.

SILVEIRA, Marília. *A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas*. Pelotas: UFPel, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História.

SILVEIRA, Marília; GASPAROTTO, Alessandra; VECHIA, Renato. *A Criação da Comissão Nacional da Verdade e a Luta por Verdade, Memória e Justiça no Brasil*. Espaço Plural, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012. P. 84-95.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Enfrentar a herança maldita*. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro de 2010.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: Golpismo e Democracia. As Falácias do Revisionismo*. Crítica Marxista nº 19. P. 27-48, 2004.

VECHIA, Renato da Silva Della. *Origem e Evolução do Partido Comunista Revolucionário (1967 – 1973)*. UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado em Ciência Política.